



Relato Integrado 2025

Sumário

■ Mensagem do Presidente	3	Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar valor	
Presidência do TRE-MA		Auditoria Interna	
■ Constituição atual do Pleno do Tribunal	5	■ Riscos, Oportunidades e Perspectivas	59
		Gestão de Riscos	
■ Visão Geral do TRE-MA	7	■ Conformidade e Eficiência da Gestão	67
Identificação		Gestão de Pessoas	
Missão, Visão e Valores		Governança e Gestão do TIC	
Estrutura Organizacional		Gestão de Licitações e Contratos	
Sistema de Governança e Gestão		Gestão Orçamentária e Financeira	
Modelo de Negócios		Gestão Patrimonial e Infraestrutura	
Cadeia de Valor			
■ Principais Resultados	16	■ Relacionamento com a Sociedade	106
Resultados Institucionais		Principais canais de comunicação	
Selo de Qualidade Eleitoral e Prêmio Justiça Eleitoral		Educação Política	
Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)		Audiências e Consultas Públicas	
Prestação Jurisdicional		Ouvidoria	
- 1º e 2º Grau - Estatística processual		IPopRuaJud	
- Metas 2025		Biometria	
Prestação de Contas em números		Cultura e Memória	
Eleições		■ Sustentabilidade e Inovação	118
iGovTIC		Sustentabilidade	
		Inovação	
■ Governança, Estratégia e Desempenho	32	TREMALAB em números	
Estratégia e Alocação de Recursos (pendente, Ata RAE)		■ Anexos	122
Resultado da Estratégia 2025		Anexo I - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	
- Mapa Estratégico e Metas		Anexo II - CPSPAD, CTCE, Inspeção e Correição	
- Alcance dos Objetivos Estratégicos		Anexo III - Gestão de Custos	
- Desempenho dos Indicadores e Projetos			



Mensagem do Presidente



Des. Paulo Sérgio Velten Pereira
Presidente

Em cumprimento ao dever constitucional de prestar contas, previsto no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, e em observância às disposições do Tribunal de Contas da União (TCU), especialmente à Instrução Normativa 84/20 e à Decisão Normativa 198/22, apresentamos o **Relato Integrado de Gestão referente ao exercício de 2025**.


Este documento consolida informações contábeis, financeiras, orçamentárias, patrimoniais e operacionais, bem como dados relativos à governança, à gestão estratégica e ao desempenho institucional, evidenciando os resultados alcançados, a aplicação dos recursos públicos e a geração de valor público no período.

Elaborado segundo a metodologia do relato integrado, este relatório oferece visão sistêmica da atuação do TRE-MA, considerando seu modelo de negócio, cadeia de valor, riscos relevantes, controles adotados e fatores que influenciaram o desempenho institucional.

No exercício de 2025, executamos nossas atribuições constitucionais e legais no âmbito da administração e da prestação jurisdicional, assegurando a continuidade e o aprimoramento dos serviços prestados.

Como resultado das práticas de gestão adotadas, fomos contemplados, em 2025, pelo terceiro ano consecutivo, com o Selo Diamante no Prêmio de Qualidade promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, além de ter alcançado o Selo Ouro de Qualidade, concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Dessa forma, reafirmamos o compromisso com a transparência, a boa governança e a adequada prestação de contas, disponibilizando à sociedade informações relevantes para a avaliação de nossa atuação e do uso dos recursos públicos sob nossa responsabilidade.



Constituição atual do Pleno do Tribunal

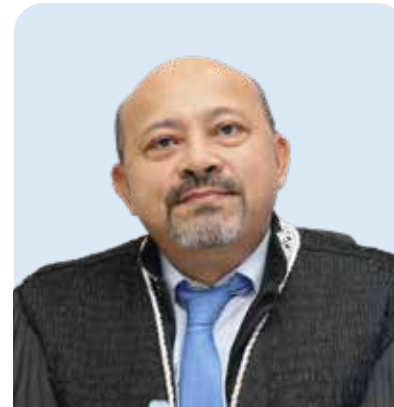
Constituição atual do Pleno do Tribunal



**Desembargador Paulo Sérgio
Velten Velten Pereira**
Presidente



**Desembargadora Maria
Francisca Gualberto Galiza**
Vice-presidente / Corregedora



José Valterson de Lima
Juiz federal



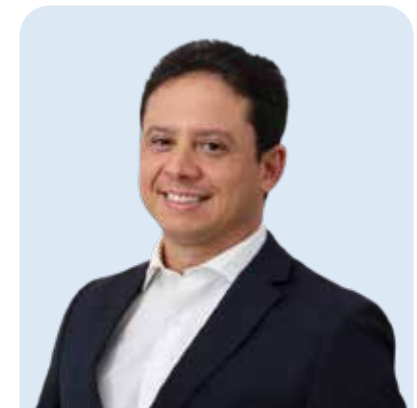
Marcelo Elias Matos e Oka
Juiz (Ouvidor)



Rosângela Prazeres Macieira
Juíza (Diretora da EJE)



Tarcísio Almeida Araújo
Jurista



Rodrigo Maia Rocha
Jurista



Visão Geral do TRE-MA

Identificação

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) é um órgão da Justiça Eleitoral que, mediante atribuições administrativas e judiciais voltadas à condução do processo eleitoral, exerce papel fundamental na construção e no exercício da cidadania e da democracia.

As competências do TRE-MA estão fixadas nos artigos 29 e 30 da Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e nos artigos 27 e 28 de seu Regimento Interno (Resolução TRE-MA n. 9.850, de 08 de julho de 2021). Considerado pelo Conselho Nacional de Justiça como um Tribunal de médio porte.

O TRE-MA é um órgão da Justiça Eleitoral (art. 118, inciso II, e art. 120, caput, da Constituição Federal) ao qual cumpre assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado e a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos.

Sua existência e estrutura possuem previsão legal nos artigos 118 a 121 da Constituição Federal de 1988, os quais, dentre outras determinações, instituem o Tribunal Superior Eleitoral como seu órgão máximo, de última instância, e impõem a existência de um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal.

Missão, Visão e Valores

A existência de um ambiente externo marcado pela instabilidade exige das instituições do Sistema de Justiça a implantação e o aprimoramento de um sistema moderno de governança adaptável, capaz de fomentar mecanismos eficientes de liderança, estratégia e controle, mitigando riscos e assimetrias para assim, gerar valor e confiança junto à sociedade.

Nesse sentido, o TRE-MA revisou, de forma participativa, as metas dos indicadores e as ações e projetos para o ano seguinte, considerando o alinhamento da estratégia ao orçamento, visando assegurar que os recursos e esforços da organização estejam realmente sendo utilizados para a finalidade principal de sua existência.

Maiores informações sobre o sistema de Planejamento Estratégico do TRE-MA

Mais informações



Plano Estratégico 2021-2026



Plano Diretrizes 2025-2026



MISSÃO

Fortalecer a democracia por meio do processo eleitoral

VISÃO

Ser reconhecido pela excelência do processo eleitoral

VISÃO

ÉTICA: Primar pelo respeito aos valores e princípios constitucionais.

TRANSPARÊNCIA: Assegurar a publicidade como regra, disponibilizando aos públicos interno e externo, de forma ampla e transparente, as informações institucionais.

EFETIVIDADE: Compatibilizar a eficiência e a eficácia de sua atuação em prol dos melhores resultados para a sociedade.

INOVAÇÃO: Aprimorar constantemente o processo eleitoral, apoiando na busca de novas tecnologias, primando pela segurança.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO: Valorizar a pluralidade da sociedade e assegurar inclusão a todos os cidadãos.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: Buscar uma atuação preocupada com a sustentabilidade socioambiental.

Estrutura Organizacional

As constantes mudanças e demandas, tanto nas organizações quanto na vida cotidiana, exigem a contínua adaptação da estrutura e dos processos de trabalho, bem como a adequada alocação de pessoas, principal ativo das instituições. Esse ajuste busca garantir a eficiência operacional e a satisfação da sociedade com os serviços prestados.

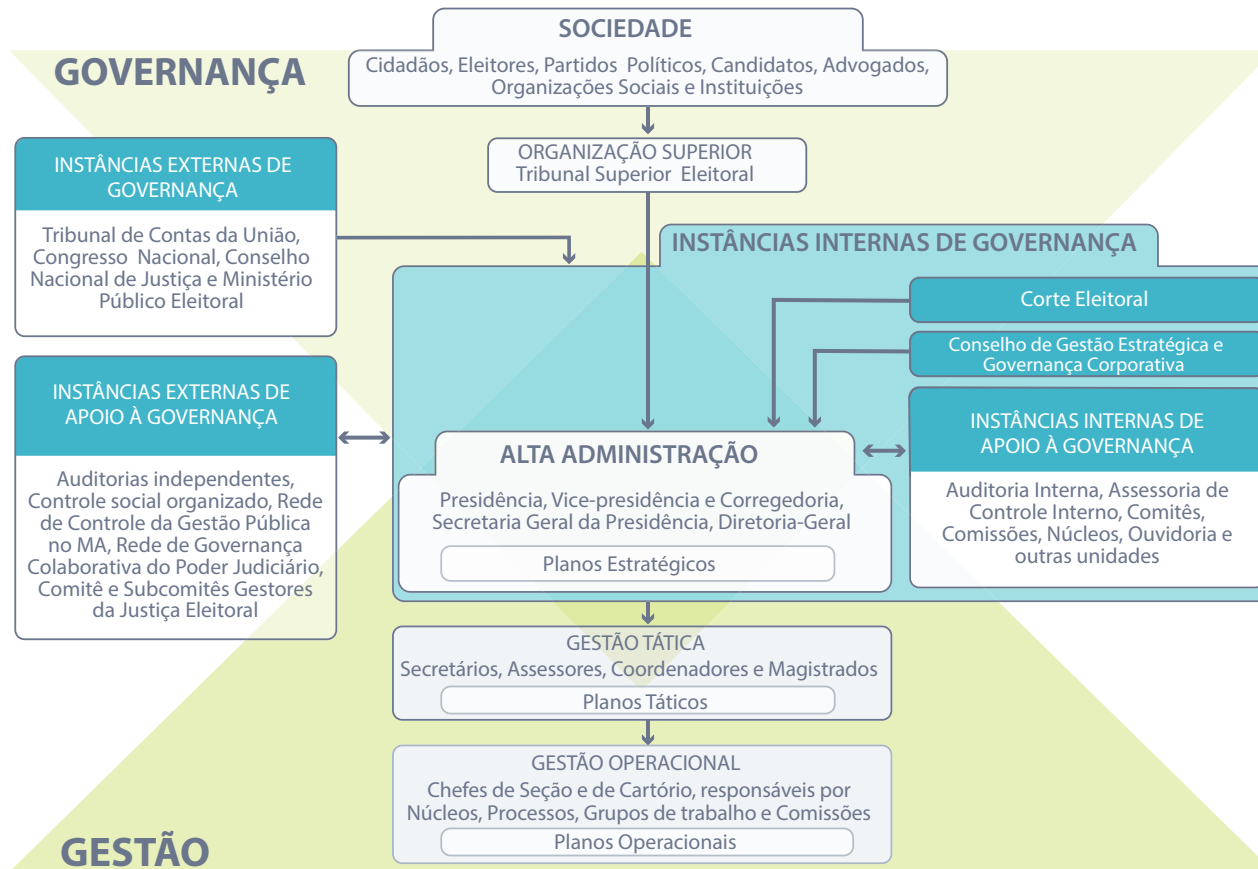


Mais informações



Sistema de Governança e Gestão

O Sistema de Governança e Gestão do TRE-MA (Resolução nº 10.300/2024) consiste em um conjunto de princípios, instâncias, práticas e planos institucionais voltados para a obtenção de resultados e a promoção da gestão de riscos, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento do desempenho de indicadores, metas e iniciativas que impulsionam o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro do Tribunal, a fim de viabilizar a melhoria contínua.



Mais informações

Modelo de Negócios

NOSSOS RECURSOS

PESSOAL, INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

Força de trabalho 693 servidores(as) efetivos	Ações educacionais 83	Pessoas capacitadas 80%
117 magistrados(as)	02	30,45%

TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Disponibilidade de soluções de TI 99,36% do tempo	Investimentos em TI R\$ 5.018.743,55	Capacitação em segurança da informação da força de trabalho 71,86%
--	--	--

INFRAESTRUTURA, BENS E SERVIÇOS DE APOIO

Atendimento ao eleitorado 102 unidades físicas <small>(89 sedes de zonas eleitorais + 13 postos de atendimentos)</small>	Índice de contratações 90%	Plano de Logística Sustentável da execução do PLS 90%
--	--------------------------------------	---

ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Dotação orçamentária R\$ 281.934.268,46	Orçamento ordinário pago 95,56%	Restos a pagar pagos 74,28%
---	---	---------------------------------------

COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Acordos de cooperação vigentes 20	Manifestações na Ouvidoria 15.852	Satisfação dos clientes 90,64%	Campanhas institucionais 26
---	---	--	---------------------------------------

APLICADOS AOS NOSSOS PROCESSOS



GERAM >>>

SEGURANÇA, INTEGRIDADE E LEGITIMIDADE DO PROCESSO ELEITORAL

SEGURANÇA E CONFORMIDADE JURÍDICA DO PROCESSO ELEITORAL

CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA E FORTALECIMENTO DO EXERCÍCIO INCLUSIVO DA CIDADANIA

PRODUTOS >>>

Alistamentos: **54.971**
Revisões: **304.167**
Transferências: **58.767**
Segundas Vias: **1** (a orientação da Corregedoria é a realização da revisão eleitoral)
Cancelamento por óbitos: **22.688**

Processos julgados que podem levar à perda do mandato eletivo: **275**
Outros processos judiciais e recursos originários julgados: **19.441**
Processos judiciais baixados: **22.609**
Casos novos: **2.767**
Casos pendentes: **3.035**
Decisões: **18.179**
Sentenças: **897**

Ações de cidadania e educação eleitoral realizadas: **14**
Ações de enfrentamento à desinformação realizadas: **14**
Ações de promoção da memória institucional realizadas: **04**
Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania e educação eleitoral realizadas: **1.664**
Pessoas atingidas pelas ações de enfrentamento à desinformação realizadas: **25.282**
Visitas aos espaços de memória institucional: **04**

RESULTADOS

Plano Integrado Eleições 2026 - PIE2026

Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos: **105,07%**
Meta 2 - Julgar processos mais antigos: **140,08%**
Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade: **111,11%** eleições 2022 e **160,61%** Eleições 2024

Nº cadastros eleitorais realizados: **113.421**
Nº de eleitorado aptos: **5.066.203**

IMPACTOS



Cadeia de Valor

Macroprocessos de 1º Nível

FINALÍSTICOS

REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES E CONSULTAS POPULARES

Segurança, integridade e legitimidade do processo eleitoral

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Segurança e conformidade jurídicas do processo eleitoral

EDUCAÇÃO ELEITORAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Conscientização política e fortalecimento do exercício inclusivo da cidadania

VALOR PÚBLICO GERADO

APOIO ESTRATÉGICO E ADMINISTRATIVO

GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL

Desempenho efetivo no cumprimento da missão institucional

VALOR PÚBLICO GERADO

Cadeia de Valor

Processos de 2º Nível

FINALÍSTICOS

REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES E CONSULTAS POPULARES

1. Planejar, monitorar e avaliar eleições
2. Manter atualizados os cadastros eleitorais
3. Registrar candidaturas
4. Registrar a pesquisa de intenção de votos e organizar o horário eleitoral
5. Fiscalizar a propaganda eleitoral
6. Executar atos gerais do processo eleitoral
7. Realizar captação de votos, apuração, transmissão, totalização e divulgação dos resultados
8. Realizar auditoria das eleições
9. Analisar contas de campanha eleitoral
10. Diplomar candidaturas eleitas

VALOR PÚBLICO GERADO

Segurança, integridade e legitimidade do processo eleitoral contribuindo para o fortalecimento da democracia

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

1. Realizar o processamento e o julgamento de Ações Originárias e de Recursos Judiciais
2. Realizar o Acompanhamento e o Cumprimento de Decisões Judiciais
3. Criar e gerir a jurisprudência

Segurança e conformidade jurídicas do processo eleitoral

EDUCAÇÃO ELEITORAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

1. Promover ações de cidadania e de educação eleitoral observando a diversidade e responsabilidade socioambiental
2. Promover o enfrentamento à desinformação
3. Apoiar a realização de eleições comunitárias
4. Promover a memória institucional

Conscientização política e fortalecimento do exercício inclusivo da cidadania

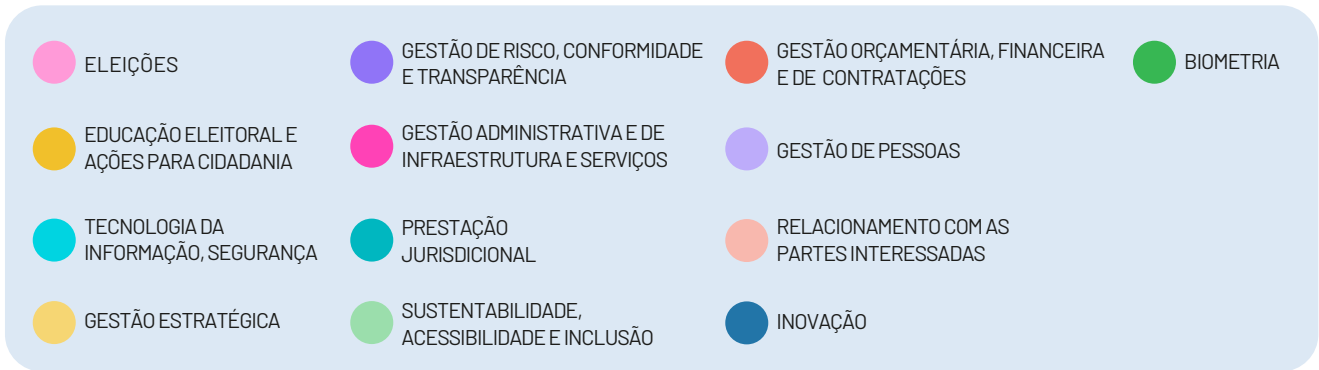
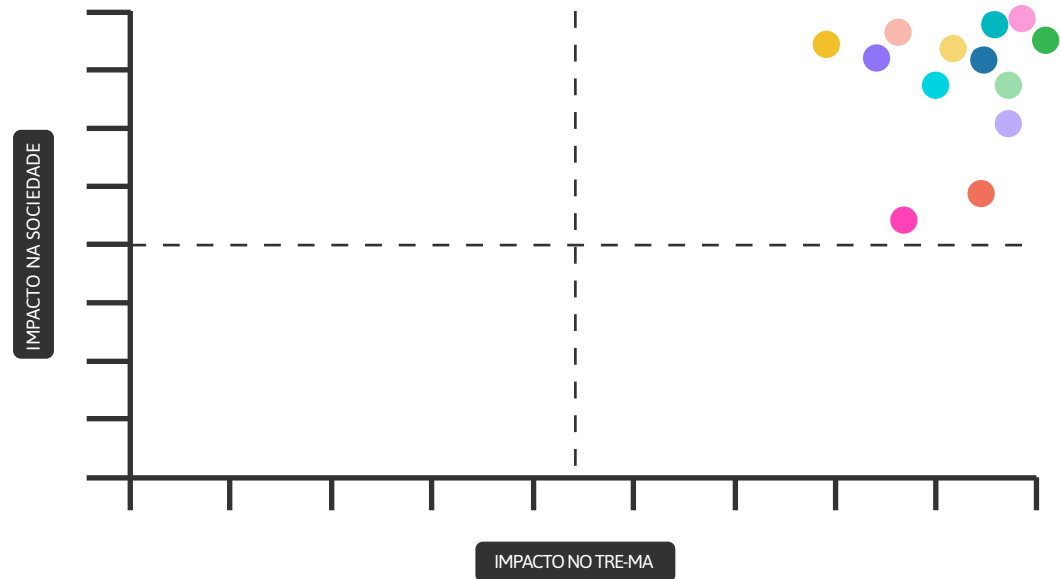
APOIO ESTRATÉGICO E ADMINISTRATIVO

GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL

1. Gerir estratégia, riscos e desempenho
2. Gerir pessoas, informação, conhecimento e inovação
3. Gerir tecnologia e segurança da informação
4. Gerir infraestrutura, bens e serviços de apoio
5. Gerir comunicação e relacionamento institucional
6. Gerir orçamento, finanças e contabilidade

Desempenho efetivo no cumprimento da missão institucional

Materialidade das Informações





Principais Resultados

Resultados Institucionais

ANO	RANKING DA TRANSPARÊNCIA	PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE	iESGo – Governança, Sustentabilidade e Inovação	
			PERCENTUAL	NÍVEL
2025	100%	Diamante	*	*
2024	101,98%	Diamante	85,1%	Aprimorado
2023	98,40%	Diamante	*	*
2022	94,36%	Prata	*	*
2021	93,30%	Ouro	65,3%	Intermediário
2020	84,21%	-	*	*
2019	76,23%	Prata	*	*
2018	74,45%	Ouro	56%	Intermediário
2017	-	Ouro	36%	Inicial

Selo de Qualidade Eleitoral e Prêmio Justiça Eleitoral

O TRE-MA obteve o Selo Ouro de Qualidade Eleitoral por atender aos critérios relacionados às Resoluções e às Portarias do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e apresentar programas, projetos e ações nos eixos temáticos:

Gestão eficiente;

Inovação e desenvolvimento colaborativo de sistema;

Atendimento ao cidadão;

Transparência, integridade e combate à desinformação; e

Capacitação e desenvolvimento.

Em 2025, pela primeira vez, o TSE instituiu premiações com o propósito de reconhecer, valorizar e incentivar boas práticas entre os TREs, reforçando o compromisso com a democracia e a dedicação de todos os que integram a Justiça Eleitoral.

O Prêmio Justiça Eleitoral reconheceu pessoas que desenvolveram ações e projetos relevantes para o fortalecimento do processo eleitoral. O TRE-MA inscreveu 17 iniciativas em 4 categorias:

ACESSO À JUSTIÇA

COMBATE À DESINFORMAÇÃO

EFICIÊNCIA NA COMUNICAÇÃO

INOVAÇÃO EM CIDADANIA NA JUSTIÇA ELEITORAL

Selo de Qualidade Eleitoral e Prêmio Justiça Eleitoral

ACESSO À JUSTIÇA

- 1 - Atendimento Eleitoral Humanizado e Inclusivo – sala especial para atendimento de quem precisa ser tratado de forma especial;
- 2 - Acessibilidade: Responsabilidade de Todos – garantindo acesso à Justiça Eleitoral com parcerias de outros órgãos;
- 3 - Captação e Treinamento de Coordenadores de Acessibilidade – para que todos os locais de votação possam ter o atendimento qualificado para facilitar e garantir o acesso a todos e todas.

COMBATE À DESINFORMAÇÃO

- 1 - Tudo Pronto – micro treinamento prático de mesários e utilização de urna em modo simulado para eleitores e eleitoras em shoppings das duas maiores cidades do estado;
- 2 - Game das Eleições – gamificação de servidores sobre os assuntos que envolvem as eleições e urnas eletrônicas;

Selo de Qualidade Eleitoral e Prêmio Justiça Eleitoral

EFICIÊNCIA NA COMUNICAÇÃO

- 1 - Dia D do Mesário Voluntário – comunicação inovadora para fortalecer a justiça eleitoral;
- 2 - Preste atenção nas contas! - forma prática de realizar a prestação de contas eleitorais corretamente;
- 3 - Prêmio Eleições – valorização, reconhecimento e fortalecimento institucional de servidores que fazem a eleição;
- 4 - Prisma – Planejamento, Riscos, Monitoramento e Acompanhamento das Eleições - sistema inovador que auxilia no planejamento, gestão de riscos, mensuração de indicadores de resultado, monitoramento e acompanhamento das atividades de eleição.
- 5 - Painel BI de contratações das eleições - ferramenta gerencial de monitoramento das contratações;

INOVAÇÃO EM CIDADANIA NA JUSTIÇA

- 1 - MPix - aplicativo para controle e gestão do reembolso à mesários;
- 2 - CTL Online - aplicativo para controle de documentações e lacres das urnas eletrônicas;
- 3 - App Coruja - aplicativo para acompanhamento de ocorrências policiais no dia da eleição;
- 4 - Missão Mesário/a: Game do Mesário e Pílulas - programa de incentivo à capacitação dos mesários;
- 5 - Eleição Simulada – teste real, confiança reforçada;
- 6 - Central 400 - atendimento a eleitores de todas as zonas eleitorais do estado;
- 7 - Pesquisa com eleitores - realizada no dia da eleição com o objetivo de colher a percepção do eleitor sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Maranhão;

Principais Resultados

Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)

ANO	PERCENTUAL ALCANÇADO	POSIÇÃO ENTRE OS 27 TRES
2024	73,76%	8º
2023	69,9%	8º
2022	64,4%	18º
2021	53,8%	25º
2020	62,4%	5º
2019	47,6%	23º
2018	60,7%	5º
2017	27,7%	24º

Prestação jurisdicional

Litigiosidade 1º grau de jurisdição

INDICADOR	QUANTITATIVO DE PROCESSOS	
	PAINEL BI	DATAJUD
Casos pendentes líquidos 1º grau de jurisdição	2.279	2.181
Casos novos 1º grau de jurisdição	3.394	4.188
Casos julgados 1º grau de jurisdição	18.178	18.079
Casos baixados 1º grau de jurisdição	20.913	21.439

Litigiosidade TRE-MA (1º e 2º graus)

INDICADOR	QUANTITATIVO DE PROCESSOS	
	PAINEL BI	DATAJUD
Casos pendentes líquidos	3.301	2.818
Casos novos	4.804	5.639
Casos julgados	19.715	19.631
Casos baixados	22.607	1.940

Litigiosidade 2º grau de jurisdição

INDICADOR	QUANTITATIVO DE PROCESSOS	
	PAINEL BI	DATAJUD
Casos pendentes líquidos 2º grau de jurisdição	752	637
Casos novos 2º grau de jurisdição	1.410	1.451
Casos julgados 2º grau de jurisdição	1.537	1.552
Casos baixados 2º grau de jurisdição	1.694	1.940

Prestação jurisdicional

Indicadores de produtividade

Taxa de congestionamento líquida

	PAINEL BI	DATAJUD
1º grau	6,17%	9,23%
2º grau	21,13%	24,72%
TRE-MA	7,46%	10,76%

Tempo médio dos processos pendentes líquidos

	PAINEL BI	DATAJUD
1º grau	-	310 dias
2º grau	-	367 dias
TRE-MA	-	323 dias

Observação - O período de referência do CNJ para alcançar a excelência no presente indicador é de 150 dias, ou seja, abaixo deste período o Tribunal está cumprindo o patamar estabelecido.

Celeridade das ações penais

1º grau	279 dias
2º grau	-
TRE-MA	279 dias

Observação - O período de referência do CNJ para alcançar a excelência no presente indicador é de 700 dias, ou seja, abaixo deste período o Tribunal está cumprindo o patamar estabelecido.

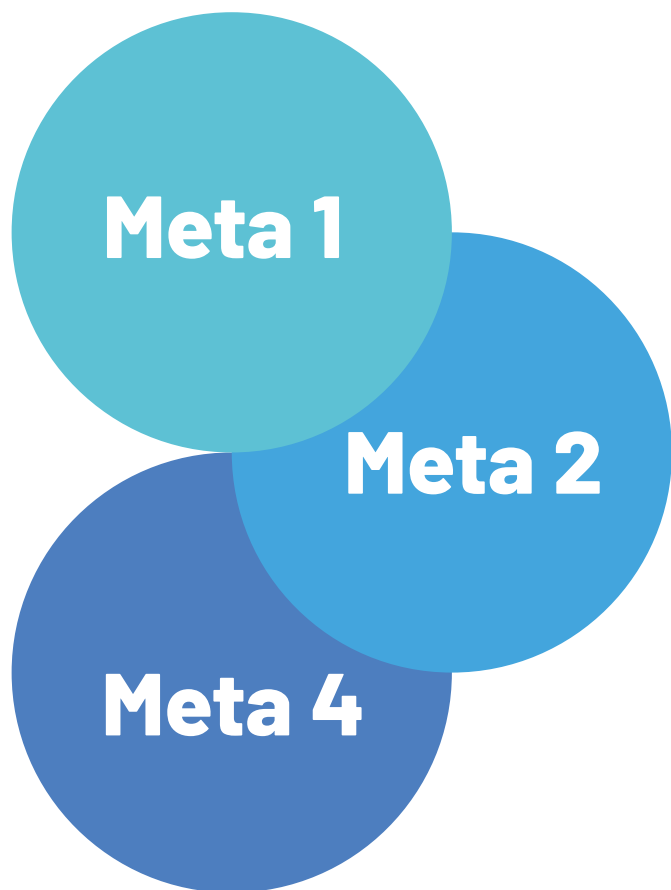
Julgamento de processos antigos

TRE-MA	10,79%
--------	--------

Tal quantitativo indica que, atualmente, apenas 1,4% do acervo total de processos do TRE-MA é composto por feitos antigos, isto é, autuados até 31/12/2021.

Prestação jurisdicional

Metas do Conselho Nacional de Justiça



Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Cumprimento do TRE-MA: 105,07%

Meta 2: Identificar e julgar até 31/12/2024, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2022 e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2018) ou mais.

Cumprimento do TRE-MA: 140,08%

Meta 4: Identificar e julgar até 31/12/2025, 100% dos processos referentes às eleições de 2024 e 60% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2023, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade.

Cumprimento do TRE-MA: 111,11% eleições 2022 e 160,61% Eleições 2024

Prestação de Contas em números

Prestação de contas dos candidatos e de partidos relativas às eleições

	ANO	1º GRAU	2º GRAU	TOTAL
Prestações de contas eleitorais autuadas	2025	8	0	8
	2024	18.810	31	18.841
Prestações de contas eleitorais julgadas	2025	12.894	27	12.921
	2024	5.832	50	5.882

Prestações de contas anuais de partidos políticos

Prestação de contas anuais/quantidade de processos	ANO	1º GRAU	2º GRAU	TOTAL
Prestação de contas anuais autuadas	2025	2.610	27	2.637
	2024	2.168	40	2.208
	2023	1.781	28	1.809
Prestação de contas anuais julgadas	2025	3.517	38	3.555
	2024	1.910	51	1.961
	2023	3.937	19	3.956

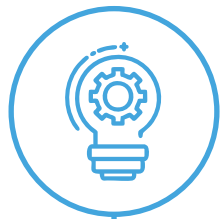
Quantidade de recurso público envolvido nas últimas eleições

ELEIÇÕES 2024	ELEIÇÕES 2022	ELEIÇÕES 2020
R\$ 180.685.928,70	R\$ 176.974.122,83	R\$ 102.641.998,92

Prestação de Contas em números

A divisão da unidade responsável por suporte e pela análise dos processos de prestação de contas, separando contas anuais partidárias e contas eleitorais, se traduziu em maior eficiência na condução dos trabalhos.

Em 2025 procedeu-se à continuidade das análises das prestações de contas. Em função do grande volume de processos no 1º grau, foi criada comissão de análise gerida pela SECEP. Inicialmente, foram examinados os processos relativos às eleições. Posteriormente, foram submetidos a exame os processos de prestações de contas anuais.



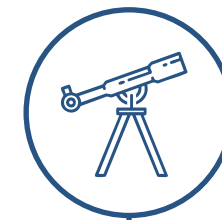
Inovação

Promover estudos e desenvolvimento de soluções envolvendo inteligência artificial na análise dos processos e na emissão de pareceres.



Desafio

Implementar e acompanhar ações que proporcionem a elevação da qualidade técnica da análise e dos pareceres emitidos, sobretudo em processos com aplicação de recursos públicos.




Ações futuras

Acompanhar o desenvolvimento de novos sistemas destinados às prestações de contas das eleições vindouras baseados em aplicações em nuvem. Além disso, criar metodologias que proporcionem desenvolvimento continuado da qualidade das análises de prestação de contas e, ao mesmo tempo, criar mecanismos de acompanhamento da conformidade técnica das análises.

Eleições

Em 2025 foi elaborado o Plano Integrado das Eleições 2026 (PIE26), instrumento norteador das operações executivas para realização das Eleições Gerais de 2026 pautado pela eficiência, transparência e sustentabilidade institucional:

Plano Integrado das Eleições 2026 

Estruturada em um modelo de **gestão por processos**, dividindo o pleito em:

29 **Processos de Eleição**

sob a responsabilidade de:

69 **Gerentes**

6 **Secretários**

Antes da homologação pelo Pleno do Tribunal, todo o planejamento foi submetido a instâncias revisoras da alta administração:



Comissão de Apoio à Gestão de Riscos,



Comitê Eleições 2026 e



Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau.

Eleições

Estratégia e Geração de Valor Público

Metodologia de Planejamento Participativo: fortalecendo a segurança jurídica e operacional do pleito, assegurado por:

Participação direta de representantes dos cartórios na definição da proposta orçamentária Pleitos, programação de tarefas, elaboração de indicadores de resultado e na análise dos riscos envolvidos, garantindo que o plano estratégico reflita a realidade das zonas eleitorais.

Institucionalização da Colaboração

Integração inédita de **105 chefes de cartório** e unidades administrativas em todas as fases do planejamento, resultando em mais de **250 horas de trabalho colaborativo** e **119 reuniões técnicas**.

Fortalecimento do 1º Grau

Eficiência Mensurável

Alinhamento de objetivos e indicadores de resultado para todos os processos, permitindo uma gestão orientada a entregas mensuráveis.

Eleições

Inovação: Checklist Cartorário Eleitoral



A principal inovação de 2025 foi a cocriação do **Checklist Cartorário Eleitoral**.



Pela primeira vez na história do Tribunal, o conhecimento tácito de

99 representantes das zonas eleitorais

foi sistematizado para criar um roteiro unificado de atividades e tarefas. Essa ferramenta reduz a assimetria de informações e garante a padronização dos serviços prestados ao cidadão em todo o Estado do Maranhão.

Gestão de Riscos Eleitorais

Foi implementada uma análise sistêmica e proativa de potenciais ameaças e oportunidades, mapeando-se os riscos nas seguintes **dimensões**:

- **Operacional:** Execução tempestiva de atividades e tarefas.
- **Imagem:** Mitigação de ameaças à percepção pública (interna e externa do Regional) e enfrentamento à desinformação.
- **Conformidade:** Garantia do cumprimento integral de normas legais e administrativas.
- **Estratégico:** Monitoramento de fatores que possam comprometer objetivos estratégicos.

Para cada evento de risco identificado, foram planejadas **ações de enfrentamento** com responsáveis e períodos de execução definidos, elevando a resiliência do Tribunal frente a imprevistos.

Eleições

Monitoramento e Perspectivas (Ciclo 2026)

O planejamento consolidado em 2025 estabelece a base para o monitoramento contínuo em 2026, estruturado em três camadas de controle:

1

Evidência Técnica

Acompanhamento via relatórios do sistema **PRISMA**.

2

Visibilidade Gerencial

Uso de painéis de **Business Intelligence (BI)** para execução orçamentária e de processos.

3

Ajuste Tático

Ciclo de reuniões presenciais e remotas com periodicidade evolutiva (mensal a semanal).

As ações futuras prioritárias incluem:

- meta de duplicar a quantidade de locais de votação com transmissão via JE-Connect;
- garantia de 100% de conformidade nas auditorias de funcionamento das urnas;
- capacitação massiva de mesários;
- implementar ações que visem a prevenção de filas conforme estudo realizado por comissão multidisciplinar.

A entrega de um planejamento robusto e a maturidade institucional alcançada através da colaboração sistêmica assegura que estamos preparados para realizar eleições seguras e transparentes, reafirmando o compromisso do TRE-MA com o fortalecimento da democracia.

Eleições para comunidade (parametrizadas)

Durante o exercício de 2025 foram realizadas 7 (sete) **eleições** não oficiais.

iGovTIC

Contexto e Histórico

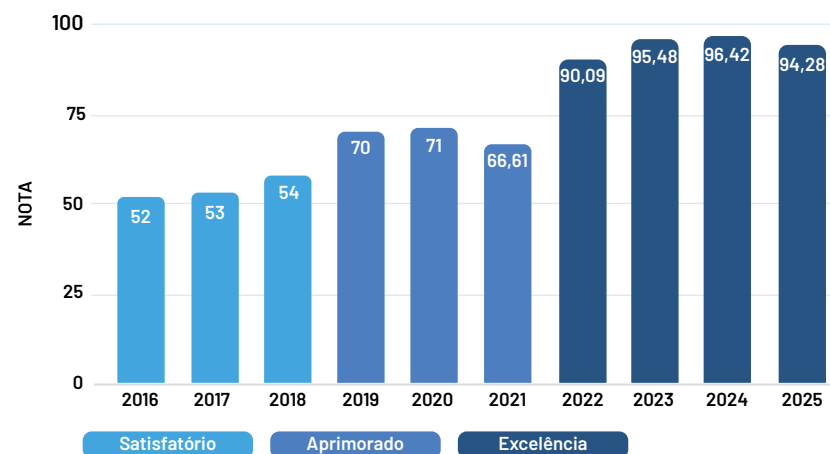
- 2016-2020** Durante este ciclo, o Tribunal progrediu do nível Satisfatório para Aprimorado.
- 2021-2026** O questionário foi reformulado, incorporando novos temas e faixas de pontuação. A princípio, com novos itens incluídos, a pontuação caiu em 2021.
- 2022** Com contínuo trabalho da equipe de TIC, o Tribunal alcançou pela 1ª vez nível de Excelência.

Desde então, vem conquistando o nível de excelência anualmente.

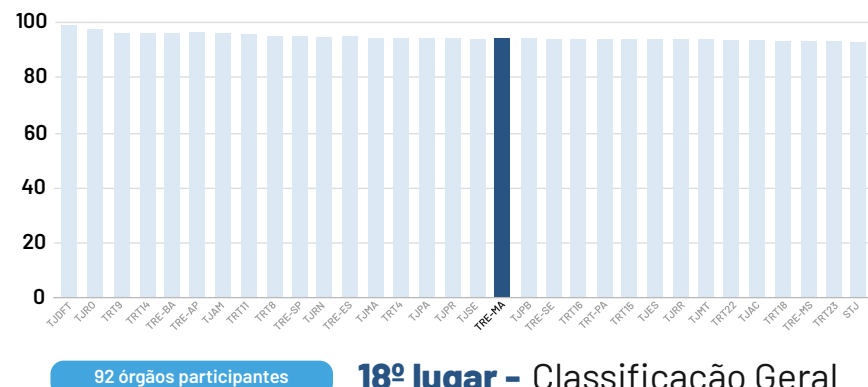
Necessidades de atenção em 2026

- **Transformação Digital:** Utilização da plataforma de Inteligência Artificial do Poder Judiciário Nacional (Sinapses) e depósito de modelos do órgão na plataforma.
- **Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem:** Alguns itens sobre contratação de serviços em nuvem, muitos desses precisam ser previstos em novos contratos ou formações de especialistas.
- **Pessoas:** Quadro permanente de pessoas de TIC compatível com a demanda, com o referencial mínimo estabelecido no Guia da ENTIC-JUD.

Evolução da pontuação do TRE-MA



Evolução da pontuação do TRE-MA




92 órgãos participantes

18º lugar - Classificação Geral

7º lugar - Tribunais de Porte Médio

5º lugar - Tribunais Eleitorais



Governança, estratégia e desempenho

Estratégia e Alocação de Recursos

O TRE-MA possui seu Plano Estratégico 2021-2026 (Resolução nº 9846/2021), revisado anualmente, o que resultou no Plano Diretrizes 2025-2026 (Resolução nº 10.349/2025) elaborado no início de 2025. Diante disso, segue a demonstração, por objetivo estratégico, de alguns projetos concluídos, que contribuíram para o propósito almejado.

OBJETIVO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Implementar política de gestão de pessoas	Promover a gestão do conhecimento	Promover a proteção de dados e segurança cibernética	Realizar eleições célebres, seguras e transparentes	Promover transformação digital e inovações tecnológicas	Assegurar o atendimento de excelência	Fortalecer o combate à fraude e corrupção no processo eleitoral	Garantir a legitimidade do processo eleitoral	Garantir a legitimidade do processo eleitoral
Execução Contratos (R\$)	R\$ 5.643.774,32	-	R\$ 9.222.637,25	-	R\$ 320.000,00	-	-	R\$ 536.905,71	R\$ 4.018.670,78	R\$ 2.934.208,56	-	R\$ 857.120,32	-	R\$ 50.00,00	R\$ 994.184,00
Projetos concluídos	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Projetos	Evento da Sustentabilidade - Premiação Selo Verde	Gestão Participativa para criação de metas	Desenvolvimento expreso de aplicações	Cidadania consciente: educação política em ação 2025	Processo participativo e democrático para composição do Conselho, Comitês e Comissões do TRE-MA	Integridade no Dia a Dia	Fale, Maria: Agenda 2025	Gestão de qualidade	Fortalecimento da Resposta a Incidentes	Planejamento Participativo das Eleições	Implantação de ações e ferramenta voltadas para Inteligência Artificial	Estruturação do Laboratório de Inovação	Definição da Metodologia de enfrentamento à Fraude e Corrupção	Programa de aperfeiçoamento, formação e atualização de agentes eleitorais 2025	2º Evento de Acessibilidade e Inclusão do TRE-MA
	Inventário completo de emissões de gases de efeito estufa do TRE-MA	Revisão do Regimento Interno	Promover a política de continuidade do negócio	Elaboração de Campanhas Institucionais	Plano de Diretrizes 2025/2026	Cadeia de Valor 2025	Transformando Nossos Espaços	FestLabs Nordeste	Plano de Resposta a Violação de Dados Pessoais	Realizar a avaliação das Eleições 2024	Integrar a interface SEI com IA	Sessão em capítulos	Inventário de Processos de Trabalho que tratam de dados pessoais	Reforma dos Fóruns Eleitorais de Mirador e Zé Doca	Vozes Azuis

Resultado da Estratégia 2025

Mapa Estratégico e Metas

Mapa Estratégico

2021 - 2026

VALORES

- Ética
- Inovação
- Efetividade
- Transparência
- Diversidade e Inclusão
- Responsabilidade socioambiental




● CUMPRIDO ● NÃO CUMPRIDO ● CUMPRIDO PARCIALMENTE ● NÃO MENSURADO NO PERÍODO

Resultado da Estratégia 2025

Alcance dos Objetivos Estratégicos

PERSPECTIVA DE RESULTADOS	PERCENTUAL	SITUAÇÃO
Assegurar o atendimento de excelência	100,00%	CUMPRIDO
Garantir a efetiva participação popular no processo eleitoral	100,00%	CUMPRIDO
Garantir a legitimidade do processo eleitoral	100,00%	CUMPRIDO
PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS	PERCENTUAL	SITUAÇÃO
Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	87,41%	CUMPRIDO PARCIALMENTE
Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	-	NÃO MENSURADO NO PERÍODO
Fortalecer o combate à fraude e corrupção no processo eleitoral	100,00%	CUMPRIDO
Implementar mecanismos de integridade institucional	84,25%	CUMPRIDO PARCIALMENTE
Realizar eleições céleres, seguras e transparentes	-	NÃO MENSURADO NO PERÍODO
PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO	PERCENTUAL	SITUAÇÃO
Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	99,88%	CUMPRIDO
Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	97,84%	CUMPRIDO
Fortalecer a governança institucional	100,00%	CUMPRIDO
Promover a proteção de dados e segurança cibernética	100,00%	CUMPRIDO
Promover transformação digital e inovações tecnológicas	86,15%	CUMPRIDO PARCIALMENTE
Implementar política de gestão de pessoas		CUMPRIDO
Promover a gestão do conhecimento	100,00%	CUMPRIDO

 CUMPRIDO

 NÃO CUMPRIDO

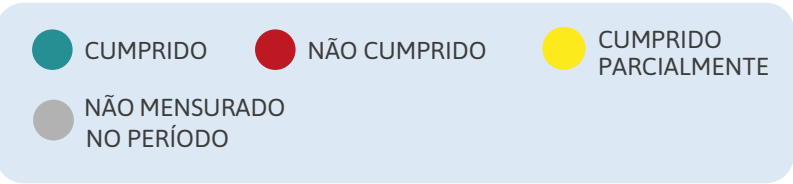
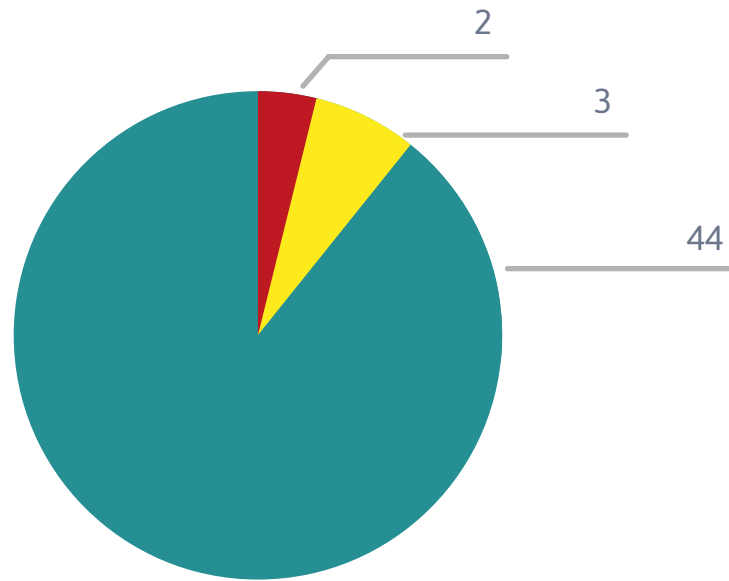
 CUMPRIDO PARCIALMENTE

 NÃO MENSURADO NO PERÍODO

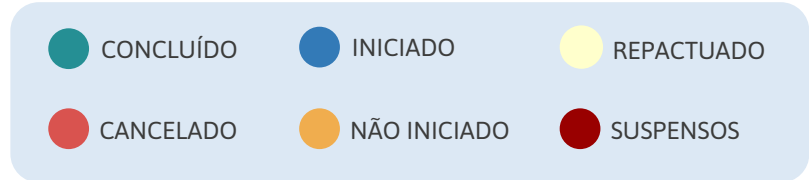
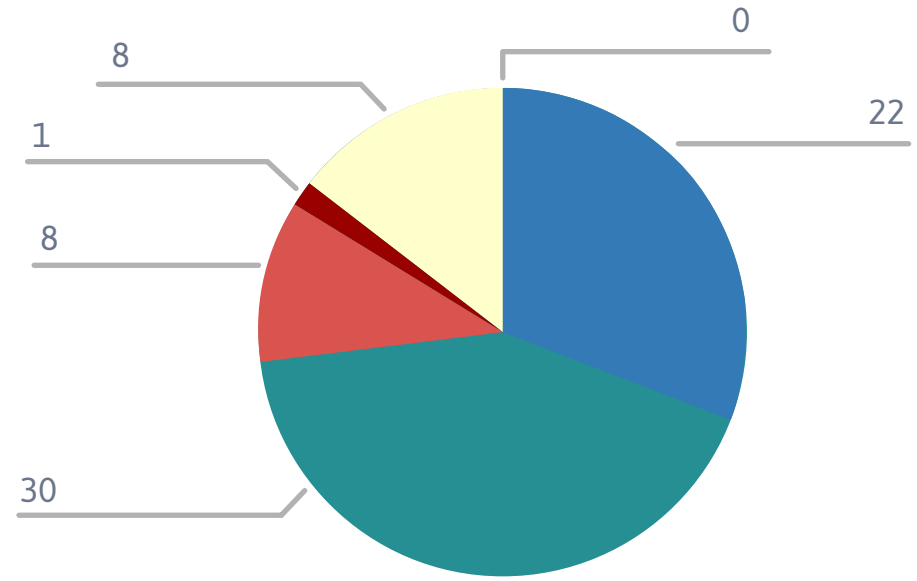
Resultado da Estratégia 2025

Desempenho dos Indicadores e Projetos

Indicadores Estratégicos por Situação



Projetos por Situação



Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar valor

Governança



Conselho de Gestão
Estratégica e Governança
Corporativa



Comitê de Governança de
Tecnologia da Informação e
Comunicação (CGOVTIC)



Rede de Governança
Colaborativa



Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa

O Conselho realizou 03 reuniões de acompanhamento estratégico, sendo 01 voltada ao encerramento do exercício de 2024 e 02 ao monitoramento parcial de 2025 (até agosto). Adicionalmente, integrou as reuniões do Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, reforçando a governança institucional.

Mais informações



Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGOVTIC)

Tem como finalidade estabelecer políticas, diretrizes e investimentos em TIC, alinhados ao planejamento estratégico deste Tribunal. Ações realizadas:

• Aprovação dos seguintes planos, normas e processos:

- Aprovação das revisões do Plano Anual de Contratações de TIC;

Aprovação da inclusão de nove novos itens na Fila de Desenvolvimento de Sistemas: os sistemas JE-Atende, Dados Abertos, Aprimoramento da Atuação dos Mesários LOG, Validação Patrimonial, Painel de Indicadores, Acompanhamento de Cumprimento de Sentença, Ajustes Financeiros, Automação do Controle de Acesso ao SEI e PJE e Mesário Voluntário;

Aprovação do Plano Anual de Contratações de TIC 2026;

- Aprovação das informações contidas no questionário IGOVTIC-JUD, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

- Aprovação da Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

Mais informações



Rede de Governança Colaborativa

Sob a coordenação do Comitê Gestor e Subcomitês da Justiça Eleitoral, foi elaborada a Proposta Inicial de Metas (PIME) para 2026, pautada na gestão participativa. As ações de engajamento incluíram 02 ciclos de consultas públicas e 01 audiência pública híbrida realizada em cooperação com 12 tribunais regionais (TREs), otimizando recursos e

Mais informações



Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar valor

Gestão de Processos Judiciais



Núcleo de Cooperação
Judiciária



Núcleo de Apoio Processual
e Eleitoral



Núcleo de Cooperação Judiciária

Estabeleceu diversas parcerias com outras instituições visando:

- Desenvolvimento do Projeto “PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS”, visando à produção de material orientativo e informacional sobre as prestações de contas anuais partidárias.
- Realização de campanhas de atendimento e cadastramento biométrico de eleitores nas dependências da Universidade CEST; do Instituto Florence; da Universidade Federal do Maranhão; do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão; da Universidade Estadual do Maranhão; do Grupo Dom Bosco e do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão.
- Compartilhamento de imóvel destinado ao Projeto Justiça de Todos.
- Celeridade nos julgamentos das Prestações de Contas Anuais
- Realização de Audiência Pública, em conformidade com os termos da Resolução CNJ n.º 221/2016 e da Portaria CNJ n.º 114/2016.

Mais informações



Núcleo de Apoio Processual e Eleitoral (NAPE)

Atualmente, o NAPE é composto por 28 servidores vinculados à Secretaria Judiciária Única (SJU). Desses, 13 atuam na elaboração de minutas de atos judiciais e 15, na tramitação de processos.

No ano de 2025, o NAPE desempenhou papel fundamental no apoio aos processos judiciais:

- Julgamento: 18.179
- Arquivamento: 22.609
- Autuação: 3.395

Mais informações



Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar valor

Administrativa



Comitê de Gestão de TIC
(CGTIC)



Comitê de Atenção
Prioritária ao 1º Grau



Comissão Permanente de
Segurança Institucional



Comitê de Gestão de TIC (CGTIC)

Responsável por aprovar e monitorar planos táticos que garantam o cumprimento da estratégia do Tribunal, bem como envolver a alta administração nas decisões que incidem sobre os serviços de TIC. O comitê se reúne com periodicidade mínima quinzenal.

Ações realizadas em 2025:

- Aprovação em 1ª instância das revisões do PDTIC;
- Aprovação em 1ª instância dos planos anuais: Proposta Orçamentária de Aquisições de -TIC; Plano de Contratações de TIC; Plano de Capacitações da STIC;
- Monitoramento constante dos itens do IGG-TCU e iGOVTIC-CNJ;
- Aprovação e Revisão de Processos, Políticas e Planos:
 - Processo do Simulado Nacional de Hardware do TSE
 - Processo de Gerenciamento das Capacitações de TIC;
 - Processo de Gerenciamento do Catálogo de Serviços de TIC;
 - Processo de Gerenciamento do Nível de Serviço de TIC;
 - Processo de Orçamento e Contratações de TIC;
 - Processo de Gestão de Projetos;
 - Processo de Cumprimento de Requisições de TIC;
 - Processo de Gerenciamento de Incidentes.
 - Processo de Capacidade e Disponibilidade;
 - Processo de Gerenciamento de Ciclo de Vida de Sistemas;
 - Processo de Gerenciamento de Problemas;
 - Processo de Gerenciamento de Mudanças;
 - Processo de Liberação e Implantação;
 - Processo de Gestão de Ativos de TIC;
 - Processo de Planejamento Estratégico e tático operacional;
 - Processo de Gerenciamento de Máquinas Servidores e Backup de Dados.

Mais informações



Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau

Realizou 04 reuniões conjuntas com o CGEGC, resultando no atendimento de 74% das 58 demandas apresentadas pelas Zonas Eleitorais. Com apenas 01 indeferimento e 14 ações em curso, os trabalhos abrangeram eixos críticos como Tecnologia, Infraestrutura, Gestão de Pessoas e Saúde, reafirmando o compromisso estratégico com a priorização e valorização do 1º Grau.

Mais informações



Comissão Permanente de Segurança Institucional

TIPO	QUANTIDADE
Atendimento domiciliar	17
Solicitação de imagens	15
Acompanhamentos e deslocamentos	44
Atividades de prevenção	72
Manutenção de equipamentos de segurança	15
Autorização de acesso em unidade do TRE-MA	205
Autorização de acesso para eventos	22
Vistorias em unidades do TRE-MA	28
Palestra sobre segurança	12
Manutenção de CFTV - Circuito Fechado de Televisão	463
Total de ações:	893

Mais informações



Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar valor

Orçamento, Licitações e Contratos



Comissão de Contratação



Comissão Permanente de Apoio à Gestão de Contratações



Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições



Comissão de Contratação

No exercício de 2025, não houve atividades ou atos formais realizados pela Comissão de Contratação.

Mais informações



Comissão Permanente de Apoio à Gestão de Contratações

Prestou apoio técnico e operacional à gestão de **16 (dezesseis) contratos de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra:** limpeza, segurança, tecnologia da informação, entre outras frentes essenciais à manutenção das atividades do Tribunal.

Adicionalmente, promoveu o acompanhamento e a fiscalização administrativa de **44 (quarenta e quatro) contratos de locação de imóveis.** Tais instrumentos contratuais são fundamentais para assegurar a infraestrutura necessária ao pleno funcionamento das unidades da Justiça Eleitoral, tanto na Capital quanto nos municípios do interior do estado.

Mais informações



Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições

- **Planejamento para 2026:** Planejamos o orçamento do próximo ano dentro do limite de R\$ 40,8 milhões. Para isso, fizemos escolhas inteligentes: reduzimos gastos com estagiários e manutenção para priorizar áreas críticas, garantindo que o Tribunal funcione sem desperdícios.
- **Biometria como Prioridade Máxima:** Identificamos que a coleta de digitais precisava de um fôlego extra. Por isso, aprovamos um reforço emergencial de R\$ 383 mil para viagens e diárias das equipes e reservamos quase R\$ 5 milhões para mutirões e campanhas, garantindo que todo eleitor possa ser atendido.
- **Dinheiro Extra e Gestão de Tempo:** Recebemos um "reforço" inesperado de R\$ 2,6 milhões graças a uma decisão do STF (ADI 7641). Como esse recurso chegou no fim do ano, o desafio foi correr contra o tempo para garantir que ele fosse bem aplicado em segurança e tecnologia.
- **Eficiência no Fechamento do Ano:** Mostramos um controle rigoroso das contas. Apenas 4% das dívidas de anos anteriores precisaram ser "empurradas" novamente, e conseguimos fechar o exercício com uma gestão saudável dos R\$ 8,86 milhões em compromissos para 2026, focando em não perder nenhum recurso.
- **Execução com Inteligência:** O Comitê barrou compras arriscadas (como créditos de carbono sem licitação pronta) para evitar que o dinheiro público ficasse "parado" ou fosse perdido por falta de tempo para executar.

Mais informações



Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar valor

Gestão de Pessoas e Saúde



Comitê de Gestão de
Pessoas



Comitê Gestor Local de
Atenção Integral à Saúde de
Magistrados e Servidores



Comitê de Gestão de Pessoas

Consolidou, em caráter participativo, as diretrizes normativas para o teletrabalho e o programa de saúde institucional, fortalecendo a transparência e o alinhamento estratégico da força de trabalho para o ciclo 2025.

Mais informações



Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores

Muito além de consultas médicas e dentárias, o TRE-MA investiu na prevenção: foram mais de 6 mil ações que passaram por ginástica laboral, vacinação, exames e até entrega de kits de primeiros socorros para cartórios do interior do estado. Palestras sobre saúde mental e campanhas como o Outubro Rosa e Novembro Azul evidenciam que um tribunal efetivo também se preocupa com o bem-estar das pessoas.

Mais informações



Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar valor

Acessibilidade, Inclusão, Sustentabilidade e Diversidade



Comissão Permanente
de Acessibilidade e
Inclusão



Comissão Permanente
de Políticas de Gênero
e Cidadania
(TRE Mulheres)



Comissão de Prevenção
e Enfrentamento do
Assédio Moral e do
Assédio Sexual



Comissão de
Promoção de
Igualdade Racial e
Diversidade



Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Propôs 21 projetos para 2025 e reuniu-se 2 vezes. Desses:

- 16 concluídos e
- 5 em andamento - conclusão em 2026.

Destacam-se:

- Instalação de 01 Sala de Atendimento Inclusivo no Fórum de São Luís com a presença do Conselheiro do CNJ, Dr. Pablo Barreto, como continuação do 2º Evento de Acessibilidade e Inclusão do TRE-MA.
- Iniciou-se também o projeto para transporte de eleitores com deficiência e mobilidade reduzida.
- Reunião com os chefes de cartório para análise da minuta da Resolução sobre os coordenadores de acessibilidade e administradores de prédio e início da avaliação da acessibilidade nos locais de votação para as eleições de 2026.
- Divulgação *folders* digitais com a finalidade de conscientizar a reflexão e mudança de atitudes preconceituosas.
- Busca sanar e melhorar as condições de trabalho das pessoas que compõem o TRE-MA e oferecer acessibilidade ao público externo, seja de forma arquitetônica ou digital, tendo como consequência a elevação dos índices de acessibilidade normatizados pelo CNJ sob a Resolução nº 401/2021.

Mais informações



Comissão Permanente de Políticas de Gênero e Cidadania (TRE Mulheres)

No TRE-MA, entendemos que a segurança e a dignidade das mulheres são pilares de uma instituição sólida. Em 2025, transformamos o combate à violência de gênero em ações práticas e acolhedoras:

- **Voz e Acolhimento com o "Fale, Maria":** Fortalecemos o programa Fale, Maria, uma iniciativa pioneira que oferece escuta e orientação para vítimas de abuso. Sob o lema de que enfrentar a violência é um dever de todos, realizamos uma grande campanha de conscientização em maio, utilizando todos os nossos canais digitais para romper o silêncio e oferecer apoio real.
- **Debates Necessários no Seminário "Vozes Plurais":** Em março, promovemos um encontro profundo para discutir como o gênero, a raça e a discriminação se cruzam e criam barreiras no acesso à justiça. O evento uniu a nossa Corte e servidores em uma reflexão essencial sobre como eliminar as violências e garantir direitos de forma igualitária.
- **Justiça Eleitoral Mais Perto com a "Rede Amiga":** Em julho, levamos nossos serviços diretamente para quem mais precisa através de uma ação social em parceria com a Rede Amiga da Mulher. Mais do que levar o título de eleitor, levamos cidadania e suporte para as comunidades, realizando atendimentos práticos e humanos.
- **Roda de Conversa: Prevenção em Pauta:** em dezembro de 2025, fechamos o ciclo de ações com uma roda de conversa dedicada a debater formas práticas de prevenir e combater a violência contra mulheres e meninas. O evento serviu como um espaço aberto para troca de experiências e fortalecimento da nossa rede de proteção interna, garantindo que o tema da segurança feminina fosse discutido de forma transparente e contínua durante todo o ano.

Mais informações





Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual

Diagnóstico e Percepção Institucional

- Mapeamento do Ambiente: Realizamos uma pesquisa diagnóstica com 300 participantes para identificar a incidência de desvios de conduta e o nível de confiança nos controles internos.
- Realidade das Ocorrências: Os dados revelaram que 32% dos respondentes já vivenciaram situações de assédio ou discriminação, com forte predominância do assédio moral (82,1%).
- Barreiras à Integridade: Identificamos que o receio de represálias e a descrença na resolutividade (47,9%) ainda são os principais motivos para a subnotificação de casos.
- Evolução da Segurança: A implementação das novas normas de 2025 elevou a sensação de proteção institucional para 43,3% da força de trabalho.

Capacitação e Mudança de Cultura

- Liderança Consciente: Garantimos que 158 gestores fossem capacitados em temas de prevenção ao assédio, fortalecendo a governança nas relações hierárquicas.
- Semana de Prevenção: Promovemos uma jornada de conscientização em maio, utilizando vídeos, cartazes e canais digitais para disseminar a política de tolerância zero a abusos.
- Inovação Educativa: Lançamos o game "Respeito em Jogo" e uma nova cartilha interativa, transformando o aprendizado sobre ética em algo leve e acessível.

- Especialização Técnica: 98 servidores realizaram treinamento aprofundado de 16 horas sobre as atualizações legislativas de combate ao assédio.

Enfrentamento à Violência de Gênero

- Programa Fale, Maria: Fortalecemos o acolhimento e a orientação às vítimas de violência de gênero, incentivando a quebra do silêncio no ambiente laboral.
- Diálogos de Inclusão: Realizamos eventos como o "Vozes Plurais" e rodas de conversa para debater a interseccionalidade entre gênero, raça e o combate a discriminações.
- Ação e Proteção: Interiorizamos o suporte com o envio de materiais educativos e a realização de debates específicos para estagiários e terceirizados em dezembro.

Desafios para 2026

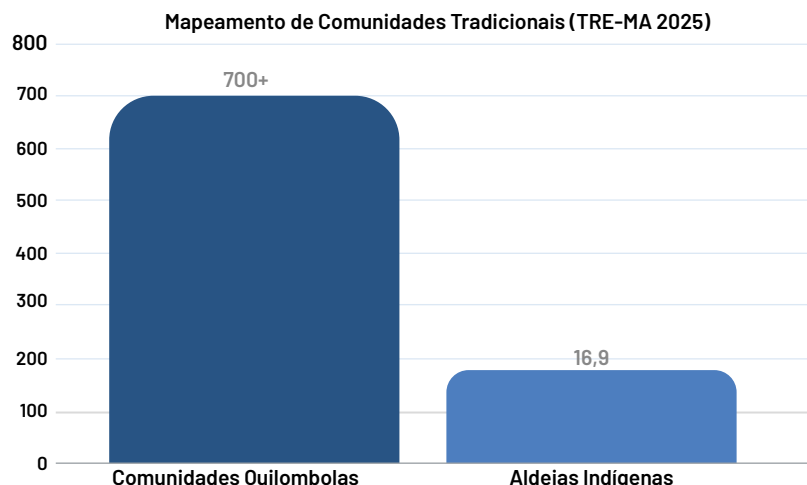
Embora os normativos e as campanhas tenham aumentado a visibilidade dos canais de denúncia — como a Ouvidoria (73,3%) e a Comissão de Assédio (69%) —, o grande desafio para 2026 é ampliar o conhecimento detalhado das normas, que ainda é baixo (60,3%), para eliminar o descrédito institucional e garantir que todos se sintam seguros para agir.

Mais informações





Comissão de Promoção de Igualdade Racial e Diversidade



O marco do exercício foi o Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais, uma iniciativa inédita que forneceu a inteligência de dados necessária para a logística das Eleições 2026.

- Identificação de mais de **700 comunidades quilombolas** e **169 aldeias indígenas**, além de grupos ciganos.
- **Capacitação e Letramento:** Realização do Seminário "Vozes Plurais", lançamento do Guia de Autodeclaração Racial e formação em Direitos Humanos e Diversidade (LGBTQI+).
- **Capilaridade Regional:** Expansão das discussões de gênero e representatividade política para o polo de Imperatriz.

Geração de Valor Público

- **Eficiência (curto prazo):** A alocação de urnas e transporte em zonas críticas (como Alcântara e Viana) passa a ser cirúrgica, reduzindo custos com deslocamentos desnecessários e combatendo a abstenção por falta de acesso.
- **Inclusão (médio prazo):** A superação de barreiras linguísticas (indígenas) e documentais (ciganos) converte grupos historicamente "invisíveis" em cidadãos eleitores ativos.
- **Legitimidade (longo prazo):** Alinhamento ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial (CNJ), garantindo que o resultado das urnas reflita a real diversidade étnica do Maranhão.

Inovações

1. **Censo Eleitoral Étnico Próprio:** Abandono de estimativas em favor de dados quantitativos e geolocalizados reais.
2. **Modelo Colaborativo Replicável:** Fluxo de trabalho integrado entre setores que pode servir de modelo para outros tribunais.

Desafios e Ações Futuras

- **Logística Multimodal:** Implementação de rotas fluviais e terrestres específicas para o "gigante quilombola" da Baixada Maranhense.
- **Comunicação Bilingue:** Produção de materiais de treinamento e votação adaptados às línguas indígenas locais (Guajajara, Krikati, etc.).
- **Força-Tarefa "Cidadania Cigana":** Campanha intensiva de alistamento focada na quebra da invisibilidade documental desses grupos.

Mais informações



Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar valor

Riscos, Integridade e Ética



Comissão de Ética (CE)



Comissão de Apoio à Gestão
de Riscos (CAGR)



Comissão de Apoio à Gestão
da Integridade (CAGI)



Comissão de Ética (CE)

- Atuou em 2 processos:
- SEI n.º 0005988-28.2025.6.27.8000 - Arquivado após cumprido o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC celebrado em 04 de dezembro de 2025 entre o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão e o servidor;
- SEI n.º 0004670-10.2025.6.27.8000 - Processo arquivado, com fundamento no art. 25, alínea 'f', do Código de Ética deste Regional, por ausência de infração ética.

Mais informações



Comissão de Apoio à Gestão de Riscos (CAGR)

Destaque-se a realização de 08 (oito) reuniões para análise e discussão dos riscos identificados nos processos eleitorais do planejamento participativo de 2026, com foco em Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas, Comissão de Representação em Direito de Resposta, Registro de Candidatura, Locais de Votação e Acessibilidade, Prestação de Contas, Segurança, Comunicação, Fechamento do Cadastro, Fiscalização da Propaganda e Designação de Juizes para atuar em Pleitos e nas Juntas Eleitorais, Suprimento de Fundos, Repasse Financeiro aos Mesários, Material de Consumo, Contratações, Mesários, Gestão da Força de Trabalho, Capacitação, Serviço Extraordinário, Oficial de Justiça, Infraestrutura de conectividade, Central de Acompanhamento das Eleições, Urnas e Suprimentos, PATs, Logística, Geração de Mídias e Carga e Lacre, Juntas Eleitorais, Eleição Simulada, Auxiliares de Apoio às Eleições (AAE's) e Veículos, com a finalidade de propor e validar ações de controle.

Além disso, foi realizado o 1º Ciclo de Monitoramento do Plano de Continuidade do Negócio 2025 - 2027 (PCN TRE/MA, aprovado pela Portaria nº 476/2025). Com efeito, o PCN tem como principal finalidade proteger os processos críticos contra eventos catastróficos, garantindo a continuidade do valor público gerado pelo órgão, mesmo em situações excepcionais. Assim, busca-se atender aos objetivos estratégicos definidos no Plano Estratégico do TRE-MA, em conformidade às diretrizes contidas na Política de Gestão de Continuidade de Negócio prevista na Resolução TRE-MA nº 10.305/2025.

Mais informações



Comissão de Apoio à Gestão da Integridade (CAGI)

Foi impulsionado o projeto "Integridade Para a Vida Pessoal", que visa à difusão da Política e do Plano de Integridade do TRE-MA junto aos membros, servidores, terceirizados e estagiários do tribunal, com o escopo de disseminar a cultura de integridade organizacional. A finalidade do referido projeto é criar uma base conceitual e principiológica intuitiva, construída gradativamente por meio de postagens semanais de conteúdo leve e minimalista, bem como de ações integrativas diversas, que conduzirão os destinatários naturalmente ao engajamento com o tema. O projeto foi divulgado entre 1º e 18 de setembro de 2025, através de e-mails e postagens na intranet. Foram apresentados, ainda, 2 (dois) conjuntos de propostas de peças de comunicação, elaborados por equipes de estudantes do curso de Serviços Jurídicos do IEMA, que serão revisadas e validadas pela CAGI em 2026, com posterior envio à COIMC.

Mais informações



Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar valor

Informação, Memória, Segurança da Informação e Proteção de Dados



Comissão de Gestão da
Memória (CGM)



Comissão Permanente
de Avaliação
Documental (CPAD)



Comissão de Segurança
da Informação (CSI)



Comissão Gestora dos
Dados Abertos (CGDA)



Comissão de Gestão da Memória (CGM)

A Comissão de Gestão de Memória, instituída pela Resolução nº 9.852/21, tem como uma de suas atribuições fomentar a interlocução e a cooperação entre as áreas de Arquivo, Museu, Memorial, Biblioteca e Gestão Documental deste Tribunal.

Mais informações



Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD)

Em conformidade com as diretrizes do CNJ e o Programa Nacional de Gestão Documental, o TRE-MA consolidou sua estratégia de preservação digital mediante a atuação desta Comissão e a implementação das plataformas AtoM e Archivematica. Essas ferramentas funcionam como um 'cofre digital' seguro, garantindo que os documentos oficiais e a nossa memória institucional estejam protegidos contra o tempo e acessíveis a qualquer pessoa com total transparência.

Mais informações



Comissão de Segurança da Informação (CSI)

Cultura e Conscientização em Segurança: ações voltadas ao fortalecimento do elo humano na proteção de dados:

- **Integração de Novos Colaboradores:** inclusão da Política de Segurança da Informação (PSI) no protocolo de boas-vindas para servidores, requisitados e estagiários.
- **Capacitação Contínua:** realização de palestras institucionais e renovação da plataforma KnowBe4 para treinamentos e simulações de *phishing*.
- **Comunicação Integrada:** definição de comunicados padrão em conjunto com a unidade de Comunicação (COIMC) para respostas rápidas a incidentes de segurança.

Governança, Normatização e Processos: estruturação administrativa para garantir a previsibilidade e conformidade das operações:

- **Gestão de Crises e Manutenção:** elaboração do Protocolo de Crises e instituição de calendário oficial para janelas de manutenção técnica.
- **Fluxos de Trabalho:** desenvolvimento de manuais de boas práticas para gerenciamento de usuários, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC)
- **Atualização do PJe:** revisão da Norma de Controle de Acesso, com seção dedicada exclusivamente à segurança do Processo Judicial Eletrônico.



Segurança da Informação

- **Cultura e Conscientização:** Inclusão da PSI no protocolo de boas-vindas da SGP, realização de palestras institucionais e renovação da plataforma de treinamento e simulação de phishing (KnowBe4).
- **Governança e Normatização:** Elaboração do Protocolo de Crises, definição de calendário para janelas de manutenção e atualização da Norma de Controle de Acesso, com foco especial no PJE.
- **Gestão de Vulnerabilidades e Resiliência:** Execução de testes de invasão com correções aplicadas, monitoramento contínuo de falhas e planejamento para redundância do Data Center, visando à continuidade dos serviços.
- **Medidas de Mitigação:** Implementação de bloqueio de unidades USB (diretriz do CNJ), ações contra scraping de dados e definição de comunicados padrão para incidentes de segurança.
- **Desafios e Futuro:** Identificação da necessidade de ampliação do quadro de pessoal especializado e previsão de alinhamento da política interna à nova PSI do TSE.

Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

- **Resposta a Incidentes:** Instituição de normativo para o Procedimento de Resposta a Incidentes de Violação de Dados Pessoais, estabelecendo ritos claros de comunicação e tratamento.

- **Conformidade com Auditoria:** Proposta de alteração da Política de Classificação da Informação para atender às recomendações da auditoria do TCU de 2024.
- **Proteção de Dados Institucionais:** Avaliação para retirada de e-mails do portal institucional (prevenção de golpes) e revisão de painéis de BI para desativação de itens obsoletos.

Geração de Valor e Desafios Estratégicos

- **Impacto no Valor Público:** a formalização de protocolos e a busca pela redundância tecnológica protegem a prestação jurisdicional contra interrupções críticas, garantindo a confiança da sociedade no processo eleitoral.
- **Mitigação de Riscos:** a capacitação contínua reduz o risco humano a curto e médio prazo, prevenindo vazamentos e ataques cibernéticos.
- **Principais Desafios:** necessidade de reforço no quadro de pessoal especializado para atender ao aumento exponencial das demandas de monitoramento.
- **Visão de Futuro:** alinhamento e revisão da PSI interna a partir das novas diretrizes a serem publicadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Mais informações





Comissão Gestora dos Dados Abertos

Transparência e Dados Abertos:

Em 2025, o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão avançou na consolidação da agenda de transparência ativa e de dados abertos, em consonância com as diretrizes de governança, integridade e controle social que orientam o modelo de Relato Integrado adotado pelo Tribunal. Nesse contexto, foi constituída a Comissão Gestora dos Dados Abertos (CGDA), instância responsável pela governança da política de dados abertos, fortalecendo a coordenação institucional e a padronização dos procedimentos relacionados à disponibilização de informações públicas.

No primeiro semestre de 2025, o TRE-MA aprovou seu Plano de Dados Abertos para o biênio 2025-2027, precedido da elaboração do inventário de bases de dados institucionais. O PDA estabelece critérios de priorização, periodicidade de atualização e responsabilidades, orientando a abertura gradual de conjuntos de dados com maior potencial de interesse público, observados os limites legais de sigilo, proteção de dados pessoais e segurança da informação.

Transparência como Valor Público

A política de dados abertos é tratada como instrumento de fortalecimento da transparência, do controle social e da confiança institucional, contribuindo para o acompanhamento das atividades administrativas e finalísticas do Tribunal. A evolução dessa agenda ocorre de forma progressiva e estruturada, integrada às demais ações de modernização da gestão e de promoção da integridade institucional.

Mais informações



Auditoria interna

Na forma da Resolução CNJ 309/20, artigo 2º, IV, c, a Auditoria Interna é representada na 3ª Linha do modelo de Três Linhas: responsável por avaliar as atividades da 1ª e 2ª linhas, no que tange à eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, mediante a prestação de serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

Planos de Auditoria

Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) 2022-2025

Portaria 1581/21 TRE-MA/PR/AESP
(SEI 0009517-94.2021.6.27.8000)

Mais informações



Plano Anual de Auditoria (PAA) 2025

Portaria 1870/24 TRE-MA/PR/AI
(SEI 0018797-84.2024.6.27.8000)

Mais informações



Auditoria interna

1ª AUDITORIA

Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas contas de 2024

Relatório de Auditoria n. 01/2025
(SEI n. 0004207-05.2024.6.27.8000);

Situação: Concluída

2 ACHADOS

5 RECOMENDAÇÕES

1

IMPLEMENTADA

2

EM IMPLEMENTAÇÃO

2

NÃO IMPLEMENTADA

2ª AUDITORIA

Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas contas de 2025

Relatório de Auditoria n. 01/2026
(SEI 0003704-47.2025.6.27.8000);

Situação: Em andamento

3ª AUDITORIA

Ação Coordenada de Auditoria para avaliar a Gestão e Destinação de Valores e Bens Oriundos de Prestações Pecuniárias, da Pena de Multa, Perda de Bens e Valores

Relatório de Auditoria n. 02/2025
(SEI n. 0003958-20.2025.6.27.8000).

Situação: Concluída/Monitoramento

1 ACHADO

1 RECOMENDAÇÃO

1

IMPLEMENTADA

EM IMPLEMENTAÇÃO

NÃO IMPLEMENTADA

4ª AUDITORIA

Auditoria no Processo de Gestão de Segurança da Informação

Relatório de Auditoria n. 03/2025
(SEI 0006899-40.2025.6.27.8000).

Situação: Concluída

2 ACHADOS

2 RECOMENDAÇÕES

IMPLEMENTADA

EM IMPLEMENTAÇÃO

NÃO IMPLEMENTADA



Riscos, Oportunidades e Perspectivas

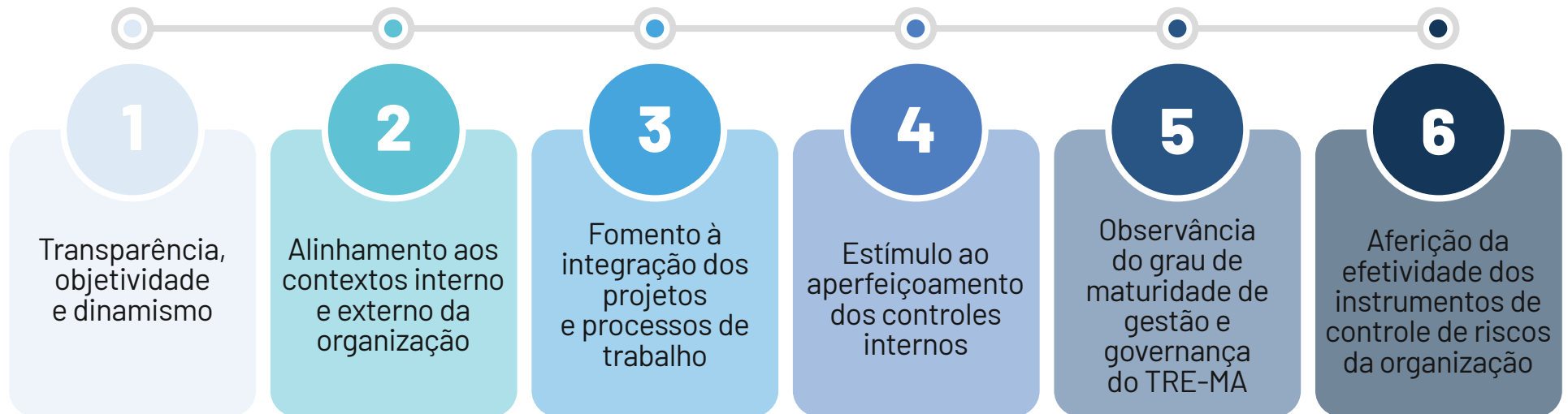
Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão começou em 2017 com a Política de Gestão de Riscos (PGR) - Resolução nº 9175/2017, seguindo orientações da Norma ABNT ISO 31000:2009 e do Manual de Gestão de Riscos do TCU, observando os seguintes princípios:

2025: 74,54
2024: 72,23

Reflete avanços na consolidação, padronização e monitoramento das práticas de gestão de riscos, bem como maior alinhamento dessas práticas à estratégia organizacional.

Registre-se oportunidades de aprimoramento relacionadas à parcerias e terceiros.



Mais informações



Resolução nº 9175/2017



Gestão de Riscos

Riscos e Responsabilidades

A rede de governança estabelecida pela Política de Gestão de Riscos contempla as unidades organizacionais que detêm a atribuição de atuar nos controles internos e gerenciar riscos, posto que todos os gestores e demais servidores responsáveis por iniciativas estratégicas, táticas, operacionais, processos de trabalho e projetos são responsáveis por gerir os riscos das suas unidades administrativas.

Adotamos o modelo das 3 linhas do Instituto de Auditores Internos (IIA), estabelecendo uma estrutura de governança de riscos alinhada à estratégia organizacional, com ênfase na integração de processos, pessoas e sistemas operacionais.

1ª LINHA	2ª LINHA	3ª LINHA
Gestores de Riscos	Conselho de Gestão Estratégica e Governança (CGEGC)	Auditoria Interna
	Corregedoria Regional Eleitoral	
	Coordenadores e Secretários	
	Comissão de Apoio à Gestão de Riscos (CAGR)	
	Assessoria Jurídica	
	Supervisão de Controle Interno e Apoio à Gestão (SUCIG)	

1ª Linha

Gestores de Riscos

ATRIBUIÇÕES

- Selecionar os processos de trabalho e as atividades da sua área de atuação que terão os riscos gerenciados e tratados prioritariamente;
- Identificar, medir, priorizar, tratar, monitorar e controlar os riscos dos processos, projetos e atividades sob a sua responsabilidade, comunicando os planos de gestão de riscos a todos os envolvidos e a Comissão de Apoio à Gestão da Integridade;
- Encaminhar a Comissão de Apoio à Gestão da Integridade as demandas e relatórios relativos à sua unidade.

2ª Linha

Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa (CGEGC)

ATRIBUIÇÕES

- Deliberar sobre as principais diretrizes da política de gestão de riscos e sistemas de controles internos;
 - Fomentar a disseminação das diretrizes da Gestão de Riscos;
 - Aprovar o apetite aos riscos;
 - Deliberar sobre os riscos estratégicos;
- Intervir nos processos decisórios relacionados aos riscos operacionais, de conformidade e de imagem.

Corregedoria Regional Eleitoral

Disseminar as diretrizes do processo de gestão de riscos no âmbito do 1º grau de jurisdição e acompanhar a aderência dos Juízes Eleitorais ao processo de gerenciamento de riscos.

Coordenadores e Secretários

Exercer o controle, revisão e orientação dos atos praticados pela 1ª linha de defesa.

Comissão de Apoio à Gestão de Riscos (CAGR)

Como parte integrante da rede de Gestão de Riscos, o CAGR foi implantado em 2018 e, desde então, tem tratado dos seguintes temas:

- Manual de Gestão de Risco
- Níveis de Risco
- Apetite ao Risco
- Formas de Análise
- Método para Análise
- Monitoramento
- Tratamento de Risco de acordo com o nível
- Agenda de Reuniões
- Planilha Documentadora
- Ausência de Integrantes
- Categorias de Risco

O CAGR é intersetorial e auxilia a alta administração na execução da gestão de riscos ao analisar os planos de gestão elaborados pelos gestores das unidades administrativas e sobre eles lançar um olhar mais amplo.

ATRIBUIÇÕES

- Gerenciar e apoiar a implantação da política de Gestão de Riscos;
- Monitorar, sistematicamente, o cumprimento da política, com vistas a assegurar a sua eficácia e o cumprimento dos objetivos, sugerindo melhorias para os procedimentos adotados;
- Consolidar e submeter à apreciação do Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa os relatórios de gestão dos riscos estratégicos, identificando os que possam impactar os objetivos do Tribunal;
- Monitorar a efetividade da gestão dos riscos estratégicos, operacionais, de imagem e de conformidade;
- Atuar como órgão consultivo, auxiliando os gestores na identificação, análise, avaliação dos riscos e na elaboração dos planos de gestão a serem adotados nas suas atividades.

Assessoria Jurídica

ATRIBUIÇÕES

- Analisar processos administrativos, emitindo parecer para deliberação do(a) Diretor(a) Geral;
- Analisar pedidos e atos relativos a direitos e deveres de servidores(as);
- Analisar e propor atos normativos e orientações de serviço;
- Realizar estudos e pesquisas, bem como prestar orientações jurídicas;
- Atuar na segunda linha de defesa da gestão de riscos dos processos de licitações e contratos.

Supervisão de Controle Interno e Apoio à Gestão

ATRIBUIÇÕES

- Analisar processos administrativos, emitindo parecer para deliberação do(a) Diretor(a) Geral;
- Realizar estudos e pesquisas, bem como Prestar orientações técnicas;
- Atuar na segunda linha de defesa da gestão de riscos dos processos de licitações e contratos.

3ª Linha

Auditoria Interna

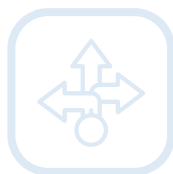
ATRIBUIÇÕES

- Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades de auditoria e fiscalização dos atos de gestão praticados pelas pessoas responsáveis pela execução orçamentária, financeira, patrimonial, pela gestão de pessoas e de tecnologia da informação e comunicação,
- Avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia;
- Apoiar o órgão de controle externo no exercício de sua missão institucional, na Governança;
- Avaliar as atividades da 1ª e 2ª linhas no que tange à eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, mediante a prestação de serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

Assessoramento

COGEM- COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO

SEMOG - SEÇÃO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO



Assessoramento das unidades administrativas no mapeamento dos processos e na gestão de riscos através da Seção de Modernização da Gestão



Propor a metodologia de gerenciamento de riscos do TRE-MA



Assessorar a Diretoria-Geral na tomada de decisões relativas aos riscos estratégicos

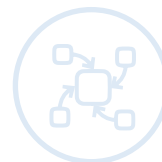


Acompanhar as ações de tratamento e controle dos riscos estratégicos, a partir dos relatórios consolidados das unidades de governança



Acompanhar a evolução da maturidade organizacional em gerenciamento de riscos

Processo de Gestão de Riscos



Análise do ambiente

Entendimento do contexto organizacional interno e externo e identificação dos fatores que impactam positiva ou negativamente



Identificação dos riscos

Reconhecimento e a descrição dos riscos que podem afetar os objetivos do processo ou do Tribunal



Medição dos riscos

Medida de probabilidade e impacto dos riscos, que combinados definirão o nível de risco



Priorização dos riscos

Análises dos níveis de riscos para priorizar e tratar



Tratamento dos riscos

Abordagem selecionada para tratar os riscos identificados, seja pela minimização das ameaças ou pela maximização das oportunidades



Comunicação e integração

Comunicação fluida entre todos os responsáveis pelo gerenciamento de riscos, em diversos níveis organizacionais



Monitoramento, controle e análise crítica

Consiste na verificação da efetividade dos tratamentos dos riscos e do nível de aderência da gestão de riscos, com vistas ao aperfeiçoamento do modelo e à consolidação da rede de controles internos

Assessoramento



O Manual da Gestão de Risco e a Planilha documentadora são instrumentos que orientam e documentam a análise e as ações de enfrentamento de quaisquer riscos sejam ameaças ou oportunidades, leves ou críticos, com impactos operacionais ou na estratégia.



Já a Cartilha visa dar uma visão geral, mais simples e com indicações de o que é a gestão de riscos, como fazê-la e onde encontrar ajuda, ressaltando a importância de se fazer previamente o mapeamento do processo a ser analisado.

Como acontece a Gestão de Riscos



OPORTUNIDADES
riscos que podem ajudar -
riscos positivos



AMEAÇAS
riscos que podem prejudicar -
riscos negativos

Classificados em categorias

OPERACIONAL ○ **ESTRATÉGICO** ○ **DE CONFORMIDADE** ○ **DE IMAGEM**

Assim, classificam-se os riscos que afetam a capacidade de a organização gerar valor em curto, médio e longo prazo, tratando-os de forma a prevenir ou mitigar os impactos de ameaças, bem como aplicando meios para aproveitar oportunidades. Em seguida, verifica-se a probabilidade de o evento de risco ocorrer e o impacto que poderá causar na categoria e no objetivo do processo. Em continuidade, o nível de risco então é encontrado, considerando três variáveis:

1 - Categoria

2 - Probabilidade

3 - Impacto

Todos os riscos altos, críticos ou com impacto na estratégia, são submetidos à reanálise pela Comissão de Apoio à Gestão de Riscos e, em seguida, são encaminhados ao conhecimento da administração superior, do Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa - CGEGC e do Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau, os quais, tecem considerações, sugerem melhorias e validam as ações de tratamento a serem tomadas, tanto no enfrentamento às ameaças, como no aproveitamento de oportunidades.

Vale mencionar que riscos e seus tratamentos não são disponibilizados na internet do Tribunal, por uma questão de segurança da informação, visando não expor as vulnerabilidades da instituição.

Mais informações



Novo Regulamento Administrativo

Tendo em vista a estrutura organizacional implantada pela Resolução nº 10.339/25, inaugurou-se novo contexto favorável ao aprimoramento da gestão de riscos. Isso porque o regulamento administrativo passou a prever expressamente que todas as unidades administrativas têm como atribuição mapear e analisar os riscos dos processos críticos da unidade, adotando medidas preventivas, corretivas e proativas.

Além disso, o TRE-MA busca alcançar a plenitude do nível aprimorado no índice de maturidade global de gestão de riscos, que contempla:

Ambiente

- Liderança
- Políticas e Estratégias
- Pessoas

Processos

- Identificação e Análise de Riscos
- Avaliação e Resposta a Riscos
- Monitoramento e Comunicação

Parcerias

- Gestão de Riscos em Parcerias
- Planos e Medidas de Contingências

Resultados

- Melhoria dos Processos de Governança
- Resultados-chave da Gestão de Riscos

Desafios Futuros

Plano de Continuidade do Negócio: verificar a possibilidade de simular testes.



Conformidade e Eficiência da Gestão

Gestão Pessoas

Gestão de Pessoas e Recursos Públicos: Inovação e Controle



Modernização e Eficiência Operacional

Transformação Digital

Automatização dos sistemas de Folha de Pagamento, Ponto Eletrônico e Oficiais de Justiça, reduzindo erros operacionais e tempos de atendimento.

Otimização da Força de Trabalho

Redesenho de fluxos processuais que permitiu a redução de custos administrativos e a elevação da satisfação do público interno.

Segurança de Dados Financeiros

Implementação de nova solução tecnológica para gestão de consignações, garantindo maior integridade à execução da folha de pagamento.



Supervisão, Controle e Conformidade

Monitoramento Contínuo

Exercício de controle estruturado sobre a execução orçamentária de pessoal, fundamentado em auditorias regulares e na verificação da conformidade de atos administrativos.

Relação com Órgãos de Controle

Atendimento tempestivo às demandas e diligências do TSE (SIGEPRO-Pessoal) e TCU (e-Pessoal), além do cumprimento integral das diretrizes do CNJ e da plataforma e-Social.

Transparência

Garantia da transparência ativa por meio da publicação regular de atos e dados financeiros no Portal da Transparência.

Mitigação de Riscos

Fortalecimento da governança institucional com foco na redução de riscos de irregularidades e na eficiência da aplicação dos recursos públicos.

Gestão de Auditoria

Monitoramento sistemático do cumprimento de prazos legais e das recomendações de auditoria interna e externa.



Valorização da nossa gente

Renovação com Jovens Talentos e Inovação na Psicologia



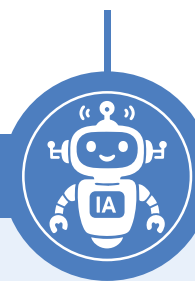
Concluímos a seleção de novas estagiárias e de novos estagiários e, pela primeira vez, incluímos estudantes de pós-graduação em Psicologia. Essa novidade prepara o terreno para o Programa de Residente Psicossocial em 2026, reforçando nossa rede de apoio. Hoje, contamos com 163 estagiárias/os que trazem energia nova para o Tribunal.

Papo de Sexta: Saúde e Conhecimento



Iniciamos um projeto de conversas descontraídas, mas muito importantes, que passam por temas como saúde mental, educação financeira, cuidados na terceira idade e as campanhas Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul. É o Tribunal cuidando da saúde física, mental e até financeira das pessoas que o integram.

IA a Serviço das Pessoas (Destaque Nacional)



Viramos referência no Brasil ao usar Inteligência Artificial para mapear as competências de cada setor. Desenvolvido pelo servidor Luis Gustavo Assis, o projeto possibilitou maior agilidade, padronização e qualidade técnica no mapeamento das competências institucionais, em consonância com o novo regulamento administrativo publicado recentemente. Foi apresentado em eventos nacionais como o Desenvolve-JE, a Expojud e no CNJ, em Brasília.

Pesquisa de Clima



instrumento essencial para ouvir, compreender e melhorar continuamente o ambiente de trabalho das unidades. Por meio dos dados coletados, será identificadas percepções, expectativas e necessidades. Com esse "termômetro", será possível impulsionar iniciativas que fortalecem a transparência, a valorização das pessoas e a eficiência institucional.



Saúde e qualidade

ATENDIMENTOS REALIZADOS

Médicos

613

Odontológicos

114

CAMPANHAS TEMÁTICAS

fevereiro	Carnaval da Saúde e Segurança
abril	Semana da Saúde
junho	Multivacinação
agosto	Saúde e Bem-Estar
setembro	Setembro Amarelo
outubro	Outubro Rosa Semana da Servidora e do Servidor TRE-MA Play
novembro	Novembro Azul

CAMPANHAS PERMANENTES

■ Carnaval da Saúde e Segurança: 45

■ Ginástica laboral e blitz postura

1.583 na Sede do TRE-MA e Fórum Eleitoral da Capital

■ Saúde Bucal

Distribuição de 676 kits para pessoas adultas e 222 kits Informativo "Estresse: como a tensão do dia a dia pode causar desgaste dos dentes e dores na face"

AÇÕES


- Multivacinação: 237
- Aferição de pressão arterial: 302
- Dosagem de glicemia: 302
- Orientação nutricional com bioimpedância: 20
- Fisioterapia (orientação): 06
- Relaxamento terapêutico: 196
- Kits Primeiros Socorros: enviados a 131 Zonas Eleitorais
- Exames periódicos apresentados: 268 servidores
- Oficina de Culinária (alimentação saudável): 30
- Fitdance: 15
- Yoga: 15

PALESTRAS + INFORMATIVOS


Número de participações: 3.330

Temas


- Prevenção Combinada das Infecções Sexualmente Transmissíveis
- Câncer de Intestino: Prevenção Salva Vidas

Mais informações 


- Ansiedade: Impactos no corpo, na mente e nas relações

Mais informações 

- Câncer de mama: proteção e autocuidado

Mais informações 

- Saúde Masculina no Novembro Azul

Mais informações 

Servidoras/es com possibilidade de aposentadoria voluntária

CARGO	ESPECIALIDADE	QUANTIDADE
Técnico Judiciário	Área Administrativa	23
	Área Operação de Computador	1
	Agente de Polícia Judicial	1
Analista Judiciário	Área Judiciária	5
	Área Administrativa	5
	Contabilidade	2
	Taquigrafia	2
Total		39

Cargos em comissão e funções comissionadas

A estrutura de cargos em comissão e funções comissionadas do TRE-MA em 2025 priorizou a especialização técnica e a alta performance, condicionando o exercício de liderança e assessoramento à participação obrigatória em programas bianuais de desenvolvimento gerencial.

CARGO EM COMISSÃO	OCUPADOS POR SERVIDORAS/ES COM VÍNCULO EFETIVO				OCUPADOS POR SEM VÍNCULO EFETIVO	VAGOS	TOTAL
	MESMO ENTE FEDERADO		OUTROS ENTES FEDERADOS				
	QUADRO PRÓPRIO	CARREIRAS DO JUDICIÁRIO DE OUTROS ÓRGÃOS	CARREIRAS DO JUDICIÁRIO	ESTATUTÁRIOS DE OUTRAS CARREIRAS			
CARGO EM COMISSÃO							
CJ-04	-	-	-	-	1	-	1
CJ-03	7	-	-	-	-	-	7
CJ-02	15	-	2	-	2	-	19
CJ-01	13	1	-	-	8	-	22
TOTAL	35	1	2	-	11	-	49
FUNÇÕES COMISSIONADAS							
FC-06	52	1	1	-	-	-	54
FC-05	13	-	-	-	-	-	13
FC-04	2	-	1	-	-	-	3
FC-03	38	-	-	3	-	1	42
FC-02	2	-	-	-	-	-	2
FC-01	12	1	-	-	-	-	13
TOTAL	119	2	2	3	-	1	

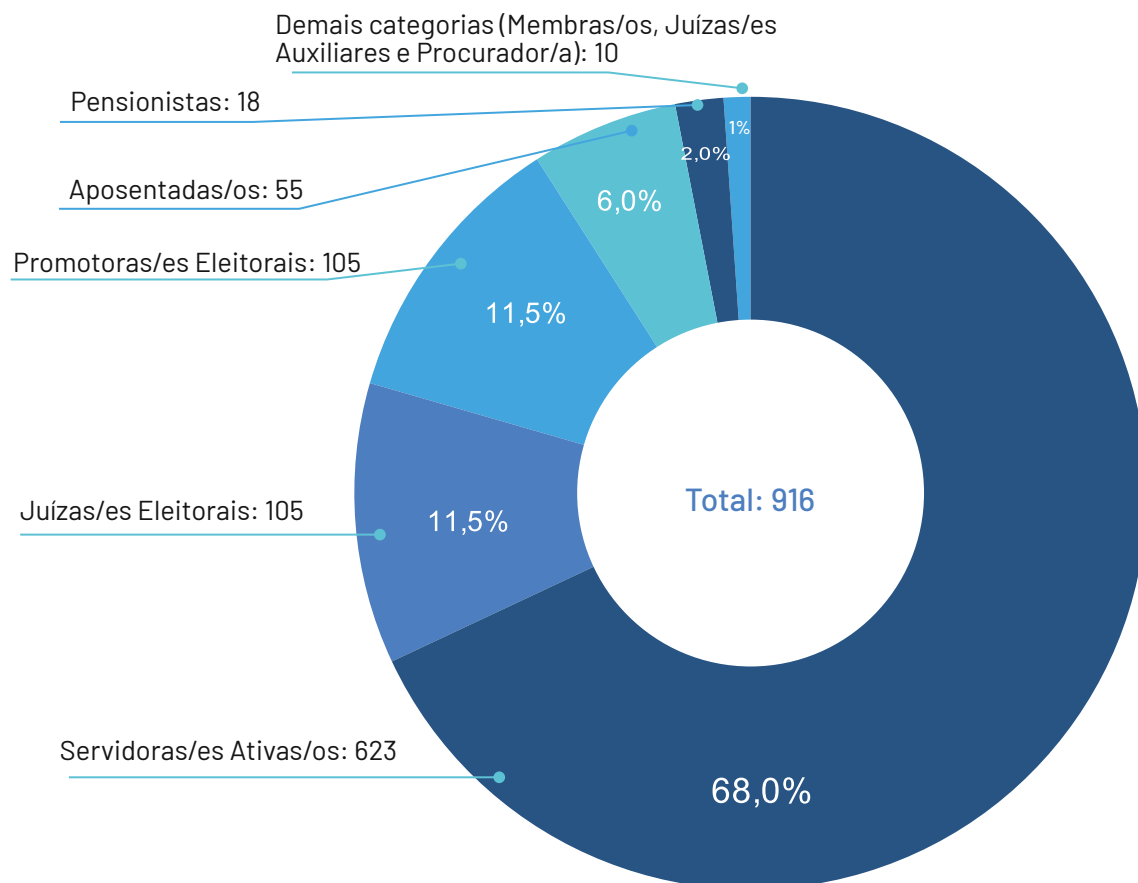
Conformidade e eficiência da gestão - força de trabalho por unidades

Unidade	Analista	Técnico Judiciário	Médico	Odontólogo	Requisitado	Cedido	Sem Vínculo	Exercício Provisório	TOTAL
Presidência	12	24	0	0	6	2	4	0	48
Diretoria-Geral	11	6	0	0	0	0	2	0	19
Auditoria Interna	4	2	0	0	0	0	0	0	6
Corregedoria	5	12	0	0	0	2	1	0	20
Gabinete dos Membros	7	7	0	0	0	1	0	0	15
Procuradoria Regional Eleitoral	1	2	0	0	0	0	1	0	4
Escola Judiciária	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Ouvidoria	0	3	0	0	0	0	0	0	3
Secretaria de Administração e Finanças	25	29	0	0	2	0	1	1	58
Secretaria de Gestão de Pessoas	14	25	3	1	0	1	0	0	44
Sec. de Tec. da Info. e Comunicação	13	33	0	0	1	0	1	0	48
Secretaria Jud. Única de 1º e 2º Graus	18	25	0	0	2	0	1	0	46
TOTAL	112	168	3	1	11	6	11	1	313

Gestão da folha de pagamento

TOTAL	Dimensão de Governança
Objetivo	Assegurar a legalidade, a eficiência, a confiabilidade e a transparência no processamento da folha de pagamento, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes dos órgãos de controle.
Sistemas Utilizados	Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), sistemas correlatos de folha de pagamento, SIGEPRO - Pessoal (TSE) e aplicações internas desenvolvidas pelo TRE-MA.
Procedimentos de Controle	Validações automáticas de cálculos; cruzamento de dados entre bases distintas; verificação de inconsistências; monitoramento de rubricas específicas; análise de impacto de alterações normativas; verificação de tetos e limites legais; acompanhamento de variações significativas.
Fluxo de Processos	Alimentação mensal dos sistemas pelas unidades da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP); emissão de relatórios; instrução de processos administrativos eletrônicos; tramitação pela Diretoria-Geral, Seção de Auditoria de Contas e Contratações, Coordenadoria de Orçamento e Finanças e Seção de Contabilidade Analítica e Gerencial.
Instâncias de Controle Interno	Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP); Auditoria Interna; Diretoria-Geral; unidades de orçamento e contabilidade.
Controle Externo	Tribunal de Contas da União (TCU) e acompanhamento pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por meio do sistema SIGEPRO - Pessoal.
Transparência e Prestação de Contas	Encaminhamento mensal de informações ao TSE; alimentação do Portal da Transparência; disponibilização de relatórios gerenciais e documentos comprobatórios.
Gestão da Informação	Realização de backups periódicos; preservação da confidencialidade das informações; controle de acesso aos sistemas; integridade e rastreabilidade dos dados.
Periodicidade	Processamento e controles realizados mensalmente, com auditorias internas e externas periódicas.

Despesas com pessoal



■ Estrutura Remuneratória - Cargos Efetivos

Mais informações



■ Estrutura Remuneratória - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas

Mais informações



■ Estrutura Remuneratória - membros, juízes e promotores

Mais informações



Tecnologia da informação

Conformidade legal

Observa e aplica as regras e diretrizes estabelecidas pelo TSE, CNJ e demais órgãos de controle externo.

Modelo de governança de TI

Alinhado à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), Resolução CNJ 370/21

Colegiado	Periodicidade reuniões	Atuação Estratégica
Comitê de Governança de TIC	Mensal	Deliberação de diretrizes, investimentos e alinhamento à ENTIC-JUD.
Comitê de Gestão de TIC	Quinzenal	Monitoramento operacional, execução de projetos e gestão de demandas de TIC.

Montante de recursos aplicados em TI

R\$ 18.097.202,38

R\$ 4.466.266,24: destinados exclusivamente à Segurança Cibernética.

Grupo de Natureza de Despesa	Despesas Empenhadas				Despesas Pagas				Restos a Pagar Pagos			
	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025
Investimento	6,15	11,26	1,44	7,95	2,7	15,45	1,44	6,88	0,41	3,45	4,98	2,32
Custeio	5,99	10,20	5,18	10,14	5,14	4,59	4,36	5,80	2,87	0,79	5,07	0,64
Total	12,14	21,46	6,62	18,09	7,84	10,03	5,8	12,68	3,28	4,24	10,05	2,96

* Não foram considerados gastos relacionados a urnas eletrônicas e eleições.

Contratações mais relevantes de recursos de TI.



Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor.

No Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021-2026, 30 iniciativas estavam previstas para conclusão em 2025:

21 concluídas

7 em andamento + 2 que ainda não iniciaram, terão seus prazos repactuados.

As principais iniciativas executadas em 2025 foram:

- ▶ Atualização do servidor de backup em fita
- ▶ Aumentar a força de trabalho de desenvolvimento de sistemas
- ▶ Avaliar a segurança dos sistemas legados, conforme Política de Segurança de Sistemas.
- ▶ Avaliar uma solução para implantação de um catálogo de softwares homologados
- ▶ Consertar e aperfeiçoar equipamentos de TIC úteis
- ▶ Consolidar portfólio de projetos da COSIN no portfólio geral da STIC
- ▶ Definir e executar atividades de gestão da segurança dos recursos de processamento da informação, inclusive dos recursos de computação em nuvem
- ▶ Elaborar estudo para melhoria de topologia de rede do prédio sede e anexo
- ▶ Estudar automatização da Atualização inventário de software
- ▶ Evoluir a arquitetura de software buscando melhorias na segurança
- ▶ Implantar a realização de testes de penetração anuais
- ▶ Implantar ferramenta para melhorar a segurança dos softwares desenvolvidos
- ▶ Integração de canais digitais com solução de Omnichannel
- ▶ Planejar cenários e a condução de exercícios de simulação e testes de resposta a incidentes
- ▶ Promover a Gestão por Competências nas áreas de TIC
- ▶ Propor modificação na política de controle de acessos para incluir o acesso a sistemas gerenciados pelo ODIN
- ▶ Prover infraestrutura de TIC para o novo Fórum da Capital
- ▶ Realizar manutenção das fibras próprias que conectam a sede aos Fóruns Eleitoral e Trabalhista
- ▶ Revisar o horário dos ativos, registros dos eventos e o envio de logs para o graylog.
- ▶ Revisar o Plano de Continuidade dos Serviços de TI para incluir a análise de impacto do negócio (AIN/BIA)
- ▶ Substituição/ampliação dos dispositivos para conexão à VPN em Postos de Atendimento ao Eleitor fixos, Juntas Eleitorais e composição de reserva técnica.

Planos de curto prazo (PDTIC e demais da TIC)

A área de TI possui 8 indicadores estratégicos que influenciam nos resultados da cadeia de valor do Tribunal, destes, 5 alcançaram a meta e 3 não atingiram:

Indicador	Polaridade	Meta 2025	Valor 2025	Valor 2024	Valor 2023	Valor 2022	Valor 2021
i33 - iGov TIC	Quanto maior, melhor	95,80%	94,28%	96,42%	95,48%	90,09%	66,61%
i34 - Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC	Quanto maior, melhor	99,00%	99,06%	99,38%	99,54%	99,20%	99,78%
i35 - Índice de Satisfação dos Usuários com o Suporte de TIC	Quanto maior, melhor	93,00%	98,52%	99,27%	97,26%	97,55%	92,72%
i36 - Índice de não atendimento às demandas por soluções de software	Quanto menor, melhor	29,00%	23,90%	29,46%	29,27%	27,79%	22,66%
i37 - Índice de Disponibilidade da Rede de Comunicação com as Unidades Eleitorais	Quanto maior, melhor	98%	97,32%	97,79%	97,66%	96,53%	87,71%
i38 - Índice de satisfação dos usuários com sistemas desenvolvidos pelo TRE-MA	Quanto maior, melhor	90,00%	95,91%	95,80%	98,90%	96,77%	99,64%
i41 - Índice de Execução do Plano de Transformação Digital	Quanto maior, melhor	95,00%	73,06%	90,00%	78,00%	80,00%	N/A
i42 - Quantidade de soluções de TI compartilhadas com outros órgãos	Quanto maior, melhor	10	32	21	80	15	4

Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.

Metas não alcançadas:

i33 - iGov TIC

Mudanças nos prazos pelo CNJ fizeram com que alguns itens anteriormente atendidos não tenham sido revisados a tempo, perdendo-se pontos relevantes.

i37 - Índice de Disponibilidade da Rede de Comunicação com as Unidades Eleitorais

Falhas pela empresa contratada e instabilidades no fornecimento de energia elétrica causam interrupções recorrentes nos serviços de telecomunicações, especialmente em Zonas Eleitorais com infraestrutura de rede mais precária.

i41 - Índice de Execução do Plano de Transformação Digital

Os 2 itens previstos para 2025 foram trabalhados, sendo que a ação de integração do portfólio de projetos da COSIN ao portfólio geral da STIC foi concluído.

Ações pendentes:

“Migrar monitoramento do PDTIC para SIGGO”: Sofreu impacto da falta de mão de obra no desenvolvimento, mas está atualmente em fase de testes e prevista para entrar em produção nos primeiros meses de 2026.

Melhorar a experiência do usuário da Central de Serviços com uso de Inteligência Artificial: Foi uma ação nova, cujo prazo é 2026.

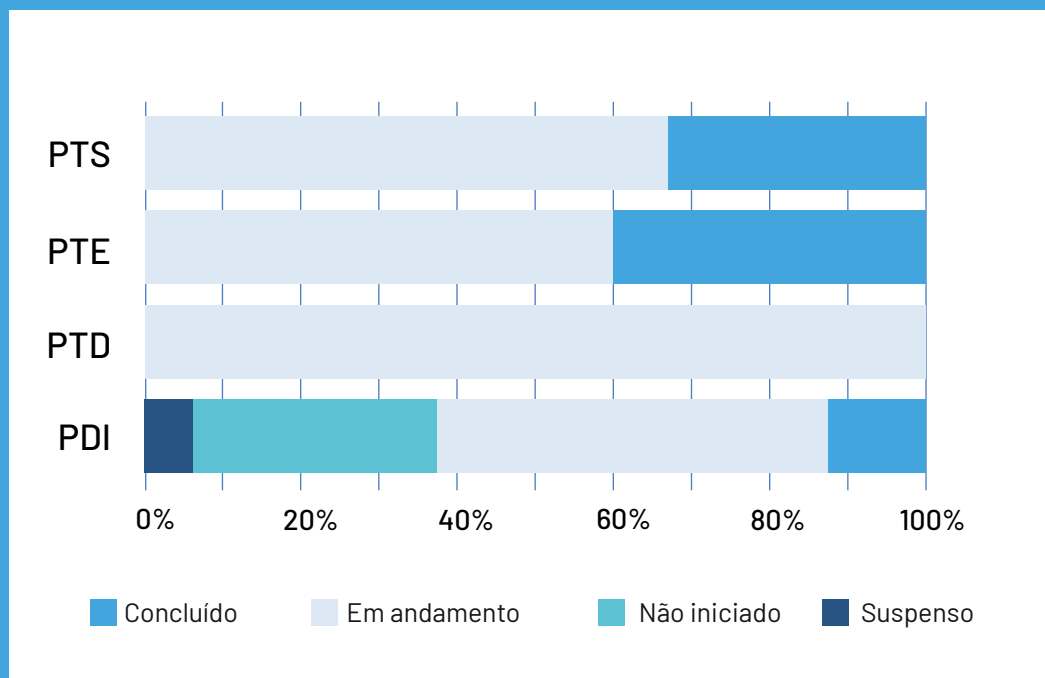
Ações previstas para 2026

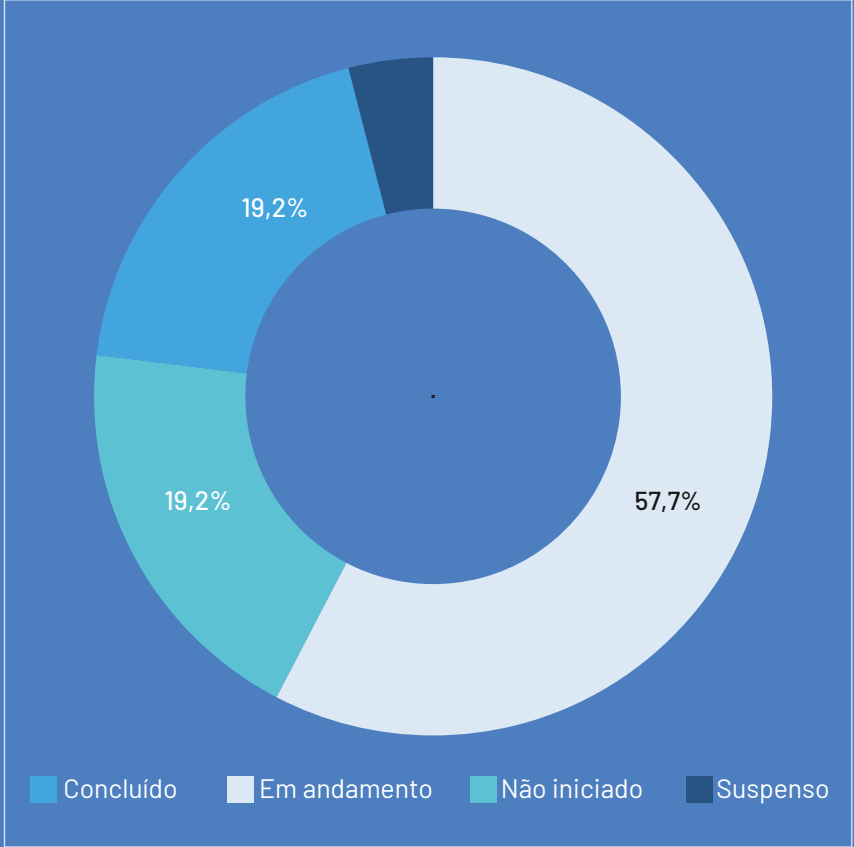
Para o restante do sexênio 2021-2026 ainda constam previstas 26 ações para a STIC:

- 16 ações no Plano de Demandas Internas (PDI)
- 5 ações no Plano de Trabalho da ENTIC-JUD (PTE)
- 3 ações no Plano de Trabalho de Segurança (PTS)
- 2 no Plano de Transformação Digital (PTD)

No PDI, a ação “Parceria com o Governo do Estado para aproveitamento de biometria externa” encontra-se suspensa. Destaca-se, ainda, que o Plano Diretor de TIC (PDTIC) é revisado anualmente, podendo incluir novas ações.

Execução dos planos do PDTIC 2021-2026





Os principais desafios para a área de TIC nos próximos anos incluem:

- Continuar atendendo às ações de Segurança Cibernética, conforme a ENSEC-PJ, ENSEC-JE e PSI-TSE, conforme estabelecido no PTS.
- Manter o padrão de excelência em Governança.
- Alinhar o quadro de pessoal de TIC aos critérios mínimos do CNJ.
- Integrar soluções de inteligência artificial ao contexto da Justiça Eleitoral, considerando o avanço dessa tecnologia.

Considerações sobre os itens do IESGO-TCU (levantamento de Governança, Sustentabilidade e Gestão) relativos à STIC, que ainda não foram atendidos/adotados em maior parte ou totalmente

Houve avanço nos itens relativos ao levantamento de levantamento de Governança, Sustentabilidade e Gestão do TCU (IESGO), especialmente quanto à normatização da Gestão de Configuração e Ativos, embora a plena operação dependa da implementação de ferramenta especializada para gerir a base de dados. Em paralelo, houve progresso no uso de ferramentas para o monitoramento dos Níveis de Serviço (ANS) e os Testes de Segurança e Vulnerabilidades já estão implantados e monitorados. No campo da inovação, a Inteligência Artificial já está em uso pelo órgão, apesar de ainda figurar em estágio inicial de maturidade.

Gestão de licitações e contratos

● Conformidade legal

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, conta com a Assessoria Jurídica que integra a sua estrutura e de acordo com as competências estabelecidas no Regulamento Administrativo, Resolução TRE-MA nº 10.339/2025, garantindo a conformidade das contratações com as normas vigentes atuando na segunda linha de defesa da gestão de riscos dos processos de licitações e contratos.

TIPOS DE SERVIÇOS/BENS CONTRATADOS	UNIDADES FAVORECIDAS	VALOR R\$
1. Vigilância ostensiva e eletrônica	Seção de Segurança Institucional e Inteligência	4.269.954,68
2. Apoio administrativo, técnico e operacional	Corregedoria Regional Eleitoral, Coordenadoria de Imprensa e Comunicação Social, Seção de Edição e Artes Gráficas, Assessoria de Segurança Institucional e Inteligência, Assessoria de Educação, Saúde e Apoio a Governança, Coordenadoria de Urnas e Sistemas, Coord. de Serviços, Infraestrutura e Manutenção Predial, Seção de Gestão de Patrimônio, Assistência de Saúde e Qualidade de Vida, Seção de Conservação e Serviços Gerais, Ouvidoria, Seção de Administração de Mídias e Depósito de Urnas e Supervisão de Apoio à Gestão de Sustentabilidade e Acessibilidade.	3.939.418,04
3. Estagiários	Assessoria de Educação, Saúde e Apoio à Governança	3.359.092,08
4. Equipamentos de Tecnologia da Informação	Coordenadoria de Infraestrutura de TIC, Coord. de Sistemas e Inovação e Seção de Segurança Cibernética.	3.217.857,24
5. Manutenção predial	Assessoria de Segurança Institucional e Inteligência, Seção de Conservação e Serviços Gerais e Seção de Manutenção Predial.	2.961.608,03
6. Energia elétrica	Secretaria do TRE-MA e Fóruns Eleitorais	2.733.249,14
7. Limpeza e conservação	Assistência de Saúde e Qualidade de Vida, Seção de Conservação e Serviços Gerais e Seção de Manutenção Predial.	2.020.682,83
8. Apoio técnico e operacional de TIC	Coordenadoria de Sistemas e Inovação	1.997.669,14
9. Manutenção de máquinas e equipamentos	Assistência de Saúde e Qualidade de Vida, Seção de Conservação e Serviços Gerais, Seção de Administração de Mídias e Depósito de Urnas e Seção de Manutenção e Equipamentos.	1.883.348,17
10. Locação de Imóveis	Assistência de Gestão de Contratos, Cartórios Eleitorais do Interior do Estado e a Seção de Gestão de Patrimônio.	1.374.843,25

TIPOS DE SERVIÇOS/BENS CONTRATADOS	UNIDADES FAVORECIDAS	VALOR R\$
11. Comunicação e rede de dados	Seção de Gestão de Redes.	1.136.396,05
12. Aquisição de materiais de consumo	Seção de Gestão de Almojarifado, Supervisão de Apoio à Gestão de Sustentabilidade e Acessibilidade, Seção de Administração de Mídias, Assistência de Saúde e Qualidade de Vida e Seção de Conservação e Serviços Gerais e Seção de Atendimento e Suporte de TIC	1.078.319,38
13. Aquisição de materiais permanentes	Seção de Gestão de Patrimônio, Seção de Administração de Mídias e Depósito de Urnas, Seção de Manutenção Predial, Seção de Conservação e Serviços Gerais e Seção de Manutenção e Equipamentos.	834.462,74
TOTAL		30.806.900,77

As contratações mais relevantes do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, estão alinhadas com os Objetivos Estratégicos constantes do Mapa Interativo do Planejamento Estratégico (<https://hotsites.tre-ma.jus.br/plano-estrategico/2021-2026/>).

OBJETO	CONTRATO	VALOR	JUSTIFICATIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO
Aquisição de 665 microcomputadores mini desktop com monitor.	59/2025	2.394.000,00	A aquisição e a atualização de equipamentos de TIC para as Zonas Eleitorais são medidas fundamentais para garantir a segurança operacional e a eficiência das Eleições 2026. O objetivo central é assegurar a integridade da transmissão e da totalização dos votos, mitigando riscos de falhas técnicas durante o processo.	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC.
Aquisição de 318 computadores tipo notebook.	74/2025	1.816.734,00	Atualizar o parque de notebooks do TRE-MA mediante a substituição de equipamentos obsoletos ou em fim de vida útil. A renovação é essencial para garantir a eficiência administrativa, a segurança da informação e a continuidade dos serviços, assegurando plena compatibilidade com o regime de trabalho híbrido, atividades externas e as diretrizes de modernização tecnológica do Tribunal.	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC.
Prestação de serviço técnico continuado, especializado em desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas de informação do TRE-MA.	21/2025	1.356.106,80	O avanço da automação, a atualização de sistemas e a inserção de novas tecnologias (mobile e e-learning) demandam a ampliação do suporte técnico do Tribunal. O objetivo é assegurar celeridade, segurança e transparência nos processos, atendendo às crescentes necessidades de governança e suporte à decisão.	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC.

OBJETO	CONTRATO	VALOR	JUSTIFICATIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO
Aquisição de equipamento Appliance de cópia de segurança com desduplicação, proteção contra ransomware e armazenamento de camadas	47/2025	1.190.000,00	A nova Política de Backup do TRE-MA exige uma capacidade de armazenamento de 81,4 TB, conforme sua tabela de temporalidade. Atualmente, o Tribunal dispõe de apenas 54 TB de capacidade útil, distribuídos em dois appliances ExaGrid EX27. Constata-se, portanto, uma insuficiência técnica para o cumprimento integral das diretrizes de armazenamento em vigor.	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC.

Destacam-se também as contratações relativas ao funcionamento administrativo do TRE-MA, especialmente os serviços de apoio técnico administrativo, vigilância, limpeza, telefonia, comunicação, condução de veículos e serviços postais.

CONTRATO DE GESTÃO

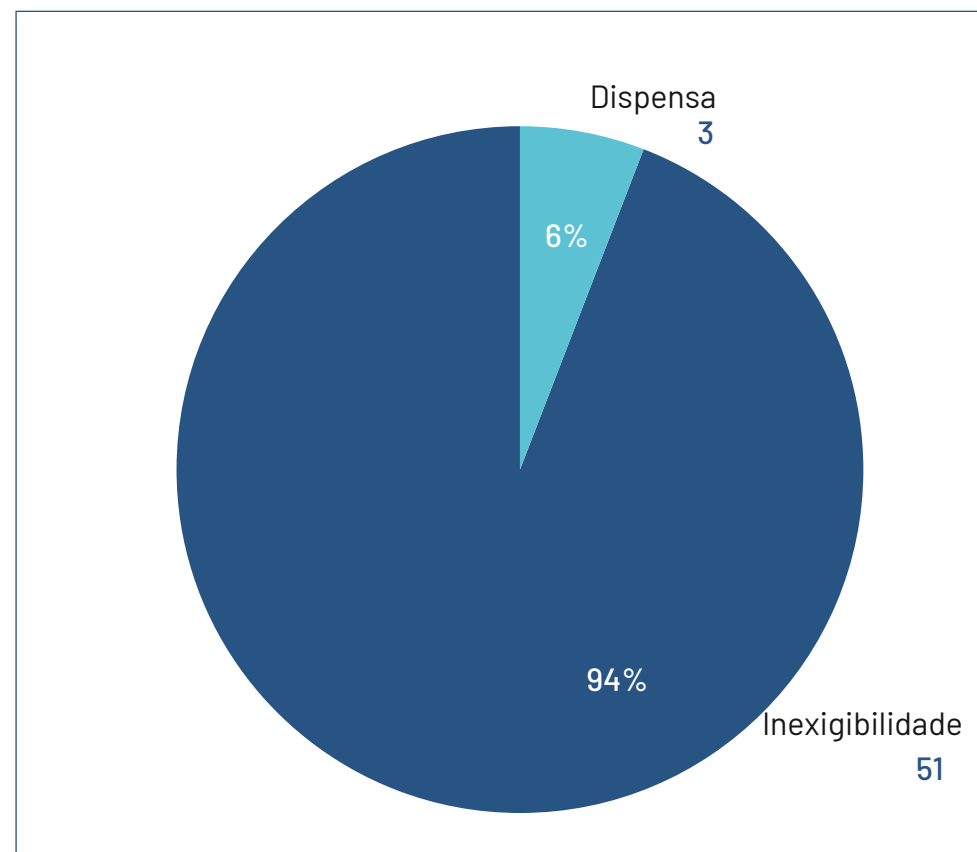
- ▶ Não houve contrato de gestão celebrado no exercício de 2025.

CONTRATAÇÕES DIRETAS

- ▶ Dispensa de licitação 3
- ▶ Inexigibilidade 51

PRINCIPAIS TIPOS DE CONTRATAÇÕES

- ▶ Cursos e treinamentos
- ▶ Confecção e instalação de uma galeria
- ▶ Serviços de coleta e descarte de lixo e material infectante
- ▶ Prestação de serviço contínuo de emissão de Certificados Digitais e-CPF A3 Nuvem da autoridade certificadora SERPRO
- ▶ Licenças de software da solução Rybená
- ▶ Locação de Imóvel



JUSTIFICATIVAS DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS

Entre as contratações diretas, destacam-se: serviços continuados de emissão de certificado digital e-CPF A3 Nuvem, junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), com fundamento no art. 75, inciso IX da Lei 14.133/21 e no art. 33 da Portaria TRE/MA 205/23;

Locação do Imóvel destinado a sediar as instalações físicas do Cartório Eleitoral da 25ª Zona no Município de Buriti, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, nos termos art. 74, inciso V e § 5º, da Lei 14.133/21, na Portaria TRE/MA 205/23, e no art. 24, I da Instrução Normativa SEGES/ME 103, de 30/12/2022.

Destacam-se ainda as contratações de cursos, treinamentos e workshop, com base nos artigos 23, § 4º, 72 e 74, caput, inciso III, f e §§ 3º e 4º da Lei 14.133/21.

SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES

As contratações e aquisições realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão adotam critérios de sustentabilidade em consonância com a Portaria TRE-MA 271/22, observando:

I - rastreabilidade e origem dos insumos de madeira como itens de papelaria e mobiliário, a partir de fontes de manejo sustentável;

II - eficiência energética

III - consumo racional de água;

IV - nível de emissão de poluentes e ruídos de veículos, máquinas e aparelhos consumidores de energia;

V - eficácia e segurança dos produtos usados na limpeza e conservação de ambientes;

VI - certificações orgânicas, fomento à produção local e à agricultura familiar na aquisição de gêneros alimentícios;

VII - eficácia e eficiência nos serviços de mobilidade, de vigilância e nos demais necessários ao apoio à atividade jurisdicional, considerando a relação custo/benefício da contratação; e

VIII - racionalidade e consumo consciente quanto aos bens materiais, assim como o acondicionamento adequado com a utilização de materiais recicláveis, considerando o menor volume possível nas embalagens e respectiva proteção no transporte e armazenamento.

INDICADOR DE CONTRATAÇÕES COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

PLANO ESTRATÉGICO

2021-2026

TÍTULO

i58 - Índice de contratos e aquisições com critérios de sustentabilidade

PERIODICIDADE

Quadrimestral

META 2025

90%

RESULTADO

100%

SITUAÇÃO

META ATINGIDA

Governança das Contratações

O principal desafio é a melhoria contínua do índice de governança e gestão das contratações (iGovContrat), bem como o índice de capacidade em gestão de contratações (iGestContrat), constantes do levantamento da autoavaliação de governança do TCU.

Através do indicador estratégico i60- Índice de Governança das Contratações são estabelecidas as metas para cumprimento das ações de melhoria com base nos itens em que o resultado da autoavaliação do TCU não tiveram classificação satisfatória.



Contratação de serviço de transporte por aplicativo

A aquisição de um serviço de transporte por plataforma tecnológica sob demanda, com gestão de frota e motoristas, foi identificada como uma solução vantajosa para o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão em comparação ao modelo atual de gestão de frota própria. Esta escolha se justifica de forma contundente pelos seguintes motivos:

- Economicidade e Otimização de Custos;
- Eficiência e Agilidade Operacional;
- Transparência e Controle Gerencial Inovador;
- Escalabilidade e Flexibilidade Operacional;
- Foco na Atividade Finalística;
- Qualidade e Profissionalização do Serviço.

Gestão Orçamentária e Financeira

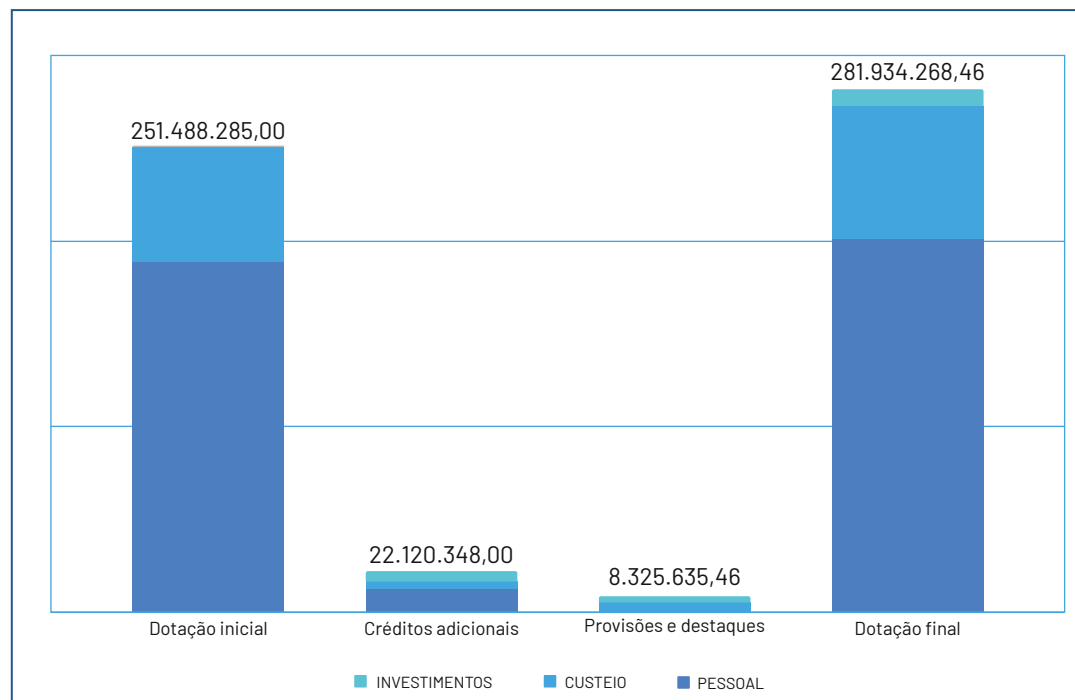
Orçamento total aprovado 2025

O orçamento total disponível no exercício de 2025 para o TRE-MA foi de R\$ 281.934.268,46. O orçamento inicialmente aprovado foi de R\$ 251.488.285,00.

Além disso, o Tribunal recebeu créditos extras do TSE para despesas de custeio de R\$ 3.538.240,00; R\$ 2.335.909,00 para investimentos e ainda R\$ 5.037.838,00 para despesas com a política de segurança da informação, além de R\$ 3.560.623,00 para Pleitos Eleitorais e biometria.

Recebemos também complementação de recursos para despesas com pessoal e benefícios ao longo do exercício de 2025.

No exercício de 2025 não houve contingenciamento orçamentário (limitações de empenho), determinado pelo Governo federal.

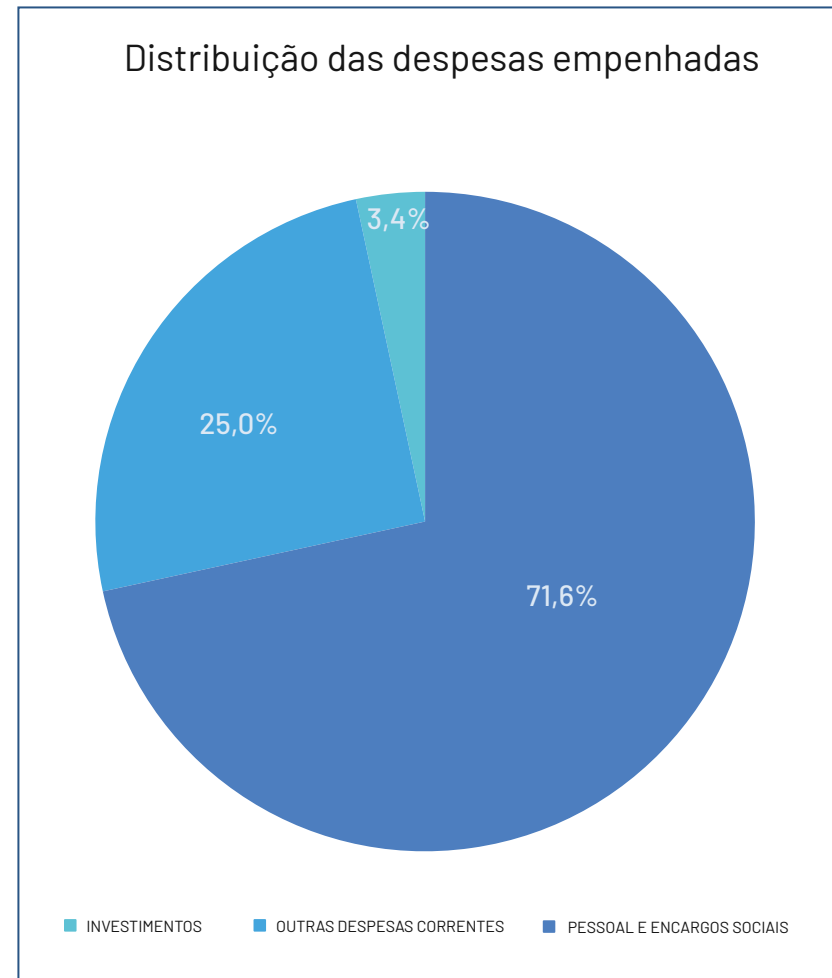
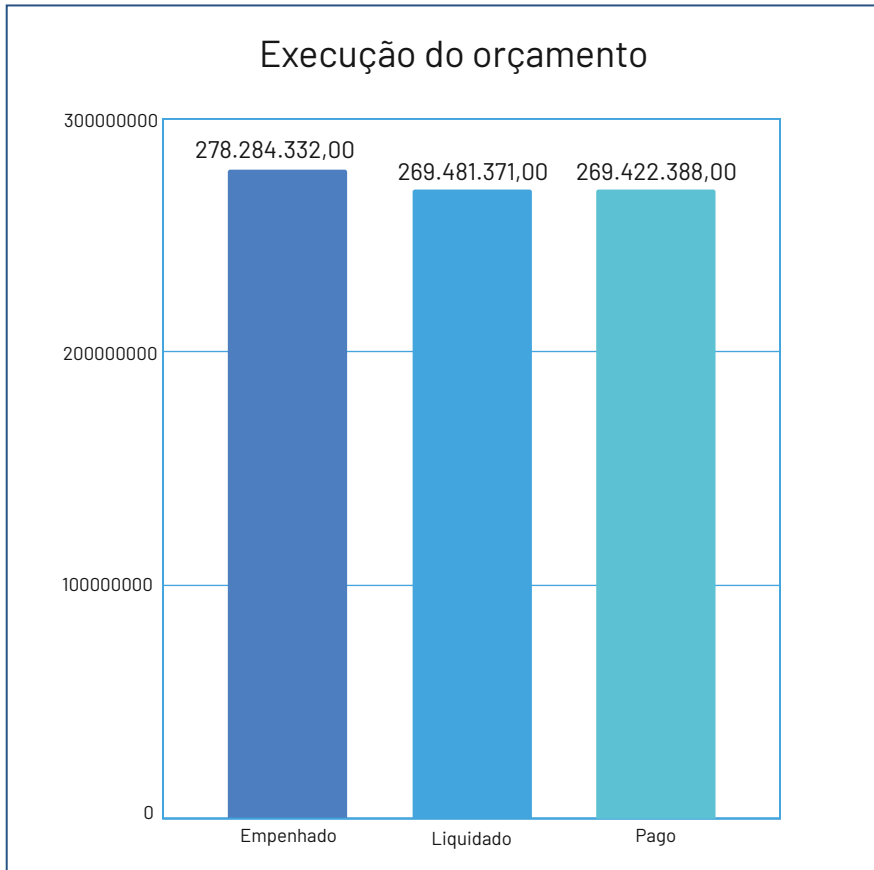


DOTAÇÃO FINAL **281.934.268,46**

Execução do orçamento 2025

Empenhado (R\$)		Liquidado (R\$)		Pago (R\$)	
27.284.332,00	98.7%	269.481.371,00	95.6%	269.422.388,00	95.6%

Perfil do gasto do Órgão em 2025

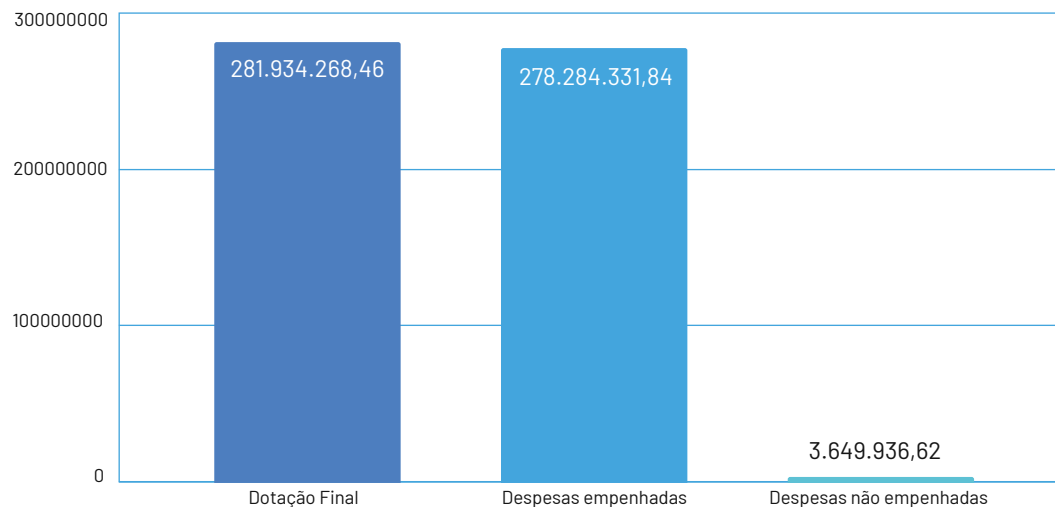


Despesas do TRE-MA por grupo

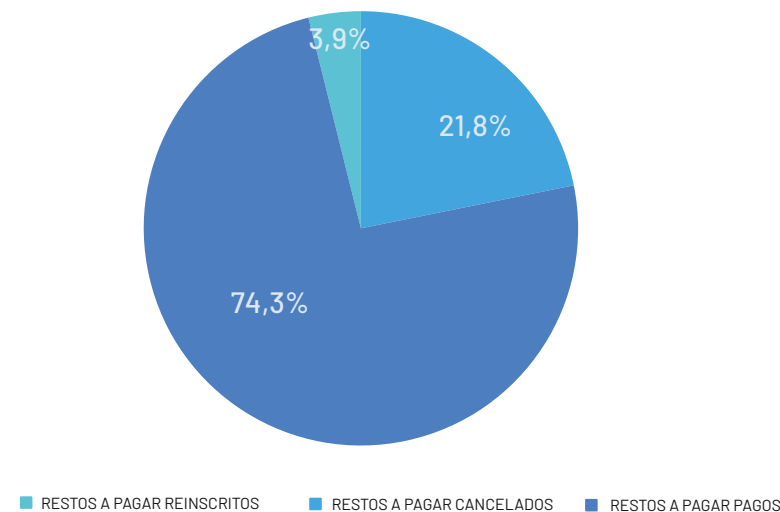
Evolução dos últimos anos

GRUPO DE DESPESA	2025							2024				2023			
	Dotação atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	RESTOS A PAGAR CANCELADOS	RESTOS A PAGAR PAGOS	Dotação atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Dotação atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	201.322.072,00	199.254.874,64	197.636.211,32	197.636.211,32	4.899.528,75	295.267,26	4.604.261,49	206.256.222,00	204.800.563,22	203.430.334,53	199.939.821,62	181.376.180,81	180.102.710,47	177.846.825,79	175.192.616,42
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	71.196.610,22	69.656.239,70	65.398.839,62	65.339.856,22	8.436.994,21	3.127.454,02	5.013.319,07	86.812.563,36	85.114.897,31	77.266.034,71	77.089.582,97	57.339.760,41	57.009.986,14	46.293.674,02	45.657.980,10
INVESTIMENTOS	9.415.586,24	9.373.217,50	6.446.319,98	6.446.319,98	4.763.866,25	528.094,39	3.828.016,86	11.424.692,00	8.573.040,93	4.400.558,95	4.121.229,14	16.577.471,00	16.104.986,61	6.779.307,02	5.900.069,57
TOTAIS	281.934.268,46	278.284.331,84	269.481.370,92	269.422.387,52	18.100.389,21	3.950.815,67	13.445.597,42	304.493.477,36	298.488.501,46	285.096.928,19	281.150.633,73	255.293.412,22	253.217.683,22	230.919.806,83	226.750.666,09

Execução do orçamento aprovado



Execução de restos a pagar inscritos em 2025



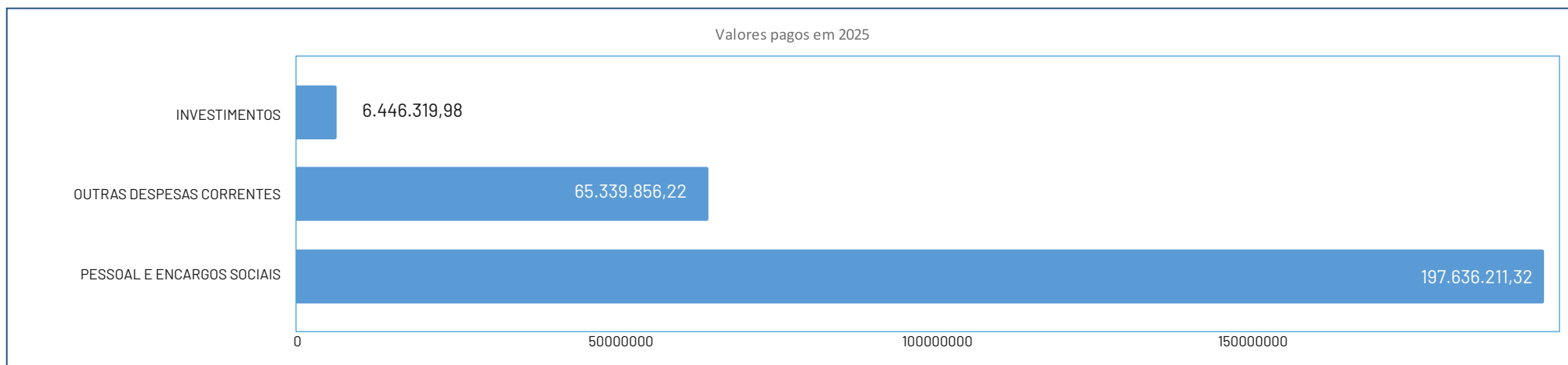
Execução por grupo e elemento de despesa

Grupo 1 Pessoal e Encargos Sociais

Grupo 2 Pessoal e Encargos Sociais

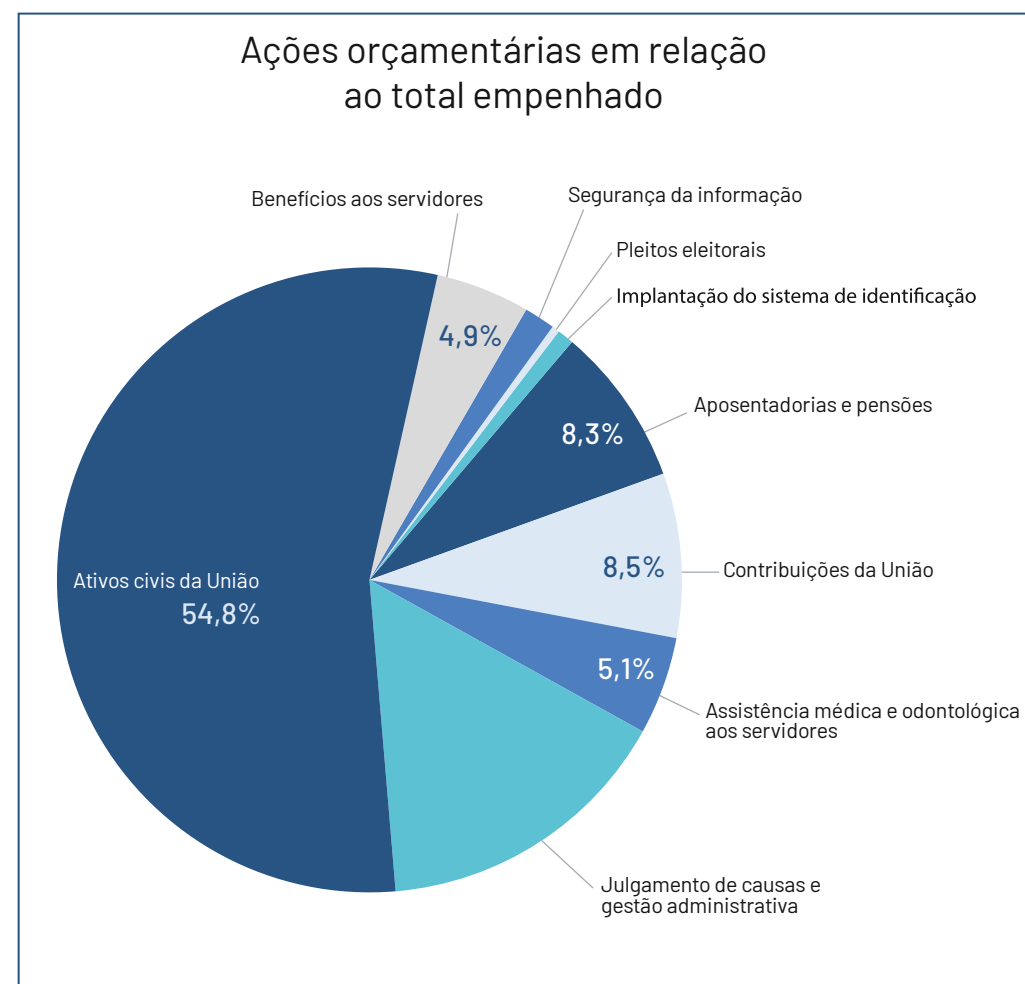
Grupo 2 Pessoal e Encargos Sociais

Elemento de Despesa	Empenhado 2025	Liquidado 2025	Pago 2025	Elemento de Despesa	Empenhado 2025	Liquidado 2025	Pago 2025	Elemento de Despesa	Empenhado 2025	Liquidado 2025	Pago 2025
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	145.655.837,63	145.519.870,78	145.519.870,78	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	14.589.948,43	12.633.236,63	12.633.236,63	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	9.372.921,43	6.446.023,91	6.446.023,91
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	24.093.755,19	24.093.755,19	24.093.755,19	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.533.116,46	14.533.116,46	14.533.116,46	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	296,07	296,07	296,07
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	17.431.960,88	17.431.960,88	17.431.960,88	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	11.436.310,32	11.436.310,32	11.436.310,32	DEMAIS ELEMENTOS			
	12.073.320,94	10.590.624,47	10.590.624,47	DEMAIS ELEMENTOS	29.096.864,49	26.796.176,21	26.737.192,81				
TOTAL	199.254.874,64	197.636.211,32	197.636.211,32	TOTAL	69.656.239,70	65.398.839,62	65.339.856,22	TOTAL	9.373.217,50	6.446.319,98	6.446.319,98

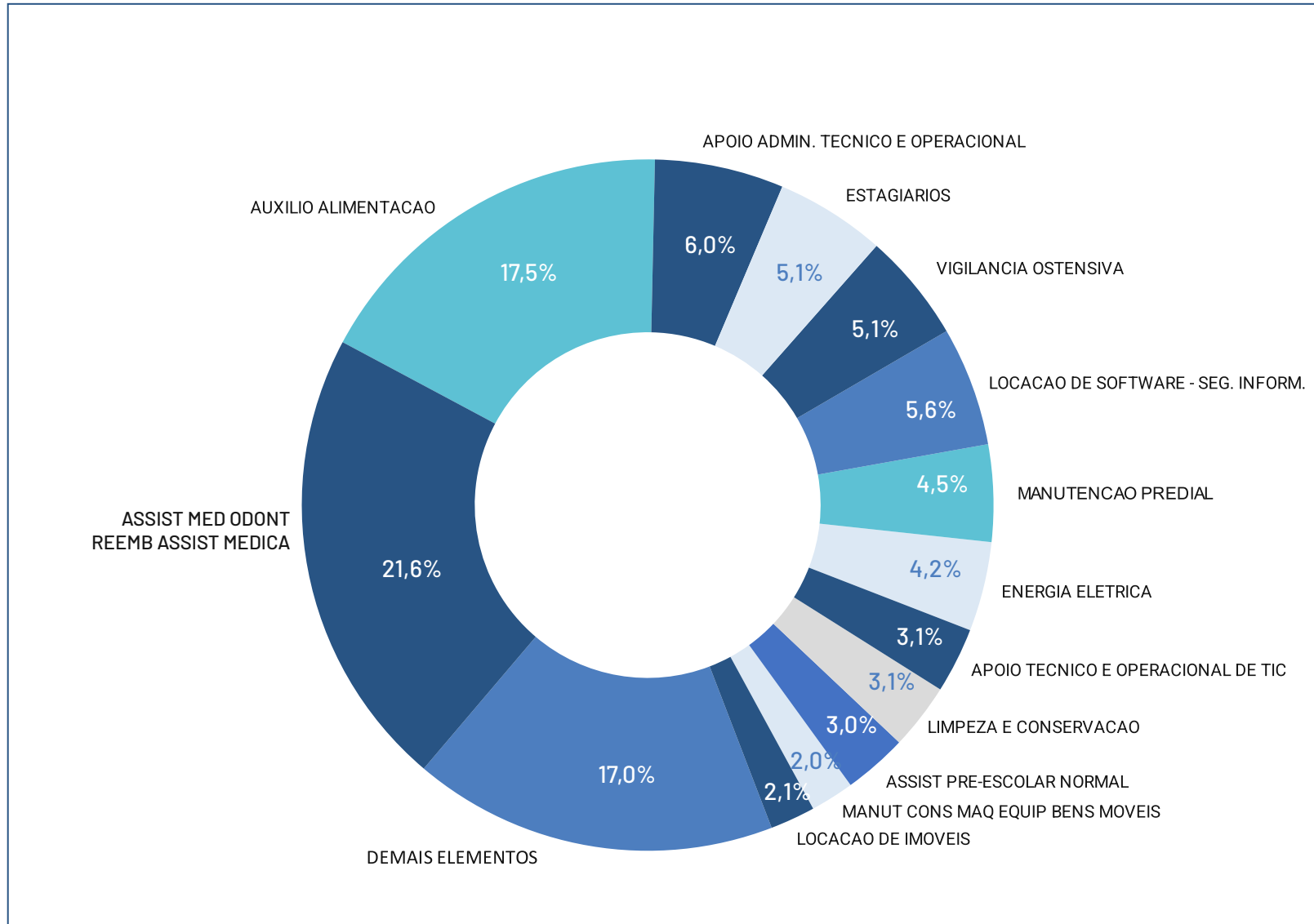


Despesas do TRE-MA por ação orçamentária

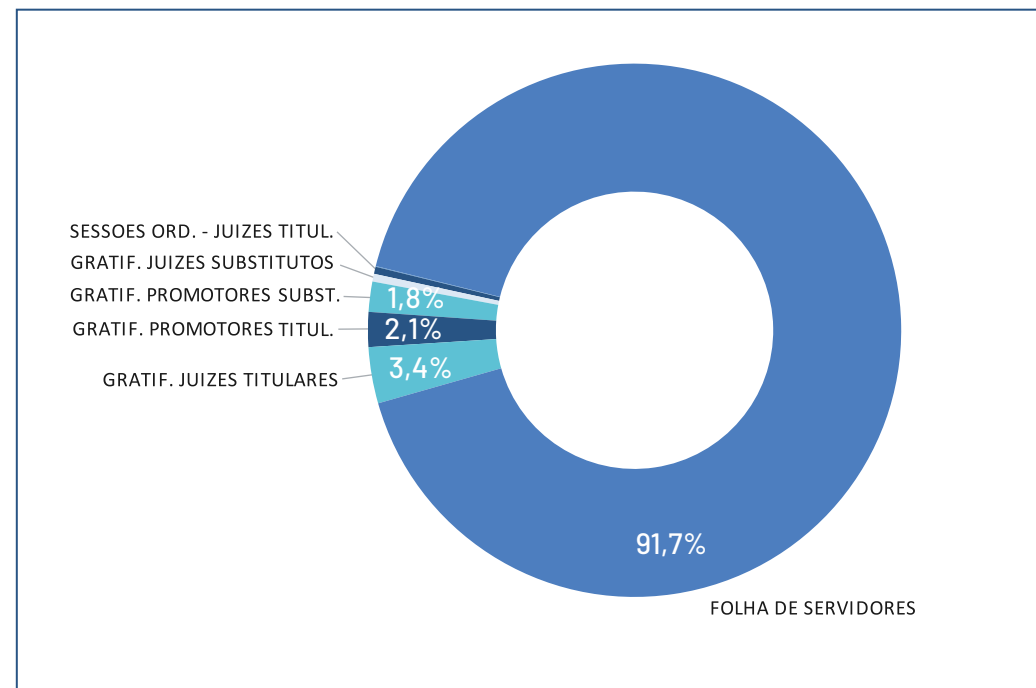
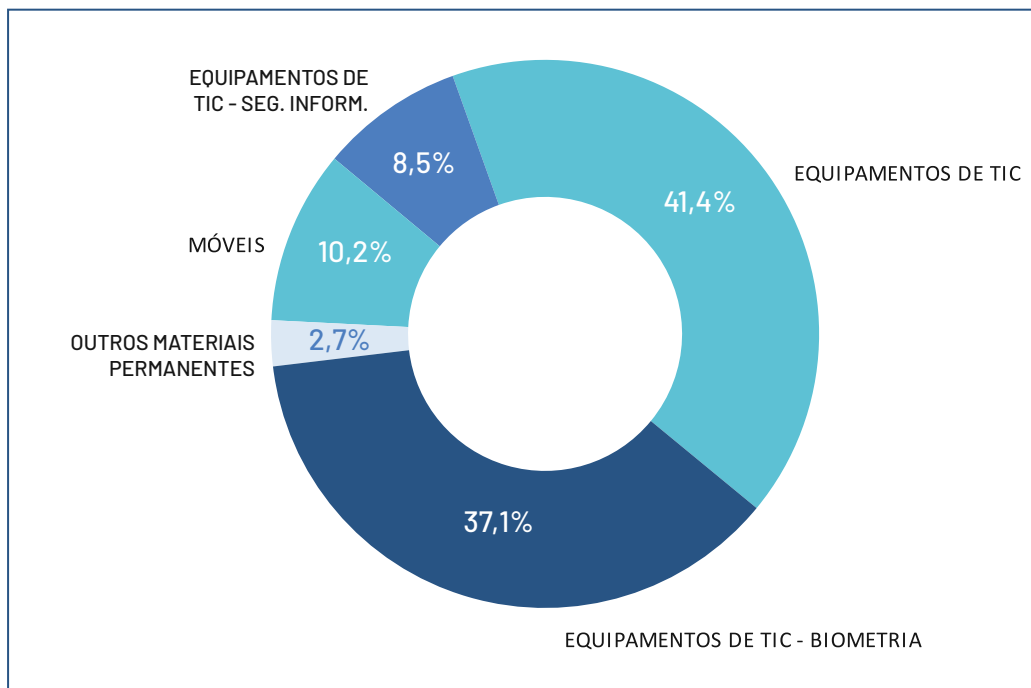
Elemento de Despesa	Dotação atualizada (incluindo provisões e destaques)	Empenhado	Pago
BENEFÍCIO ESPECIAL - LEI N. 12.618, DE 2012	0,00		
APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	23.216.339,00	22.968.840,22	22.968.840,22
BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL	18.224,00	18.216,00	18.216,00
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	24.416.040,00	23.665.114,14	23.665.114,14
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES	14.118.364,00	14.116.615,50	14.116.615,50
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	43.719.809,78	43.423.355,72	36.282.261,96
ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	153.689.693,00	152.620.920,28	151.002.256,96
BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS	14.157.337,00	13.515.029,88	13.515.029,88
GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERNÉTICA	5.037.838,20	4.466.266,24	4.440.967,32
PLEITOS ELEITORAIS	1.166.623,48	1.095.973,86	1.019.085,54
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR	2.394.000,00	2.394.000,00	2.394.000,00
TOTAL	281.934.268,46	278.284.331,84	269.422.387,52



Principais despesas pagas em 2025



Principais despesas pagas em 2025



Despesas por finalidade

Detalhamento das maiores despesas de 2025

GRUPO DESPESA	TIPO DE DESPESA (PLANO INTERNO)	2025		
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	PESSOAL - FOLHA DE SERVIDORES	182.770.526,27	18.151.862,95	181.151.862,95
	GRATIF. ELEIT. JUIZES TITULARES	6.733.041,54	6.733.041,54	6.733.041,54
	GRATIF. ELEIT. PROMOTORES TITULARES	4.172.058,21	4.172.058,21	4.172.058,21
	GRATIF. ELEIT. PROMOTORES SUBSTITUTOS	3.609.872,20	3.609.872,20	3.609.872,20
	GRATIF. ELEIT. JUIZES SUBSTITUTOS	925.487,38	925.487,38	925.487,38
	SESSÕES ORDINÁRIAS - JUIZES TITULARES	851.759,78	851.759,78	851.759,78
	SESSÕES ORDINÁRIAS - PROC. TITULARES	86.619,84	86.619,84	86.619,84
	SESSÕES ORDINÁRIAS - JUIZES SUBSTITUTOS	80.960,10	80.960,10	80.960,10
	SESSÕES ORDINÁRIAS - PROC. SUBSTITUTOS	24.549,32	24.549,32	24.549,32
SUBTOTAL		199.254.874,64	197.636.211,32	197.636.211,32

GRUPO DESPESA	TIPO DE DESPESA (PLANO INTERNO)	2025		
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
INVESTIMENTOS	EQUIP. DE TEC. DA INFORM. E COMUNICAÇÃO	5.015.862,89	2.671.246,00	2.671.246,00
	EQUIPAMENTOS DE TIC - BIOMETRIA	2.394.000,00	2.394.000,00	2.394.000,00
	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIP.	754.444,37	173.853,74	173.853,74
	MÓVEIS	662.299,00	660.609,00	660.609,00
	EQUIPAMENTOS DE TIC - SEG. INFORMAÇÃO	546.611,24	546.611,24	546.611,24
SUBTOTAL		9.373.217,50	6.446.319,98	6.446.319,98

Despesas por finalidade

Detalhamento das maiores despesas de 2025

GRUPO DESPESA	TIPO DE DESPESA (PLANO INTERNO)	2025		
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	ASSIST. MÉD. ODONT. - REEMB ASSIST. MÉDICA	14.116.615,50	14.116.615,50	14.116.615,50
	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	11.450.463,43	11.450.463,43	11.450.463,43
	APOIO ADMIN. TÉCNICO E OPERACIONAL	4.553.583,81	3.946.367,48	3.939.418,04
	ESTAGIÁRIOS	3.804.645,15	3.359.092,08	3.359.092,08
	VIGILÂNCIA OSTENSIVA	3.650.179,08	3.332.590,78	3.332.590,78
	LOCAÇÃO DE SOFTWARE - SEG. INFORM.	3.640.480,00	3.640.480,00	3.640.480,00
	MANUTENÇÃO PREDIAL	3.390.065,27	2.961.608,03	2.961.608,03
	ENERGIA ELÉTRICA	3.087.301,28	2.733.249,14	2.733.249,14
	APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL DE TIC	2.237.707,28	2.049.696,20	1.997.669,14
	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	2.225.325,69	2.020.682,83	2.020.682,83
	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR NORMAL	1.945.363,76	1.945.363,76	1.945.363,76
	MANUTENÇÃO E CONS. MAQ. EQUIP BENS MÓVEIS	1.774.837,87	1.332.553,37	1.332.553,37
	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1.516.110,63	1.374.843,25	1.374.843,25
	COMUNICAÇÃO E REDES DE DADOS	1.279.983,93	1.136.396,05	1.136.396,05
	VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	1.092.078,13	937.363,90	937.363,90
	DIÁRIAS/AJUDA DE CUSTO SERVIDORES JE	1.043.696,77	1.043.696,77	1.043.696,77
	DEMAIS ELEMENTOS	8.847.802,12	8.017.777,05	8.017.770,15
	SUBTOTAL		69.656.239,70	65.398.839,62
TOTAL (EXCETO PLEITOS ELEITORAIS)		258.382.777,34	247.166.894,27	243.351.443,33

Despesas por modalidade de contratação em 2025

Todas - exceto despesas de pessoal, benefícios e diárias		
Modalidade de licitação	Despesa empenhada	Despesa paga
CONCORRÊNCIA		
DISPENSA DE LICITAÇÃO*	1.183.083,62	1.064.819,84
INEXIGIBILIDADE	4.796.053,84	4.248.852,13
NÃO SE APLICA**	59.442,47	596.442,47
SUPRIMENTO DE FUNDOS	56.194,62	56.194,62
PREGÃO	42.432.066,57	35.854.251,06
Total	49.065.866,12	41.820.560,12

* Dispensa de licitação: refere-se a despesas com serviços de correios, fornecimento de energia elétrica, locação de imóveis, etc.

** Não se aplica: refere-se a pagamentos de despesas com indenizações, alimentação de mesários, ressarcimento a oficiais de justiça, ajudas de custo de servidores, tributos e multas, etc.

Despesas de pessoal - exceto benefícios		
Modalidade de licitação - Não se aplica	Despesa Executada	Despesa paga
APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS	22.968.840,22	22.968.840,22
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	23.665.114,14	23.665.114,14
ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	152.620.920,28	151.002.256,96
Total	199.254.874,64	197.636.211,32

Despesas com diárias		
Modalidade de licitação - Não se aplica	Despesa Executada	Despesa paga
CORREIÇÕES	179.562,62	179.562,62
DIÁRIAS PARA MEMBROS	212.991,50	212.991,50
DIÁRIAS/AJUDA DE CUSTO SERV. JE	1.041.040,85	1.041.040,85
ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL	23.269,39	23.269,39
CAPACIT. DE REC. HUM. - PAC - TRE-MA	333.950,40	333.950,40
CAPACITAÇÃO DE REC. HUMANOS - TIC	3.161,30	3.161,30
REV. ELEIT. - CÂNDIDO MENDES-MA	521.778,64	521.778,64
Total	2.315.754,70	2.315.754,70

Despesas com benefícios a servidores		
Modalidade de licitação - Não se aplica	Despesa Executada	Despesa paga
BENEFÍCIOS DE LEGISL. ESPECIAL	18.216,00	18.216,00
ASSIST. MÉDICA E ODONT. AOS SERV.	14.116.615,50	14.116.615,50
BENEF. OBRIGAT. AOS SERV. CIVIS	13.515.029,88	13.515.029,88
Total	27.649.861,38	27.649.861,38

Execução de Restos a Pagar em 2025 e inscrição para 2026

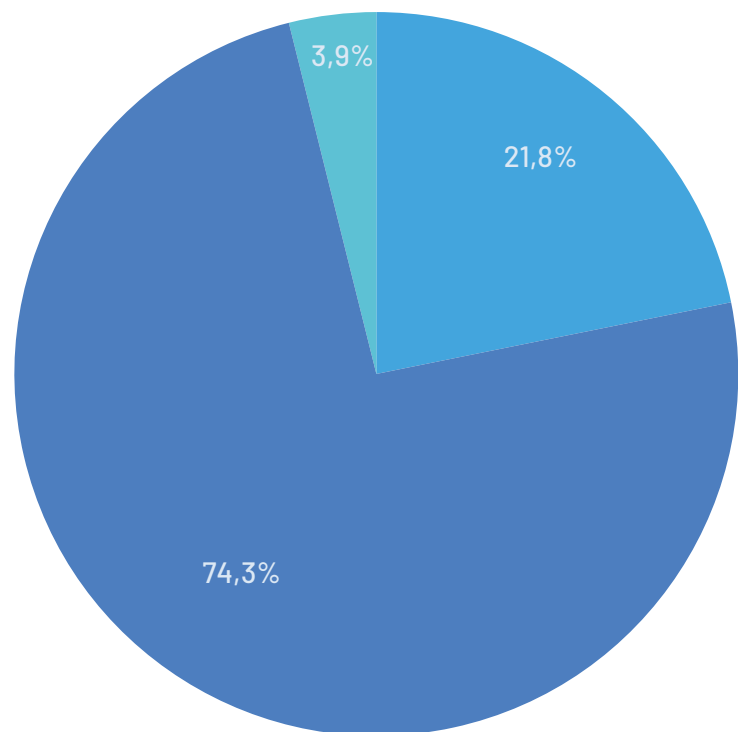
Execução de restos a Pagar inscritos em 2025

Ação Orçamentária	Ano Emissão	RP Inscritos e reinscritos para 2025	Restos a pagar cancelados	Restos a pagar pagos
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	2022	30.983,79	30.983,79	
	2023	390.713,01	246.238,04	144.474,97
	2024	7.725.123,73	972.613,42	6.311.268,72
PESSOAL ATIVO	2023	38.787,15	38.787,15	
	2024	4.855.349,21	251.087,72	4.604.261,49
CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	2022	204.822,46		204.822,46
	2024	2.185.161,37	514.623,77	1.430.105,06
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	2023	89.602,00	14.750,00	74.852,00
	2024	265.699,70	224.479,60	41.220,10
PLEITOS ELEITORAIS	2022	7.613,07	7.613,07	
	2024	2.306.533,72	1.649.639,11	634.592,62
Total		18.100.389,21	3.950.815,67	13.445.597,42

Inscrição e reinscrição de Restos a Pagar para 2026

Ação Orçamentária	Ano Emissão	RP Inscritos e reinscritos para 2026	Restos a pagar inscritos para 2026	Total a pagar em 2026
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	2024	441.241,59		441.241,59
	2025		7.141.093,76	7.141.093,76
PESSOAL ATIVO	2025		1.618.663,32	1.618.663,32
CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	2024	240.432,54		240.432,54
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	2025		25.298,92	25.298,92
PLEITOS ELEITORAIS	2024	22.301,99		
	2025		76.888,32	76.888,32
Total		703.976,12	8.861.944,32	9.543.618,45

Execução de restos a Pagar inscritos em 2025



■ RESTOS A PAGAR REINSCRITOS 2026 ■ RESTOS A PAGAR CANCELADOS ■ RESTOS A PAGAR PAGOS

O TRE-MA executou, no exercício de 2025, quase a totalidade dos recursos inscritos em restos a pagar. Apenas 4% dos recursos foram reinscritos para 2026.

Com relação à inscrição para 2026, esta foi da ordem de R\$ 8.861.944,32 (16,4%). Embora tenhamos obtido uma significativa redução em relação ao valor inscrito para 2025, não foi cumprida a meta estabelecida pelo TSE, que era inicialmente de 15,5% e posteriormente estabelecida em 10% (final de novembro/25).

O não cumprimento justifica-se, em parte, em razão do TRE-MA ter recebido, no final do exercício, crédito orçamentário extra correspondente a 6,83% do valor aprovado na LOA, equivalente a R\$ 2.605.048,00 (dois milhões, seiscentos e cinco mil e quarenta e oito reais), em decorrência do ajuste promovido pela ADI STF n.º 7641, o que inviabilizou a execução em tempo hábil para evitar a inscrição em RP.

Ressaltamos que, embora a meta para a inscrição em "restos a pagar" não tenha sido cumprida, foi possível incluir grande parte do valor inscrito em Restos a Pagar na fonte 1027, que não irá causar impactos no limite financeiro deste Tribunal no exercício de 2026.

O desempenho do TRE-MA em 2025 foi caracterizado por uma execução orçamentária rigorosa. A obtenção do Selo Diamante em dezembro de 2025 corrobora que o Tribunal não apenas gastou o recurso, mas o fez de forma aderente ao planejamento estratégico. Comparado a outros tribunais de médio porte (como o TRE-CE ou TRE-PE), o Maranhão se destacou pela baixa taxa de perda orçamentária, evidenciando uma gestão de contratos eficientes que evita o represamento de recursos no final do ano.

Desempenho dos indicadores de Gestão

INDICADORES DE APOIO À EXECUÇÃO				
	INDICADOR	Periodicidade	Desempenho 2025	Metas - 2025
Orçamento Ordinário	"Indicador de aderência ao planejamento (quanto maior melhor)"	Quadrimestral	86.4%	73.0%
	"Indicador de perdas OCC (quanto menor melhor)"	Quadrimestral	0.7%	2.3%
Orçamento de Pleitos Eleitorais	"Indicador de aderência ao planejamento (quanto maior melhor)"	Quadrimestral	86.1%	66.0%
	"Indicador de perdas OCC (quanto menor melhor)"	Quadrimestral	6.1%	2.7%
	Indicador de inscrição em Restos a Pagar (quanto maior melhor)"	Quadrimestral	16.4%	15.5%

INDICADOR DE ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO

Este indicador mede o alinhamento entre o que foi planejado na proposta orçamentária e o que foi efetivamente distribuído e executado.

Despesas Ordinárias: Em 2025, o TRE-MA manteve uma alta aderência nas despesas de manutenção (Custeio e Pessoal). A governança orçamentária seguiu a meta de manter a execução dentro de um desvio mínimo em relação ao cronograma de desembolso mensal.

Pleitos Eleitorais: Como 2025 foi um ano pós-eleitoral (seguido às Eleições Municipais de 2024), a aderência focou na finalização de contratos de logística e armazenamento de urnas. O indicador costuma ser mais desafiador aqui devido a créditos suplementares, mas o TRE-MA apresentou estabilidade, garantindo que os recursos remanescentes fossem aplicados conforme o planejado para a manutenção do parque tecnológico.

INDICADOR DE PERDAS ORÇAMENTÁRIAS

Refere-se à dotação que "sobrou" no sistema sem ser empenhada até 31 de dezembro. É o principal termômetro de eficiência na utilização do recurso público.

Meta TSE (Portaria 210/2025): Para alcançar a pontuação máxima em eficiência, o TSE estabeleceu que as perdas orçamentárias (especialmente em despesas discricionárias) deveriam ser inferiores a 2,3%.

Desempenho TRE-MA: Historicamente, e reforçado pelos dados de 2025, o TRE-MA tem conseguido manter esse índice abaixo de 1%. Isso indica que a Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COFIN) realizou um remanejamento ágil de saldos (procedimento de "limpeza" de sobras) para unidades que ainda possuíam demandas pendentes, evitando a devolução de recursos ao Tesouro Nacional.

INDICADOR DE INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

Mede o volume de despesas que foram empenhadas (comprometidas), mas não foram pagas dentro do mesmo ano.

Metas do Selo de Qualidade 2025: * Despesas Discricionárias: Meta de inscrição até 15,5%.

Despesas Obrigatórias: Meta de inscrição até 1,3%.

Análise do Exercício: O TRE-MA demonstrou uma tendência de redução na inscrição de RP Não Processados. Foi cumprida a meta do TSE em relação às despesas obrigatórias com um percentual de inscrição de 0,8%. Em relação às despesas discricionárias, o foco foi liquidar o máximo de faturas de prestação de serviços continuados até dezembro de 2025. O baixo volume de Restos a Pagar inscritos é um dos fatores que garantiu ao Tribunal a pontuação elevada no Eixo de Gestão Estratégica do TSE.

Os indicadores orçamentários adotados por este Tribunal estão de acordo com a metodologia elaborada pela SOF/TSE:

O **indicador de aderência** ao planejamento, refere-se ao controle de distribuição do orçamento de acordo com a proposta orçamentária aprovada, sendo calculado tanto para as despesas ordinárias quanto para as despesas de Pleitos Eleitorais;

O **indicador de perdas**, refere-se aos valores não empenhados em relação à dotação orçamentária disponível. O indicador de perdas também é calculado tanto para as despesas ordinárias quanto para as despesas de Pleitos Eleitorais;

O **indicador de inscrição** em Restos a Pagar, refere-se aos valores empenhados, porém não pagos no exercício em referência.



DESAFIOS

Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do TRE - MA;
Eliminar o percentual de perdas orçamentárias, garantindo a aderência ao planejamento orçamentário;

Manter em bom funcionamento toda a estrutura da Secretaria e de todas as Zonas eleitorais do estado, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras advindas do limite do teto de gastos;

Executar todo o recurso inscrito em Restos a Pagar para 2026, minimizando ao máximo novas inscrições.



INOVAÇÕES

Fortalecimento do Comitê de Apoio a Gestão Orçamentária e de Contratações - CGOC, com a realização de reuniões periódicas com vistas a imprimir celeridade nas licitações e nas tramitações dos processos;

Antecipação do início das novas licitações de forma a adequar o cronograma de execução orçamentária e financeira, reduzindo inscrições desnecessárias em Restos a Pagar.



AÇÕES FUTURAS

Promover melhorias nos processos de contratação de bens e serviços;

Dar continuidade às atividades de racionalização das despesas contínuas do Tribunal;

Conhecer e aplicar “boas práticas” dentre os Tribunais Eleitorais e do TSE, na área de economicidade orçamentária;

Divulgar os resultados alcançados com as medidas de racionalização das práticas implementadas;

Conscientizar todos os gestores da necessidade de melhoria da gestão orçamentária e financeira da sua unidade

Conformidade e Eficiência da Gestão

Infraestrutura: Obras e Reformas

● Conformidade legal

As atividades estão de acordo com o Regulamento Administrativo do TRE-MA (Resolução 10.339/25) e com a Resolução 10.356/25 que trata do Plano de Obras deste Tribunal para o biênio 2025/2026 (SEI 0003562-43.2025.6.27.8000), bem como os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência.

● Principais investimentos de capital (infraestrutura)

- ▶ Reforma do Fórum Eleitoral de São Luís: Total executado em 2025 - R\$ 631.171,90
- ▶ Fóruns Eleitorais de Mirador (R\$320.010,12) e Zé Doca (R\$292.746,44) - concluídos.
- ▶ Fóruns Eleitorais de Grajaú (R\$161.937,29) e de São Bento (R\$107.980,61) - em andamento.

● Mudanças e adaptações patrimoniais

Adaptações em imóveis locados em razão da mudança, com vistas a assegurar a continuidade dos serviços eleitorais: nos Cartórios Eleitorais de Bom Jardim (R\$59.761,87) e Buriti (R\$69.912,84).

● Principais desafios e ações futuras

Conseguir desempenhar as funções com qualidade e eficiência diante do reduzido número de pessoas, da limitação orçamentária e do aumento das demandas. O foco deve priorizar ações essenciais, racionalizando custos e otimizando o uso dos recursos disponíveis.

Conformidade e Eficiência da Gestão

Gestão Patrimonial

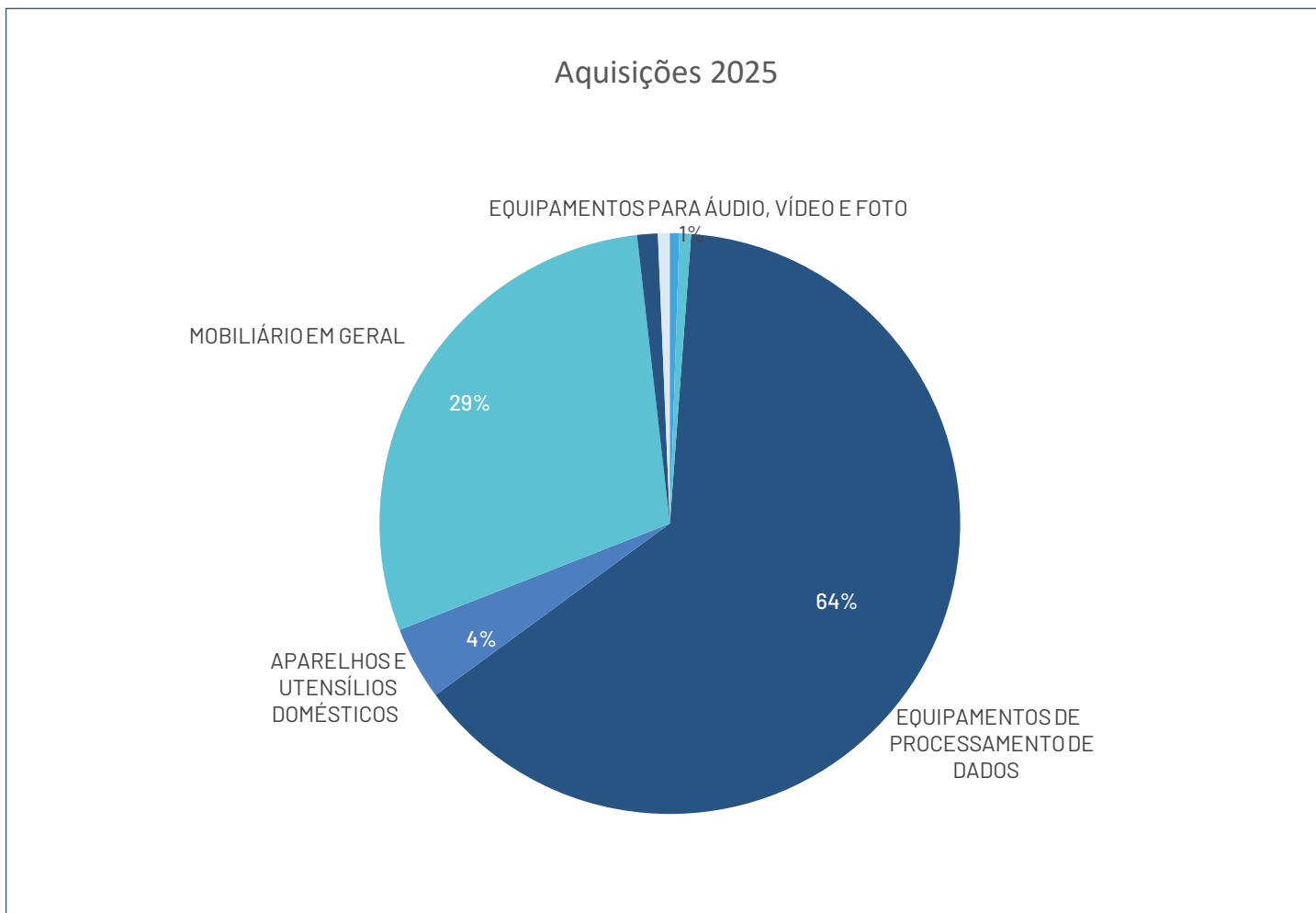
Conformidade legal

Regulamento Administrativo (Resolução TRE-MA 10.339/25), Instruções Normativas TRE-MA 15/23 (dispõe sobre gestão de bens móveis) e 16/23 (dispõe sobre a gestão de bens imóveis).

Principais investimentos de capital (equipamentos)

Relação de Entradas no Período - Por Conta Contábil	
Período: 01/01/2025 a 31/12/2025	
Conta Contábil	Valor de Aquisição
123110103 - APARELHOS, EQUIP. MÉD. ODONT. LAB. E HOSPITALARES	40.620,00
123110105 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	30.955,48
123110125 - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	8.970,00
123110201 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5.261.626,84
123110301 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	335.259,60
123110302 - MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	1.736,60
123110303 - MOBILIÁRIO EM GERAL	2.400.625,05
123110405 - EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	85.759,08
123110501 - VEÍCULOS DIVERSOS	5.540,00
123110900 - ARMAMENTOS	4.218,00
123119909 - PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	49.784,67
Total	8.911.987,97

Fonte: Sistema de Gestão Patrimonial (ASIWEB)



Destacam-se as aquisições de poltronas, cadeiras e longarinas para atender as novas instalações do Fórum Eleitoral de São Luís e demais zonas eleitorais do estado: R\$2.108.867,00.

Quanto aos investimentos de equipamentos de TI, destaca-se a aquisição de novos computadores completos para atualização do parque computacional: R\$2.991.600,00.



Relacionamento com a Sociedade

Relacionamento com a Sociedade

Principais canais de comunicação



Site
www.tre-ma.jus.br



Instagram
[@tremaranhao](https://www.instagram.com/tre Maranhão)



Whatsapp
(98)2107-8880



Telefone
148



Youtube
TRE-MA

Funcionamento

Sede e zonas eleitorais de São Luís: segunda a quinta das 13h às 19h e sexta das 8h às 14h

Balcão de atendimento de São Luís (Fórum Eleitoral): segunda a sexta das 8h às 18h

Zonas do interior: segunda a sexta das 8h às 14h



Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, s/n - Areinha

Relacionamento com a Sociedade

Educação Política

Atuação da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MA no fomento à cidadania e inclusão, consolidou a interiorização das ações, integrando educação política ao atendimento eleitoral itinerante:

Voto Jovem

Ferramenta de interlocução do Tribunal com o eleitorado em formação. As ações de 2025 foram marcadas pela transversalidade, unindo palestras educativas, simulações de voto e atendimento itinerante (coleta biométrica e alistamento):

- ▶ **Lançamento e Abrangência:** O lançamento oficial do projeto ocorreu em abril, no IFMA (campus Monte Castelo), sob o tema "Informação faz a diferença". O evento reuniu a alta gestão do Tribunal e estudantes, estabelecendo o tom da campanha: o abandono da passividade política e a necessidade do voto consciente baseado em fatos, não em desinformação.
- ▶ **Interiorização e Capilaridade:** O projeto não se restringiu à capital. Houve significativa atuação em Imperatriz (agosto), com diálogos realizados no IFMA e na unidade Urbano Rocha, e atendimento à zona rural de São Luís, no Centro de Ensino Prof. Ezelberto Martins (outubro), garantindo que a educação política chegasse a diversos contextos demográficos.
- ▶ **Combate à Desinformação:** Em todas as edições, como no Centro de Ensino Rio Grande do Norte e no Centro Educa Mais João Francisco Lisboa, a dinâmica das palestras focou no pensamento crítico e na verificação de fatos, preparando os alunos para enfrentarem o fenômeno das fake news no processo eleitoral.
- ▶ **Cidadania Prática e Serviços:** Além do caráter pedagógico – que incluiu apoio a eleições de líderes de turma na Escola Gov. Archer –, o projeto gerou valor tangível através da prestação de serviços in loco. Destaca-se a ação no Centro Educa Mais João Francisco Lisboa, que contabilizou 157 atendimentos (emissão de títulos e biometria), demonstrando a efetividade de levar a estrutura do TRE até onde estão as pessoas.

Encerramento do Ciclo: O ano foi finalizado com atividades no Centro Educa Mais Prof. Ignácio Rangel (dezembro), reforçando a importância do voto consciente e treinamento prático nas urnas eletrônicas.

Relacionamento com a Sociedade

Educação Política

Programa de Visitas Acadêmicas e Institucionais

Aproximou a comunidade acadêmica e estudantil da rotina da Justiça Eleitoral, promovendo transparência e compreensão sobre o funcionamento da Corte.

- ▶ **Público-Alvo:** Em 2025, o Tribunal recebeu estudantes de Direito da UFMA (junho) e do Centro Universitário Santa Terezinha - CEST (outubro), além de alunas e alunos do ensino técnico do IFMA (novembro).
- ▶ **Metodologia:** As visitas proporcionaram uma experiência imersiva completa, composta por:
 - **Palestras Técnicas:** Sobre competências da Justiça Eleitoral e segurança do processo eletrônico de votação.
 - **Memória Institucional:** Visitas guiadas ao Memorial do TRE-MA para contextualização histórica.
 - **Vivência Prática:** Acompanhamento de sessões plenárias de julgamento da Corte.
 - **Ação de Cidadania:** Instalação de postos de atendimento no hall do Tribunal para coleta biométrica de alunos e professores.

A materialidade da contribuição reflete-se no aumento do alistamento eleitoral jovem (impulsionado pelos kits biométricos itinerantes), na qualificação do debate sobre democracia nas escolas e na aproximação institucional com a sociedade civil. As ações reforçaram a imagem do Tribunal não apenas como organizador de eleições, mas como agente ativo na formação de uma cidadania consciente e crítica no estado do Maranhão.

Relacionamento com a Sociedade

Audiências e Consultas Públicas

Promoção de um ambiente propício para o diálogo, construção de conhecimento coletivo e fortalecimento da confiança no sistema eleitoral brasileiro. Um espaço para o esclarecimento de dúvidas relacionadas ao processo eleitoral, em uma abordagem simples e de fácil compreensão.

Temas abordados

- Desinformação;
- Propaganda eleitoral;
- Prestação de contas;
- Registro de candidaturas e;
- Condutas vedadas aos agentes públicos nas eleições municipais

Público-alvo: candidatos(as), representantes de partidos políticos, cidadãos(ãs), entidades representativas e imprensa.

Parceria: com a Federação dos Municípios (FAMEM) participando do programa "Qualifica Maranhão": reúne especialistas e autoridades de instituições envolvidas proporcionando reflexões e soluções práticas para gestores(as) públicos(as).

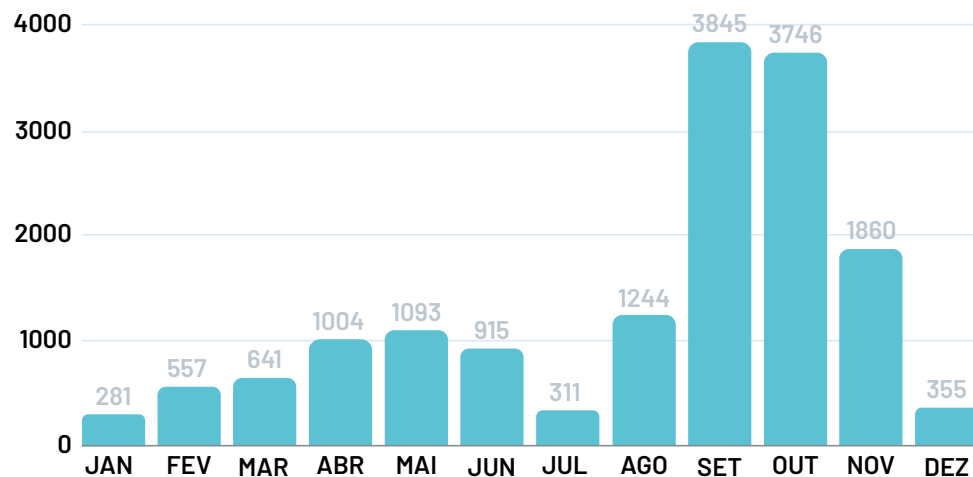
Resultados obtidos: em torno de 900 participantes presenciais e 350 online, com a live "Tira-Dúvidas", permitindo que um maior número de pessoas tivesse acesso às informações e pudesse esclarecer questões relacionadas ao processo eleitoral, consolidando o compromisso do TRE-MA com a inclusão e a democratização do conhecimento.

DATA	LOCAL	LOCAL	INFORMAÇÕES
22.7.2025	22.7.2025	Posse e escolha dos locais de lotação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) no Concurso Público Nacional Unificado da Justiça Eleitoral 2024	Justiça Eleitoral do Maranhão dá posse a 16 novos servidores e servidoras aprovados no concurso unificado Mais informações 
12 a 27.6.2025	Consulta pública online	Consulta pública para que cidadãs e cidadãos contribuam com a definição das metas da Justiça Eleitoral (JE) para 2026.	Participe da Consulta pública sobre as metas da Justiça Eleitoral para 2026 Mais informações 
25.4.2025	Cândido Mendes/MA	Esclarecer dúvidas e repassar as principais informações sobre o recadastramento biométrico obrigatório de eleitoras e eleitores da 64ª zona durante o período de 2 de junho e 31 de julho de 2025	Recadastramento biométrico obrigatório de eleitoras e eleitores da 64ª zona ocorre entre 2 de junho e 31 de julho Mais informações 
12 a 27.6.2025	Consulta pública online	Consulta pública para que cidadãs e cidadãos contribuam com a definição das metas da Justiça Eleitoral (JE) para 2026.	Participe da Consulta pública sobre as metas da Justiça Eleitoral para 2026 Mais informações 

Relacionamento com a Sociedade

Ouvidoria

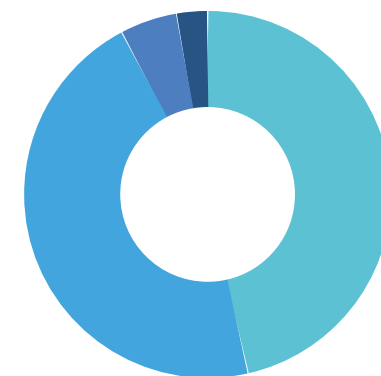
Atendimentos por mês



TOTAL DE ATENDIMENTOS EM 2025: 15.852

Atendimentos por canal de comunicação

- Formulário Eletrônico: 44,1%
- Via 0800: 43,5%
- Whatsapp(exceto biometria): 4,8%
- E-mail: 2,55%



TOTAL DE ATENDIMENTOS EM 2025: 15.852

Manifestações por assunto



Relacionamento com a Sociedade

Ouvidoria

Whatsapp (canal oficial): mais de **40 mil chamados via aplicativo de mensagem Whatsapp, tratando sobre cadastramento biométrico Pedidos de informação (Lei nº 12.527/2011 – LAI): 78 PEDIDOS** (todos deferidos)

- Audiências Públicas**
- Ouvidoria Eleitoral: em São Luís, Imperatriz e Balsas
 - A Ouvidoria da Mulher participou: em Imperatriz e Balsas

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	INFORMAÇÕES
Ouvidoria em foco	TRE-PR	19 e 20	Fagianni Miranda apresentou palestra: temáticas voltadas às atividades da Ouvidoria
Missão Internacional: Eleições da Argentina	Argentina	18 de maio	A Corte Suprema de Justicia de la Nación Argentina e a Justicia Nacional Electoral convidaram o servidor Fagianni Miranda, membro da Organização Transparência Eleitoral Internacional, para atuar como Livre Observador Internacional nas Eleições Legislativas Argentinas
II Encontro Nacional de Ouvidorias Eleitorais	Brasília - DF	2 a 4 de junho	Treinamento do Sistema - Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC)
XVII Encontro Nacional do do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (ECOJE) e 4º Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais da Mulher (COJUM)	Pirenópolis - GO	13 a 15 de agosto	Promoveu o fortalecimento das Ouvidorias da Justiça Eleitoral como canais de transparência e participação cidadã, integrando temas como inteligência artificial, direitos humanos e estratégias de combate à desinformação para o aprimoramento da prestação institucional
3 reuniões virtuais do Colégio de Ouvidores (e-COJE)	online	-	Foram tratados assuntos de interesse das Ouvidorias Eleitorais

Relacionamento com a Sociedade

IPopRuaJud



O PopRuaJud, instituído pelo CNJ por meio da Resolução 425/21, tem como objetivo garantir direitos fundamentais e promover a inclusão social da população em situação de rua.



A iniciativa prevê a realização de mutirões de cidadania, regularização documental, acesso a serviços públicos, orientações jurídicas simplificadas e, especialmente, a ampliação do exercício da cidadania política desse público.



No âmbito da Justiça Eleitoral, adotamos medidas pioneiras que têm servido de referência nacional. É que a 1ª zona eleitoral de São Luís instalou a seção eleitoral 681, destinada exclusivamente a pessoas em situação de rua, localizada em centro de referência especializado no atendimento a esse segmento da população.



Pelo caráter inovador e transformador da iniciativa, o trabalho desenvolvido recebeu, em 2025, os selos "Destaque Cidadania 2024-2025" e "Boas Práticas", concedidos pela Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, em reconhecimento ao seu impacto positivo e à contribuição para a efetivação da democracia inclusiva.

Relacionamento com a Sociedade

IPopRuaJud

Em 2025 participamos de 17 (dezesete) ações em parceria com outros órgãos e instituições.

ZONA	MUNICÍPIO (SEDE/AÇÃO)	INFORMAÇÕES	NÚMERO SEI	INÍCIO	FIM
057	Santa Inês	Multirão PopRua - Parceria TJMA	0006779-94.2025.6.27	23/09/2025	23/09/2025
047	São José de Ribamar	Multirão PopRua - Parceria TJMA	0006779-94.2025.6.27	21/10/2025	21/10/2025
013	Bacabal	Multirão PopRua - Parceria TJMA	0006779-94.2025.6.27	25/09/2025	25/09/2025
016	Itapecurum Mirim	Multirão PopRua - Parceria TJMA	0006779-94.2025.6.27	18/11/2025	18/11/2025
020	Viana	Multirão PopRua - Parceria TJMA	0006779-94.2025.6.27	22/08/2025	22/08/2025
033	Imperatriz	Multirão PopRua - Parceria TJMA	0006779-94.2025.6.27	10/10/2025	10/10/2025
045	Penalva	Multirão PopRua - Parceria TJMA	0006779-94.2025.6.27	19/08/2025	19/08/2025
001	São Luís	Multirão PopRua - Parceria TJMA - Praça Deodoro	0006779-94.2025.6.27	16/08/2025	16/08/2025
093	Paço do Lumiar	Multirão PopRua - Parceria TJMA	0006779-94.2025.6.27	05/12/2025	05/12/2025
003	São Luís	Multirão PopRua - Parceria TJMA - Cohafuma	0006779-94.2025.6.27	07/11/2025	07/11/2025
047	São José de Ribamar	Multirão PopRua - Parceria TJMA - CRAS São José de Ribamar	0008440-11.2025.6.27	16/10/2025	16/10/2025
063	São João Batista	Multirão PopRua - Parceria TJMA	0009008-27.2025.6.27	07/10/2025	07/10/2025
020	Viana	Multirão PopRua - Parceria TJMA	0008440-11.2025.6.27	15/09/2025	15/09/2025
033	Imperatriz	Multirão PopRua - Parceria TJMA - Lixão de Imperatriz	0010458-05.2025.6.27	13/11/2025	13/11/2025
033	Imperatriz	Multirão PopRua - Parceria TJMA - UNICEUMA Imperatriz	0010458-05.2025.6.27	14/11/2025	14/11/2025
013	Bacabal	Multirão PopRua - Parceria TJMA	0008440-11.2025.6.27	20/10/2025	20/10/2025
002	São Luís	Atendimento biométrico - Multirão PopRua - Parceria TJMA - Centro João Paulo II - bairro João Paulo	0010465-94.2025.6.27	13/12/2025	13/12/2025

Relacionamento com a Sociedade

Biometria

O Projeto Biometria 2025/2026 do TRE-MA constitui ação estratégica voltada à ampliação do número cadastro de dados biométricos de eleitoras e eleitores, com foco na preparação para as Eleições Gerais de 2026.

Desta forma, foram priorizados municípios de zonas eleitorais com baixos índices de biometria ou com inconsistências cadastrais, buscando assegurar maior confiabilidade na identificação das pessoas e maior segurança ao processo eleitoral.

A execução ocorre por meio de modelo operacional integrado, que combina atendimento regular nos cartórios eleitorais com ações itinerantes em comunidades, escolas, eventos e espaços públicos, além do uso de unidades móveis e parcerias institucionais com entes públicos locais, que ampliam o alcance.

O planejamento envolve metas por zona eleitoral, cronogramas de execução, mobilização de equipes e logística de equipamentos e sistemas, assegurando padronização, eficiência e cobertura territorial.

Além da coleta biométrica, o projeto contempla a prestação integral dos serviços eleitorais – alistamento, revisão e transferência – e ações de conscientização da população, especialmente do público jovem, quanto à importância do cadastro biométrico e da participação eleitoral.

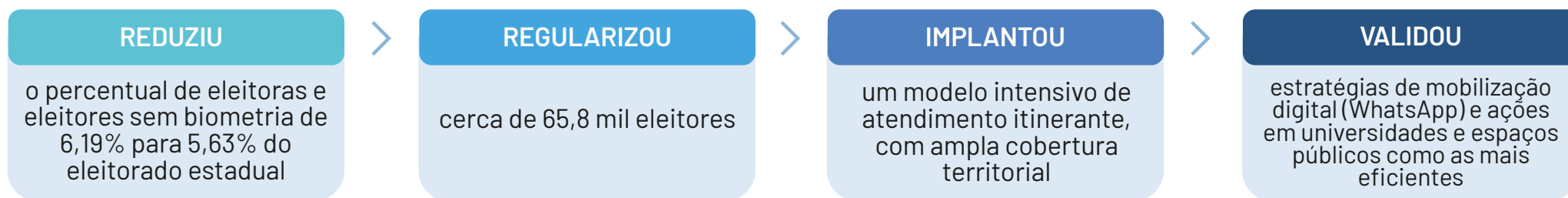
Relacionamento com a Sociedade

Biometria

Como resultados esperados, o Projeto Biometria 2025/2026 contribui para:

-  O fortalecimento e a confiabilidade do cadastro eleitoral
-  A redução de pendências e inconsistências cadastrais
-  A melhoria da identificação de eleitoras e eleitores
-  A preparação às Eleições de 2026

O projeto consolida-se, assim, como uma das principais iniciativas estruturantes do TRE-MA, integrando tecnologia, gestão e cidadania para o aperfeiçoamento contínuo da Justiça Eleitoral. Os dados consolidados demonstram que o Projeto Biometria, em seu primeiro ano de execução:



Em síntese, 2025 consolidou o Projeto Biometria como política pública eficaz de saneamento do cadastro eleitoral, criando uma base operacional, logística e institucional sólida para o avanço das metas em 2026.

Relacionamento com a Sociedade

Cultura e Memória

Em 14 de dezembro de 2018 foi inaugurada o Portal da Memória no mandato do Presidente Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe. No intuito de preservar e divulgar a Memória Institucional, as sucessivas presidências desta Casa Eleitoral encontraram no reconhecimento da cultura de conservação histórica a ideia de que a valorização do passado representa verdadeiro modelo de gestão estratégica, sendo esta, doravante, uma das principais metas da Corte Eleitoral maranhense.

Entre outras atribuições, destacam-se, por ser de importância relevante, a partir do contato com essas informações históricas, a difusão, a compreensão e a importância do papel da Justiça no processo eleitoral.



Mais informações



Através da Resolução nº 9.026, de 14 de dezembro de 2016, inaugurado pelo Presidente Desembargador Lourival Serejo, o Centro de Memória do Tribunal Regional Eleitoral está localizado no térreo do prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral, que fica na Avenida Vitorino Freire, s/n, bairro da Areinha, São Luís, cuja finalidade é recuperar, organizar e divulgar informações sobre a Justiça Cidadã.

Como nos demais Estados da Federação, no Maranhão a história do TRE confunde-se com a própria política da cidadania local se fez presente por meio da atuação deste Tribunal, que, ao longo dos anos procurou desenvolver ações em prol de uma cultura de valorização e preservação dos documentos relevantes.



Sustentabilidade e Inovação

Sustentabilidade e Inovação

Sustentabilidade (Plano de Logística Sustentável - PLS)

Desafios para 2026



Plano de Descarbonização (Res. CNJ 594/24):
Consolidação da governança ambiental e monitoramento de emissões



Redução do quantitativo de impressões:
Implementação de norma voltada para um ano eleitoral



Modernização Hídrica:
Substituição de bebedouros por filtros de água.

Atuação da Comissão Gestora de Logística Sustentável (CGLS)

- Executou 22 ações do Plano de Logística Sustentável 2021-2026;
- Foram instaladas mais 4 usinas solares. Venceu o concurso de eficiência energética, ganhando mais 4, totalizando 11 usinas solares;
- Cumpriu metas de consumo de energia, água, papel e impressões, conforme Portarias TRE-MA 707/2023, 1531/2023 e 737/2025;
- Realizou a 1ª edição do Selo Verde Esmeralda com vencedoras e vencedores das unidades da Secretaria e zonas eleitorais, como parte da programação do 2º Evento de Sustentabilidade do TRE-MA;
- O projeto Transformando Nossos Espaços levou organização e sustentabilidade a várias pessoas e órgãos, além de participar do 1º Evento de Sustentabilidade do CNJ da Região Nordeste;
- Foi elaborado o 1º Plano de Descarbonização.

O Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa está sendo elaborado anualmente, conforme art. 24 da Resolução CNJ 594/24.

Mais informações



Sustentabilidade e Inovação

Inovação

[Relatório 2025 do TREMALAB](#)

Mais informações



[Página do TREMALAB](#)

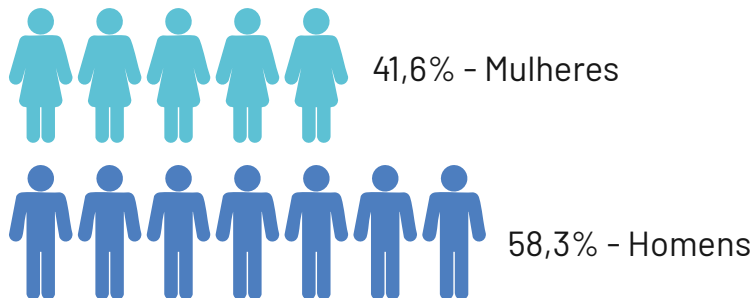
Mais informações



TREMALAB em números

Criado em 2021, o TREMALAB tem como objetivo principal implementar a política de gestão da inovação, conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução 495 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em 2025, o TREMALAB foi coordenado pelo juiz Ferdinando Serejo Sousa e conta com a colaboração de 12 pessoas, incluindo membros da Corte, servidores(as) e estagiários(as). O TREMALAB faz parte da Rede dos Laboratórios de Inovação da Justiça Eleitoral (LIODS-JE) e representa o TRE-MA na Rede de Inovação pelo Maranhão (RIMA), além de acompanhar as principais redes de inovação do setor público brasileiro.

Equipe composta por



Por onde estivemos

- Maranhão
- Belém
- Bahia
- Minas Gerais
- Estados Unidos

Sustentabilidade e Inovação

Inovação

Premiações



Melhor painel da 12ª edição do Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação da Justiça Estadual



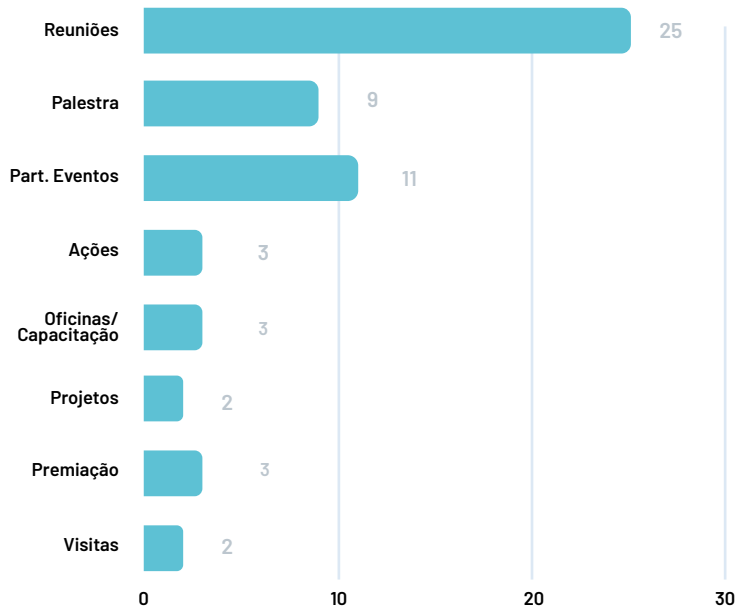
TREMALAB é condecorado com Selo Verde Esmeralda, durante o 2º Evento de Sustentabilidade do TRE-MA



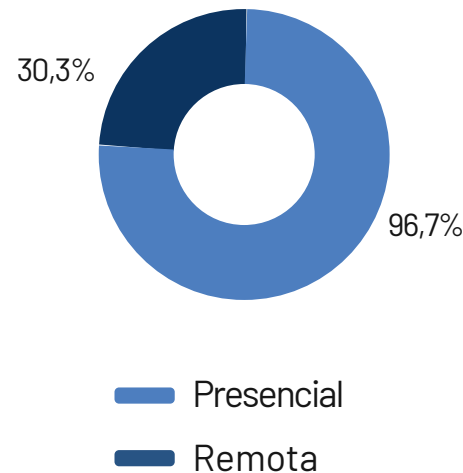
Projeto "Produtividade Extraordinária" é premiado no Expojud internacional

Realizamos e Participamos

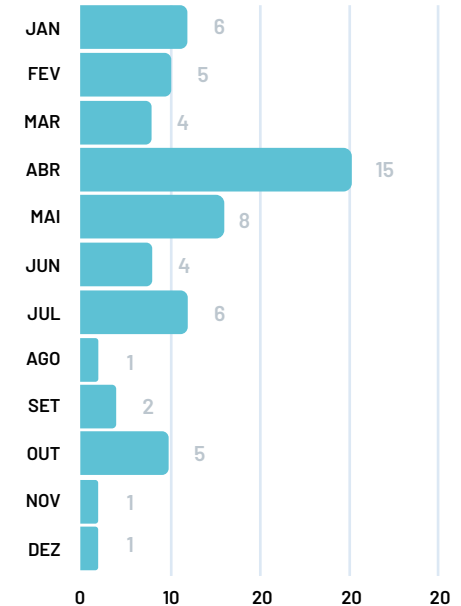
58 Atividades



Quantitativo de Atividades Mensais



Quantitativo de Atividades Mensais





Anexos



Relato Integrado 2025

Anexo I



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO MARANHÃO

SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL - SECON

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2025

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR
PÚBLICO E NOTAS EXPLICATIVAS - EXERCÍCIO
FINANCEIRO 2025

ENDEREÇO: AV. SENADOR VITORINO FREIRE,
S/N, AREINHA
SÃO LUIS - MA
CEP: 65.010-917
FONE: (98) 2107-8888





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Exercício 2025

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), normatizadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), têm como objetivo divulgar informações úteis aos usuários, com a finalidade de proporcionar a prestação de contas, responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Tais padrões devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO – TRE-MA

Des. Paulo Sérgio Velten Pereira
PRESIDENTE

Klayton Noboru Passos Nishiwaki
DIRETOR-GERAL

Luiz Henrique Mendes Muniz
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SAF

Flávio Menezes de Miranda
COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COFIN

Clóves de Jesus Cardoso Conceição
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA GERENCIAL - SECON

INFORMAÇÕES:

Telefone: (98) 2107-8888

E-mail: secon@tre-ma.jus.br

Disponível em: <https://www.tre-ma.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-financeira-e-orcamentaria/demonstracoes-contabeis>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

SUMÁRIO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	6
1. INFORMAÇÕES GERAIS DA ENTIDADE.....	7
2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	8
3. DETALHAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
3.1. BALANÇO PATRIMONIAL.....	11
3.1.1. Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa	12
3.1.2. Nota 2 - Créditos a Curto Prazo.....	13
3.1.3. Nota 3 - Estoques a curto prazo	14
3.1.4. Nota 4 - VPDs Pagas Antecipadamente	15
3.1.5. Nota 5 - Bens Móveis.....	15
3.1.6. Nota 6 - Bens Imóveis	18
3.1.7. Nota 7 – Intangível	23
3.1.8. Nota 8 - Pessoal a Pagar - Curto Prazo (CP)	26
3.1.9. Nota 9 – Contas a Pagar a Curto Prazo	26
3.1.10. Nota 10 - Demais Obrigações a Curto Prazo	26
3.1.11. Nota 11 – Ajustes de Exercícios Anteriores.....	27
4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	28
4.1 Nota 12 - Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA.....	29
4.2 Nota 13 - Variações Patrimoniais Diminutiva – VPD	29
5. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	31
5.1 Nota 14 – Execução das Despesas Orçamentárias.....	33
5.2 Nota 15 - Execução de Restos a Pagar Processados e Não processados.....	33
6. BALANÇO FINANCEIRO.....	34
6.1 Nota 16 – Resultado Financeiro	35
7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	35
7.1 Nota 17 – Variação dos Fluxos de Caixa	36
8. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	36
ANEXOS.....	38
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - SIAFI	38



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

LISTA DE SIGLAS

SIGLA	DESCRIÇÃO
AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanco Financeiro
BO	Balanco Orçamentário
BP	Balanco Patrimonial
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COFIN	Coordenadoria de Orçamento e Finanças
COSIN	Coordenadoria de Sistemas e Inovação
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª Edição.
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
NE	Nota Explicativa
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PSSS	Plano de Seguridade Social do Servidor Público
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAF	Secretaria de Administração e Finanças
SECON	Seção de Contabilidade Analítica e Gerencial
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEGEP	Seção de Gestão de Patrimônio
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPIUNet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UG	Unidade Gestora
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas do exercício financeiro de 2025 do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão – TRE/MA. Reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, na Lei nº 4.320/64, na Lei complementar nº 101/2000 – LRF, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª Edição – MCASP.

Diante disso, declaro que as Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF) e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável às DCASP.

São Luís, 11 de março de 2026.

CLOVES DE JESUS CARDOSO CONCEIÇÃO
CRC N°. 004952/0-5
Chefe da Seção de Contabilidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA ENTIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) é um Órgão da Justiça Eleitoral e figura como parte responsável nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

Sua sede está localizada na Av. Senador Vitorino Freire, Areinha, São Luís - MA, CEP: 65.010-917 e jurisdição em todo o território do Estado. É considerado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como um Tribunal de médio porte, com 105 Zonas Eleitorais distribuídas em 217 municípios.

Pertence ao ramo do Poder Judiciário Federal, ao qual cumpre assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado e a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, desde o alistamento dos eleitores, operacionalização das eleições até o julgamento das matérias referentes à legislação eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos.

Atualmente, é regido pela Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e sua existência e estrutura possuem previsão legal nos artigos 118 a 121 da Constituição Federal de 1988, os quais, dentre outras determinações, instituem o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como seu órgão máximo, de última instância, e impõem a existência de um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal. Suas competências estão fixadas nos artigos 29 e 30 do Código Eleitoral e no Capítulo II do Regimento Interno (Resolução TRE/MA nº 9.850, de 8 de julho de 2021).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão foram preparadas em consonância com as normas contábeis aplicadas ao setor público, especialmente a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor público (NBC TSP), as normas e orientações emanadas pelo Órgão Central de Contabilidade da União – STN (Secretaria do Tesouro Nacional), o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP - 11ª Edição e as demais orientações contidas no Manual SIAFI.

As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS) foram utilizadas de maneira subsidiária, uma vez que estão sendo implementadas na União de forma gradativa conforme planejamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As demonstrações são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera, que no caso é o real (“R\$”). Foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Ademais, o processo de verificação da conformidade contábil foi realizado pela Setorial Contábil (UG: 070173) vinculada à Seção de Contabilidade Analítica e Gerencial (SECON) da Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COFIN), pertencente à Secretaria de Administração e Finanças (SAF).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

3. DETALHAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, foi elaborada com base na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, além da legislação aplicável, destacando-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000. Seu objetivo é padronizar a estrutura e as definições dos elementos contábeis a constar nas Demonstrações Contábeis Aplicada ao Setor Público (DCASP).

Tais normas exigem que as DCASP devem ser apresentadas para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade, quanto com as de outras entidades. Para alcançar esse objetivo, são estabelecidos requisitos gerais para a apresentação, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para o seu conteúdo.

Todo o rigor metodológico exigido pelas normas tem a finalidade de satisfazer às necessidades de informação de usuários que não se encontram em condições de exigir relatórios elaborados para atender às suas necessidades específicas. Os usuários das demonstrações contábeis incluem contribuintes, parlamentares, credores, fornecedores, mídia e empregados, dentre outros.

Ademais, no âmbito da Administração Pública, as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, têm se tornado cada vez mais relevantes, ganhando espaço tanto para tomada de decisão pelos gestores quanto para fins de controle pelos órgãos e pela sociedade, auxiliando os usuários a estimar os resultados futuros e os fluxos financeiros em um certo período de uma entidade. Por isso devem ser claras, objetivas, neutras, compreensíveis, comparáveis, fidedignas e relevantes para evidenciar o patrimônio da instituição.

Assim, conjugando as disposições legais e aquelas contidas na NBC TSP 11, compõem o conjunto de Demonstrações elaboradas e publicadas pelo TRE-MA, conforme o MCASP, 11ª Edição:

a) **Balanco Patrimonial:**

É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

b) Demonstração das Variações Patrimoniais:

É a demonstração contábil que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

c) Demonstração dos Fluxos de Caixa:

É a demonstração contábil que evidencia as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

d) Balanço Orçamentário:

É a demonstração contábil que demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

e) Balanço Financeiro:

É a demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

f) Notas explicativas:

São informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP e são consideradas parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

3.1. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		17.258.987,96	24.508.467,11
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	13.603.415,98	16.186.808,96
Créditos a Curto Prazo	2	800.730,79	5.945.397,38
Demais Créditos e Valores		800.730,79	5.945.397,38
Demais Créditos e Valores		800.730,79	5.945.397,38
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			
Estoque a curto prazo	3	673.808,15	661.000,89
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda			-
VPDs Pagas Antecipadamente	4	2.181.033,04	1.715.259,88
ATIVO NÃO CIRCULANTE		209.406.363,92	184.045.209,75
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Investimentos			
Imobilizado		202.376.184,58	177.015.030,41
Bens Móveis	5	103.065.814,92	107.995.216,10
Bens Móveis		164.582.525,37	158.531.766,91
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-61.516.710,45	-50.536.550,81
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
Bens Imóveis	6	99.310.369,66	69.019.814,31
Bens Imóveis		99.894.193,22	69.900.122,02
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-583.823,56	-880.307,71
Intangível	7	7.030.179,34	7.030.179,34
Softwares		7.030.179,34	7.030.179,34
TOTAL DO ATIVO		226.665.351,88	208.553.676,86

Tabela 1 - Ativo do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2025.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE		19.828.407,25	24.480.029,04
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	7	3.496.113,22	5.661.021,63
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8	2.665.985,83	3.009.971,66
Demais Obrigações a Curto Prazo	9	13.666.308,20	15.809.035,75
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo			
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Resultado Diferido			
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		19.828.407,25	24.480.029,04
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO		2025	2024
Patrimônio Social e Capital Social			
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)			
Reservas de Capital			
Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Reservas de Lucros			
Demais Reservas		48.712.182,79	158.639,59
Resultados Acumulados		158.124.761,84	183.915.008,23
Resultado do Exercício		-19.236.982,98	14.519.718,94
Resultados de Exercícios Anteriores		183.915.011,23	171.730.999,79
Ajustes de Exercícios Anteriores	10	-6.553.266,41	-2.335.710,50
(-) Ações / Cotas em Tesouraria			
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		206.836.944,63	184.073.647,82
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		226.665.351,88	208.553.676,86

Tabela 2 - Passivo do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2025.

3.1.1. Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Em 31/12/2025, foi registrado no Balanço Patrimonial o montante de R\$ 13.603.415,98, distribuído nas seguintes contas contábeis:

Conta Contábil Número	Conta Contábil Nome	CCon - Título (4) Nome	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
111111903	'= DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL	6.330,11
111310200	'= GARANTIAS	CAIXA E EQUIV DE CAIXA - VALORES REST E VINCU	13.597.085,87
			13.603.415,98

Tabela 3 – Grupo Caixa e Equivalente de Caixa do Balanço Patrimonial. Fonte: SIAFI, em 31/12/2025

A conta 111310200 – Garantias, disciplinada pela Macrofunção 021126 – Depósitos em Garantia, foi objeto de novo roteiro de contabilização fundamentado na decisão proferida no Acórdão nº 2717/2023 – TCU – Plenário, que determina o reconhecimento desses valores como ativos e passivos nas demonstrações contábeis da Administração.

Todavia, identificou-se lacuna na conciliação contábil entre o saldo registrado no Banco do Brasil e o saldo no SIAFI, conforme apontado pela Auditoria Interna na Nota de Auditoria nº 02/2016 – SEI 0001489-64.2026.6.27.8000, emitida em 30/01/2026.

A ausência de conciliação contábil resultou em registro a maior de R\$ 9.604.391,95 no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, visto que o saldo bancário totaliza R\$ 3.992.693,92, enquanto o saldo no SIAFI perfaz R\$ 13.597.085,87, em 31/12/2025.

Tal inconsistência decorreu de falhas nos controles internos da unidade, os quais se encontram em processo de revisão para aperfeiçoamento.

Ressalta-se que a correção não foi efetuada diretamente no Balanço Patrimonial em razão do fechamento do SIAFI, ocorrido entre os dias 5 e 8 de janeiro de 2026, para consolidação e emissão dos demonstrativos contábeis.

3.1.2. Nota 2 - Créditos a Curto Prazo

Créditos a curto prazo compõem o Ativo e representa os direitos que a instituição possui perante terceiros e que devem ser realizados (recebidos ou liquidados) em um período de até 12 meses após a data de fechamento do balanço.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Em 31/12/2025, foi registrado no Balanço Patrimonial o montante de R\$ 800.730,79, distribuído nas seguintes contas contábeis:

Conta Contábil Número	Conta Contábil Nome	CCon - Título (4) Nome	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
113110101	'= 13 SALARIO - ADIANTAMENTO	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
113110102	'= ADIANTAMENTO DE FERIAS	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	300.000,00
113110105	'= SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	80.669,35
113823800	'= ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	420.061,44
			800.730,79

Tabela 4 – Gupro Créditos a Receber do Balanço Patrimonial. Fonte: SIAFI, em 31/12/2025

Em 02/02/2026, por meio da Nota de Auditoria nº 03/2026 – SEI 0001584-94.2026.6.27.8000, foi constatada a realização de baixa no valor de R\$ 777.828,28 na conta contábil 11311.01.02 – Adiantamento de Férias (Ativo), sem que houvesse suporte documental que justificasse tal dedução.

Em decorrência dessa baixa, a referida conta, que apresentava saldo de R\$ 1.077.828,28, passou a figurar com o montante de R\$ 300.000,00.

Desse modo, equivocadamente houve baixa de R\$ - 777.828,28, causando uma subavaliação do ativo.

Tal inconsistência decorreu de falhas nos controles internos da unidade, os quais se encontram em processo de revisão para aperfeiçoamento.

Ressalta-se que a correção não foi efetuada diretamente no Balanço Patrimonial em razão do fechamento do SIAFI, ocorrido entre os dias 5 e 8 de janeiro de 2026, para consolidação e emissão dos demonstrativos contábeis.

3.1.3. Nota 3 - Estoques a curto prazo

Os estoques a curto prazo referem-se a materiais de consumo destinados à utilização nas atividades administrativas e operacionais do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), sendo compostos por materiais de expediente, limpeza, informática e outros bens de uso rotineiro.

A avaliação dos estoques é realizada pelo custo de aquisição e o método de mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme as práticas contábeis



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

aplicadas ao setor público, em observância às normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e da Macrofunção 020348 – Estoques.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dos estoques totalizou R\$ 673.808,15, apresentando uma variação positiva em relação ao exercício anterior, cujo valor era de R\$ 661.000,89. O acréscimo de aproximadamente R\$ 12.807,26 (1,94%) decorre, principalmente, da recomposição de itens de consumo estratégico e do ajuste de inventário realizado no encerramento do exercício.

Vale ressaltar que houve uma baixa, no valor de R\$ 210.128,23, do saldo da conta “Ajuste de Perdas em Estoque”, a qual passou a totalizar o valor de R\$ 278.384,23. Tal procedimento, que visa assegurar a adequada representação do valor realizável líquido dos estoques, se deu em decorrência da doação de materiais inservíveis às cooperativas conveniadas com o TRE-MA, conforme as informações disponíveis no processo SEI nº 0012517-34.2023.6.27.8000.

3.1.4. Nota 4 - VPDs Pagas Antecipadamente

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente correspondem a despesas registradas no exercício corrente que se referem a bens ou serviços a serem usufruídos em exercícios subsequentes. Compreendem, entre outros, aluguéis, seguros, licenças de softwares e contratos de manutenção pagos antecipadamente, cujos efeitos econômicos são apropriados ao resultado conforme o transcurso do período a que se referem.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa conta totalizou R\$ 2.181.033,04, representando um acréscimo de R\$ 465.773,16 (27,15%) em relação ao exercício anterior (R\$ 1.715.259,88).

A variação decorre, principalmente, do aumento nos valores pagos antecipadamente relativos a contratos de prestação de serviços contínuos e licenciamento de softwares corporativos, cujos desembolsos ocorrem antes do início do período de competência.

O reconhecimento e a mensuração das VPDs pagas antecipadamente seguem as orientações do MCASP, observando-se o regime de competência, de modo a assegurar a adequada evidenciação patrimonial e a fidedignidade das demonstrações contábeis.

3.1.5. Nota 5 - Bens Móveis

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no seu valor de aquisição, produção ou construção, ou seja, pelo seu custo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

O custo de um bem móvel compreende os seguintes elementos, conforme a Macrofunção SIAFI - 020343 - BENS MÓVEIS:

- a) Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
- b) Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o bem no local e condição necessários para o mesmo ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração.

O método de depreciação utilizado é o das quotas constantes, conforme a Macrofunção SIAFI - 020330 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND. A vida útil e a taxa de depreciação utilizadas também seguem as diretrizes dessa norma.

VIDA ÚTIL, TAXA ANUAL DE DEPRECIÇÃO E VALOR RESIDUAL DOS BENS MÓVEIS DO TRE-MA				
Conta	Descrição	Vida Útil	Taxa Anual de Depreciação	Valor Residual
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	6,67%	10%
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	10%	20%
123110103	APARELHOS, EQUIP. MÉD. ODONT. LAB. E HOSPITALARES	15	6,67%	20%
123110105	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%	10%
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%	10%
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	6,67%	10%
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENS. DE OFICINA	10	10%	10%
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%	10%
123110125	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%	10%
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	20%	10%
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%	10%
123110302	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10%	10%
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%	10%
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	10%	0%
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%	10%
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO			
123110501	VEÍCULOS DIVERSOS	15	6,67%	10%
123110503	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	6,67%	10%
123119909	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%	10%

Tabela 5 - Contas Contábeis de Bens Móveis. Fonte: SIAFI, em 31/12/2025

Os Bens Móveis do TRE-MA estão distribuídos nas contas apresentadas na tabela a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Valor Bruto dos Bens Móveis do TRE-MA					
Conta	Descrição	2025	2024	Variação%	Variação R\$
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	97.223,29 R\$	105.425,18 R\$	-7,78%	-R\$ 8.201,89
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.158.668,83 R\$	476.744,40 R\$	143,04%	R\$ 681.924,43
123110103	APARELHOS, EQUIP. MÉD. ODONT. LAB. E HOSPITALARES	249.338,93 R\$	208.718,93 R\$	19,46%	R\$ 40.620,00
123110105	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	2.031.780,07 R\$	2.014.544,59 R\$	0,86%	R\$ 17.235,48
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	4.949.424,50 R\$	5.077.218,78 R\$	-2,52%	-R\$ 127.794,28
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	112.066,16 R\$	112.066,16 R\$	0,00%	R\$ -
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENS. DE OFICINA	10.333,00 R\$	10.333,00 R\$	0,00%	R\$ -
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	27.625,54 R\$	29.095,88 R\$	-5,05%	-R\$ 1.470,34
123110125	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	526.635,01 R\$	519.780,50 R\$	1,32%	R\$ 6.854,51
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	132.202.645,10 R\$	127.912.349,14 R\$	3,35%	R\$ 4.290.295,96
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	4.866.236,52 R\$	4.568.941,18 R\$	6,51%	R\$ 297.295,34
123110302	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	2.766,36 R\$	1.029,76 R\$	168,64%	R\$ 1.736,60
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	10.718.874,91 R\$	8.677.075,78 R\$	23,53%	R\$ 2.041.799,13
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	84.379,12 R\$	84.907,55 R\$	-0,62%	-R\$ 528,43
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	2.180.723,77 R\$	2.117.479,51 R\$	2,99%	R\$ 63.244,26
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	35.000,00 R\$	35.000,00 R\$	0,00%	R\$ -
123110501	VEÍCULOS DIVERSOS	342.152,45 R\$	337.158,45 R\$	1,48%	R\$ 4.994,00
123110503	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	4.549.306,34 R\$	5.901.323,84 R\$	-22,91%	-R\$ 1.352.017,50
123110900	ARMAMENTOS	4.218,00 R\$	0,00 R\$	100,00%	R\$ 4.218,00
123119909	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	371.182,34 R\$	322.032,00 R\$	15,26%	R\$ 49.150,34
123119907	BENS NÃO LOCALIZADOS	61.945,13 R\$	20.542,28 R\$	201,55%	R\$ 41.402,85
Total	21	R\$ 164.582.525,37	R\$ 158.531.766,91		R\$ 6.050.758,46

Tabela 6 – Valores brutos ou de aquisição de Bens Móveis. Fonte: SIAFI, em 31/12/2025

Já a depreciação apurada ao longo do ano de 2025, detalhada por conta contábil, é a seguinte:

Depreciação Acumulada dos Bens Móveis do TRE-MA					
Conta	Descrição	2025	2024		
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	-R\$ 59.105,08	-R\$ 59.660,71		
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	-R\$ 221.363,30	-R\$ 176.189,52		
123110103	APARELHOS, EQUIP. MÉD. ODONT. LAB. E HOSPITALARES	-R\$ 58.123,84	-R\$ 45.792,53		
123110105	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	-R\$ 1.272.765,05	-R\$ 1.174.355,56		
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	-R\$ 2.398.508,21	-R\$ 2.116.503,48		
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	-R\$ 84.110,03	-R\$ 77.648,15		
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENS. DE OFICINA	-R\$ 9.299,70	-R\$ 9.299,70		
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	-R\$ 21.991,10	-R\$ 21.822,11		
123110125	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	-R\$ 213.274,71	-R\$ 168.717,06		
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	-R\$ 46.897.209,80	-R\$ 36.615.685,40		
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	-R\$ 2.149.737,62	-R\$ 1.815.905,77		
123110302	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	-R\$ 364,63	-R\$ 247,75		
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	-R\$ 4.686.672,96	-R\$ 4.319.840,09		
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	-R\$ 64.299,59	-R\$ 59.235,26		
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	-R\$ 822.467,23	-R\$ 684.586,35		
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	R\$ -	R\$ -		
123110501	VEÍCULOS DIVERSOS	-R\$ 255.536,58	-R\$ 244.006,62		
123110503	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	-R\$ 2.126.254,50	-R\$ 2.791.446,03		
123110900	ARMAMENTO	-R\$ 104,16	R\$ -		
123119909	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	-R\$ 175.522,36	-R\$ 155.608,72		
	20	-R\$ 61.516.710,45	-R\$ 50.536.550,81		

Tabela 7 – Valor da depreciação anual por conta de bem móvel. Fonte: SIAFI, em 31/12/2025

O reflexo das informações no Balanço Patrimonial de 2025 foi o seguinte:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	Análise Horizontal - %
Bens Móveis (Valor Líquido)	103.065.814,92	107.995.216,10	-4,56%
Bens Móveis (Valor Bruto)	164.582.525,37	158.531.766,91	3,82%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-61.516.710,45	-50.536.550,81	21,73%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			

Tabela 8 – Subgrupo Móveis do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2025

No exercício de 2025, o subgrupo Bens Móveis apresentou valor líquido contábil de R\$ 103.065.814,92, contra R\$ 107.995.216,10 registrados em 2024, evidenciando uma variação negativa de -4,56%, o que representa uma redução de R\$ 4.929.401,18.

O valor bruto dos bens móveis aumentou 3,82%, passando de R\$ 158.531.766,91 em 2024 para R\$ 164.582.525,37 em 2025, reflexo de novas aquisições e incorporações patrimoniais realizadas no exercício, dentre as quais destaca-se a compra de computadores e monitores, em razão da atualização dos equipamentos a serem utilizados nas Eleições de 2026.

Vale ressaltar que, apesar do aumento dos bens móveis, no decorrer do exercício, houve muitas baixas patrimoniais decorrentes de doações de bens considerados inservíveis. Dentre os fatos mais significativos, destaca-se a doação de equipamentos de TIC (monitores, estabilizadores, teclados e nobreaks), no valor total de R\$ 92.767,72, à Cooperativa de Reciclagem de São Luís – COOPRESL, conforme documentos e informações constantes no processo SEI nº 0003521-13.2024.6.27.8000.

3.1.6. Nota 6 - Bens Imóveis

Os bens imóveis são mensurados ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares.

O custo de um bem imóvel compreende os seguintes elementos, conforme a Macrofunção SIAFI - 020344 - BENS IMÓVEIS:

- seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
- quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Segundo a Macrofunção SIAFI - 020330 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND, a depreciação de bens imóveis deve ser calculada com base nas quotas constantes, excetuando:

- a) Grupos de contas 12321.05.00 BENS DE USO COMUM DO POVO, 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET
- b) Valor de terrenos.

O TRE-MA recai na exceção da norma, pois possui bens imóveis registrados na conta de bens de uso especial. Nesse caso, com base na Macrofunção 020344 de bens imóveis, todo o processo de depreciação é normatizado na Portaria Conjunta SPU-STN 703-2014 - Atualização de bens imóveis da União.

Desse modo, conforme o art. 7º da norma, o valor depreciado dos bens imóveis do TRE-MA é apurado mensalmente e de forma automática pelo sistema SPIUNET sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle¹.

Quanto à vida útil, a norma da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), no seu §1º do art. 7º, normatiza que para fins da depreciação, a vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis.

O §3º informa que valor residual será estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e comunicado à SPU.

Assim, toda a sistemática de depreciação é realizada via sistema da SPU, chamado de SPIUNET, o qual registra automaticamente no SIAFI a cota mensal para os bens de Uso Especial registrados na conta contábil 12321.01.02.

Os bens Imóveis registrados no Balanço Patrimonial compreendem, genericamente, dois grupos de contas: uma conta de bens de uso especial registrados na SPU e gerenciados no SPIUNET e outra de bens imóveis não registrados na SPU, já que carecem de regularização documental.

Os bens imóveis do TRE-MA, registrados na conta contábil 12321.01.02 e na SPU são os seguintes:

¹ A depreciação se distribui ao longo da vida da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET							
Conta Contábil 12321.01.02 e 1221.0103 - Valores Brutos							
Cód. Município/UC	Município/Órgão	RIP	TIPO	Terreno 31/12/2025	Benfeitoria 31/12/2025	Total BRUTO do Imóvel 31/12/2025	
717	ARAÍÓSES	0717.00016.500-9	Terreno	R\$ 44.480,00	R\$ -	R\$ 44.480,00	
723	BACABAL	0723.00027.500-3	Terreno + Benfeitoria	R\$ 583.000,00	R\$ 846.400,00	R\$ 1.429.400,00	
739	BREJO	0739.00007.500-0	Terreno + Benfeitoria	R\$ 343.850,00	R\$ 846.400,00	R\$ 1.190.250,00	
753	CAROLINA	75300007500-6	Terreno + Benfeitoria	R\$ 14.299,74	R\$ 210.357,78	R\$ 224.657,52	
755	CARUTAPERA	0755.00019.500-8	Terreno	R\$ 230.000,00	R\$ -	R\$ 230.000,00	
757	CAXIAS	0757.00117.500-7	Terreno + Benfeitoria	R\$ 963.660,00	R\$ 1.436.700,00	R\$ 2.400.360,00	
761	CHAPADINHA	76100040500-7	Terreno + Benfeitoria	R\$ 193.240,00	R\$ 810.400,00	R\$ 1.003.640,00	
767	COLINAS	0767.00006.500-0	Terreno + Benfeitoria	R\$ 250.700,00	R\$ 694.100,00	R\$ 944.800,00	
769	COROATA	0769.00017.500-7	Terreno + Benfeitoria	R\$ 254.300,00	R\$ 846.400,00	R\$ 1.100.700,00	
793	GRAJAU	0793.00067.500-2	Terreno + Benfeitoria	R\$ 340.000,00	R\$ 589.000,00	R\$ 929.000,00	
799	ICATU	0799.00003.500-2	Terreno + Benfeitoria	R\$ 188.000,00	R\$ 774.000,00	R\$ 962.000,00	
803	IMPERATRIZ	0803.00321.500-3	Terreno + Benfeitoria	R\$ 995.560,00	R\$ 1.310.250,00	R\$ 2.305.810,00	
807	ITAPECURU MIRIM	0807.00008.500-4	Terreno + Benfeitoria	R\$ 215.000,00	R\$ 774.000,00	R\$ 989.000,00	
809	JOAO LISBOA	0809.00147.500-7	Terreno + Benfeitoria	R\$ 181.000,00	R\$ 679.000,00	R\$ 860.000,00	
813	LAGO DA PEDRA	0813.00001.500-0	Terreno + Benfeitoria	R\$ 276.300,00	R\$ 846.400,00	R\$ 1.122.700,00	
849	PACO DO LUMIAR	0849.00007.500-4	Terreno + Benfeitoria	R\$ 361.000,00	R\$ 761.000,00	R\$ 1.122.000,00	
853	PARAIBANO	0853.00001.500-0	Terreno + Benfeitoria	R\$ 351.300,00	R\$ 871.700,00	R\$ 1.223.000,00	
857	PASSAGEM FRANCA	0857.00016.500-4	Terreno + Benfeitoria	R\$ 162.560,00	R\$ 871.700,00	R\$ 1.034.260,00	
859	PASTOS BONS	0859.00003.500-0	Terreno + Benfeitoria	R\$ 230.590,00	R\$ 594.300,00	R\$ 824.890,00	
861	PEDREIRAS	0861.00016.500-2	Terreno	R\$ 323.000,00	R\$ -	R\$ 323.000,00	
861	PEDREIRAS	0861.00030.500-9	Terreno + Benfeitoria	R\$ 211.000,00	R\$ 693.000,00	R\$ 904.000,00	
867	PINDARE MIRIM	0867.00003.500-0	Terreno + Benfeitoria	R\$ 114.870,00	R\$ 692.400,00	R\$ 807.270,00	
877	PORTO FRANCO	0877.00225.500-5	Terreno + Benfeitoria	R\$ 536.000,00	R\$ 484.000,00	R\$ 1.020.000,00	
889	SAO JOSE DE RIBAMAR	0889.00061.500-8	Terreno + Benfeitoria	R\$ 204.000,00	R\$ 642.000,00	R\$ 846.000,00	
891	ROSARIO	0891.00006.500-0	Terreno	R\$ 312.000,00	R\$ -	R\$ 312.000,00	
895	SANTA HELENA	0895.00009.500-9	Terreno + Benfeitoria	R\$ 95.000,00	R\$ 430.000,00	R\$ 525.000,00	
907	SAO BENTO	0907.00005.500-4	Terreno + Benfeitoria	R\$ 103.000,00	R\$ 743.000,00	R\$ 846.000,00	
921	SAO LUIS - Fórum Eleitoral	0921.00423.500-2	Terreno + Benfeitoria	R\$ 15.770.000,00	R\$ 6.886.000,00	R\$ 22.656.000,00	
921	SAO LUIS - Secretaria	0921.00363.500-7	Terreno + Benfeitoria	R\$ 10.940.000,00	R\$ 22.273.000,00	R\$ 33.213.000,00	
923	SAO MATEUS DO	0923.00005.500-6	Terreno + Benfeitoria	R\$ 341.000,00	R\$ 511.000,00	R\$ 852.000,00	
935	TIMBIRAS	0935.00001.500-8	Terreno + Benfeitoria	R\$ 71.000,00	R\$ 31.000,00	R\$ 102.000,00	
937	TIMON	0937.00005.500-6	Terreno + Benfeitoria	R\$ 495.260,00	R\$ 843.000,00	R\$ 1.338.260,00	
939	TUNTUM	0939.00005.500-2	Terreno + Benfeitoria	R\$ 410.520,00	R\$ 794.100,00	R\$ 1.204.620,00	
945	URBANO SANTOS	0945.00004.500-1	Terreno + Benfeitoria	R\$ 736.360,00	R\$ 647.000,00	R\$ 1.383.360,00	
947	VARGEM GRANDE	0947.00008.500-0	Terreno + Benfeitoria	R\$ 486.000,00	R\$ 929.000,00	R\$ 1.415.000,00	
949	VIANA	0949.00003.500-9	Terreno + Benfeitoria	R\$ 225.000,00	R\$ 497.000,00	R\$ 722.000,00	
953	VITORINO FREIRE	0953.00003.500-7	Terreno	R\$ 201.850,00	R\$ -	R\$ 201.850,00	
957	SANTA INES	0957.00026.500-5	Terreno + Benfeitoria	R\$ 185.300,00	R\$ 887.800,00	R\$ 1.073.100,00	
961	ACAILANDIA	0961.00030.500-5	Terreno + Benfeitoria	R\$ 617.600,00	R\$ 887.800,00	R\$ 1.505.400,00	
963	ESTREITO	0963.00412.500-8	Terreno + Benfeitoria	R\$ 513.000,00	R\$ 484.000,00	R\$ 997.000,00	
1287	ZE DOCA	1287.00006.500-9	Terreno + Benfeitoria	R\$ 96.000,00	R\$ 611.000,00	R\$ 707.000,00	
xxxx	MIRADOR	83300013500-0	Terreno + Benfeitoria	R\$ 285.580,00	R\$ 927.400,00	R\$ 1.212.980,00	
Total	42			R\$ 39.452.179,74	R\$ 54.655.607,78	R\$ 94.107.787,52	

Tabela 9 – Relação de bens Imóveis de uso especial cadastrados na SPU. Fonte: SIAFI/SPUNET, em 31/12/2025
<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos/depreciacao-de-imoveis>.

Já os bens imóveis do TRE-MA, não registrados na SPU e constante na conta contábil 12321.02.02 seguem abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Imóveis não registrados na SPU Conta 123210202 - Valores Brutos								
Conta Contábil	Título	Conta Corrente	Local	Valor BRUTO em 2024	Valor BRUTO em 2025	Depreciação Acumulada	Valor LÍQUIDO em 2025	
123210202	EDIFÍCIOS	IM070005D	Presidente Dutra	R\$ 728.828,82	R\$ 1.373.640,00	R\$ 93.610,71	R\$ 1.280.029,29	
123210202	EDIFÍCIOS	IM70005BA	Balsas	R\$ 1.049.907,05	R\$ 2.470.000,00	R\$ 115.839,19	R\$ 2.354.160,81	
123210202	EDIFÍCIOS	IM70005CH	Chapadinha	R\$ 769.428,51	R\$ -	R\$ 35.842,19	-R\$ 35.842,19	
123210202	EDIFÍCIOS	IM70005CN	Coelho Neto	R\$ 944.131,04	R\$ 1.093.000,00	R\$ 104.353,38	R\$ 988.646,62	
				R\$ 3.492.295,42	R\$ 4.936.640,00	R\$ 349.645,47	R\$ 4.586.994,53	

Tabela 10 Relação de bens Imóveis de uso especial não cadastrados na SPU. Fonte: SIAFI, em 31/12/2025.

Além dos terrenos e edifícios, o subgrupo imóveis compreende obras em andamento, estudos e projetos e as instalações.

Item	Conta Contábil	Descrição da Conta	Saldo em 31/12/2024	Alterações no patrimônio em 2025	Saldo em 31/12/2025
1	1.2.3.2.1.01.02	EDIFÍCIOS REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 46.903.581,24	R\$ 45.089.236,28	R\$ 91.992.817,52
2	1.2.3.2.1.01.03	TERRENOS/GLEBAS REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 232.194,09	R\$ 879.135,91	R\$ 1.111.330,00
3	1.2.3.2.1.01.26	AUTARQUIAS REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ -	R\$ 1.003.640,00	R\$ 1.003.640,00
3	1.2.3.2.1.02.02	EDIFÍCIOS NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 4.936.640,00	R\$ -	R\$ 4.936.640,00
5	1.2.3.2.1.06.01	OBRAS EM ANDAMENTO	R\$ 8.462.765,71	-R\$ 7.824.200,01	R\$ 638.565,70
6	1.2.3.2.1.06.05	ESTUDOS E PROJETOS	R\$ 9.207,26	-R\$ 9.207,26	R\$ -
7	1.2.3.2.1.07.00	INSTALACOES	R\$ 2.844.777,48	-R\$ 2.633.577,48	R\$ 211.200,00
	Total		R\$ 63.389.165,78	R\$ 36.505.027,44	R\$ 99.894.193,22

Tabela 11 Contas Contábeis pertencente o subgrupo Imóveis. Fonte: SIAFI, em 31/12/2025.

O reflexo das informações no Balanço Patrimonial 2025 foi o seguinte:

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	Análise Horizontal - %
Bens Imóveis (Valor Líquido)	99.310.369,66	69.019.814,31	43,89%
Bens Imóveis (Valor Bruto)	99.894.193,22	69.900.122,02	42,91%
(-) Depr./Amortização/Exaustão			
Acum. de Bens Imóveis	-583.823,56	-880.307,71	-33,68%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			

Tabela 12 - Subgrupo Imóveis do BP. Fonte: SIAFI, em 02/02/2026.

Esse subgrupo apresentou um saldo total no exercício 2025 de R\$ 99.894.193,22, fruto de uma variação horizontal positiva de 42,91% em relação ao exercício anterior, correspondente ao aumento de R\$ 29.994.071,20.

Esse aumento decorreu dos seguintes fatos contábeis patrimoniais:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Item	Conta Contábil	Descrição da Conta	Saldo em 31/12/2024	Alterações no patrimônio em 2025	Saldo em 31/12/2025
1	1.2.3.2.1.01.02	EDIFÍCIOS REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 46.903.581,24	R\$ 45.089.236,28	R\$ 91.992.817,52
2	1.2.3.2.1.01.03	TERRENOS/GLEBAS REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 232.194,09	R\$ 879.135,91	R\$ 1.111.330,00
3	1.2.3.2.1.01.26	AUTARQUIAS REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ -	R\$ 1.003.640,00	R\$ 1.003.640,00
3	1.2.3.2.1.02.02	EDIFÍCIOS NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 4.936.640,00	R\$ -	R\$ 4.936.640,00
5	1.2.3.2.1.06.01	OBRAS EM ANDAMENTO	R\$ 8.462.765,71	-R\$ 7.824.200,01	R\$ 638.565,70
6	1.2.3.2.1.06.05	ESTUDOS E PROJETOS	R\$ 9.207,26	-R\$ 9.207,26	R\$ -
7	1.2.3.2.1.07.00	INSTALACOES	R\$ 2.844.777,48	-R\$ 2.633.577,48	R\$ 211.200,00
	Total		R\$ 63.389.165,78	R\$ 36.505.027,44	R\$ 99.894.193,22

Tabela 13- Alterações patrimoniais no subgrupo Imóveis em 2025. Fonte: SIAFI, em 31/12/2025.

Item 1

- a) A conta contábil 1.2.3.2.1.01.02 – Edifícios Registrados no SPIUNET apresentou, em 31 de dezembro de 2025, saldo de R\$ 91.992.817,52, representando um acréscimo de R\$ 45.089.236,28 em relação ao exercício anterior (R\$ 46.903.581,24).

As alterações ocorridas no exercício de 2025 decorreram do processo de reavaliação dos bens imóveis do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), conduzido em conformidade com as normas patrimoniais e contábeis aplicáveis ao setor público. O procedimento resultou na atualização dos valores contábeis dos edifícios registrados no Sistema de Patrimônio Imobiliário da União – SPIUNET, refletindo de forma mais fidedigna o valor justo desses ativos.

O detalhamento das informações referentes à reavaliação encontra-se registrado no Processo SEI nº 0000875-93.2025.6.27.8000, que reúne os laudos técnicos, critérios de mensuração e demais documentos comprobatórios da atualização patrimonial.

Item 2

- b) A conta 1.2.3.2.1.01.03 – Terrenos/Glebas Registrados no SPIUNET apresentou saldo de R\$ 1.111.330,00 em 31/12/2025, contra R\$ 232.194,09 no exercício anterior, registrando acréscimo de R\$ 879.135,91.

As variações observadas decorreram do mesmo processo de reavaliação já detalhado no item I.

Item 3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

- c) A conta 1.2.3.2.1.01.26 – Autarquias Registrados no SPIUNET apresentou saldo de R\$ 1.003.640,00 em 31/12/2025, decorrente de registro equivocado realizado no decorrer do processo de reavaliação do imóvel localizado no município de Chapadinha/MA.

O valor em questão deveria ter sido contabilizado na conta 1.2.3.2.1.01.02 – Edifícios Registrados no SPIUNET, uma vez que se refere a bem imóvel pertencente ao patrimônio do TRE-MA.

Vale ressaltar que a Seção de Auditoria de Contas e Contratações – SACOC recomendou à Seção de Gestão de Patrimônio – SEGEP a reclassificação do referido imóvel, procedimento este que foi realizado no início do exercício 2026, sanando a aludida pendência, conforme consta no Sei nº 0010088-26.2025.6.27.8000.

Item 4

- d) Não houve variação;

Itens 5, 6 e 7

- e) As variações registradas nas contas 1.2.3.2.1.06.01 – Obras em Andamento, 1.2.3.2.1.06.05 – Estudos e Projetos e 1.2.3.2.1.07.00 – Instalações decorreram, principalmente, da baixa dos saldos contábeis dessas contas, realizada após os registros correspondentes aos imóveis do TRE-MA no SPIUNET, em decorrência do procedimento de reavaliação patrimonial.

O referido procedimento foi executado com fundamento no art. 6º, Seção II, da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, que trata das diretrizes para reavaliação e registro de bens imóveis da União, conforme Macrofunção SIAFI 020344 – Bens Imóveis, e em consonância com os relatórios e documentos constantes do Processo SEI nº 0000875-93.2025.6.27.8000.

3.1.7. Nota 7 – Intangível



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Os Ativos Intangíveis² são registrados pelo custo de aquisição ou de produção, ou o valor que constar no termo de doação, seguindo as diretrizes da Macrofunção SIAFI - 020345 – ATIVOS INTANGÍVEIS.

Em tais custos estão inclusos o preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, deduzidos os descontos comerciais e abatimentos e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

Além dos intangíveis decorrente de aquisição em separado, o TRE-MA possui ativos intangíveis produzidos internamente e outros obtidos por meio de transações sem contraprestação, entretanto não registrados no Balanço Patrimonial por não preencherem os requisitos de confiabilidade na mensuração do custo ou apuração do valor justo do ativo.

A Macrofunção SIAFI 020345, no seu item 4.1.4, deixa claro esses requisitos imperativos para inclusão de ativos no patrimônio da entidade.

“4.1.4 (...)os ativos intangíveis devem ser reconhecidos como intangíveis se forem identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Esse reconhecimento só ocorre se: a) for provável que os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e b) o custo ou o valor justo do ativo puder ser mensurado confiavelmente”.

Não obstante a ausência de reconhecimento no Balanço Patrimonial da entidade, o TRE-MA possui catalogados todos os ativos intangíveis não reconhecidos. Assim que a metodologia para apuração for implementada os itens serão objeto de registro contábil.

Frise-se que a Auditoria Interna, por meio da Auditoria de Contas 2021, recomendou à Administração a constituição de regulamentação capaz de possibilitar o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos softwares produzidos internamente ou adquiridos em doação, providência que está sendo coordenada pela COSIN – Coordenadoria de Sistemas e Inovação.

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, item 6.8.6, assim normatiza quanto aos ativos de vida útil indefinida:

“6.8.6. O ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado. A entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou aqueles ainda não disponíveis para o uso, comparando o valor recuperável com o seu valor contábil sempre que existir indícios de que ativo intangível pode ter perdido valor.”

² É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Os intangíveis registrados possuem a seguinte distribuição por fornecedor:

FORNECEDORES	VALOR
EMPRESA FONMART TECNOLOGIA LTDA	R\$ 91.000,00
ADDED COMPUTER & TELEPHONY COMERCI	R\$ 102.700,00
ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE	R\$ 455.397,90
AMAZONCAD TREINAMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIREL	R\$ 63.990,00
AX4B SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 260.000,00
BP S/A	R\$ 1.670,00
COMPWIRE INFORMÁTICA S/A	R\$ 19.834,24
CORESEC SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA	R\$ 19.000,00
DISTEC BRASIL INFORMATICA LTDA	R\$ 165.205,00
EMPRESA AJGF SOLUCOES E ENGENHARIA EIRELI	R\$ 2.614,00
EMPRESA AX4B SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 182.000,00
EMPRESA SEPROL IT SERVICES E CONSULTING LTDA	R\$ 957.000,00
EMPRESA SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	R\$ 450.190,00
EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA	R\$ 611.400,00
FONMART TECNOLOGIA LTDA	R\$ 33.318,49
H3D SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA	R\$ 91.000,00
INTRANORTH-TREINAMENTO EM TECNOLOG	R\$ 69.300,00
JETSEG E INFORMATICA E SEGURANCA L	R\$ 3.700,00
PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES	R\$ 442.679,00
PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.	R\$ 258.732,00
PROCESSOR INFORMATICA S.A	R\$ 99.744,32
PRODUZIDOS INTERNAMENTE	R\$ 1.171.706,14
SERVICE IT	R\$ 586.500,00
SEVEN SECURE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	R\$ 505.000,00
SOFTLINE INTERNATIONAL BRASIL COMERCIO E LICENCIAMENTO	R\$ 335.000,00
SOPHO BUSINESS COMMUNICATIONS	R\$ 51.498,25
Total Geral	R\$ 7.030.179,34

Tabela 14 Ativo Intangível (Software) por fornecedor. Fonte: SIAFI, em 29/01/2026.

O reflexo das informações no Balanço Patrimonial 2025 foi o seguinte:

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	Análise Horizontal - %
Intangível	7.030.179,34	7.030.179,34	0,00%
Softwares (Valor Líquido)	7.030.179,34	7.030.179,34	0,00%
Softwares (Valor Bruto)	7.030.179,34	7.030.179,34	0,00%
Softwares			
Softwares			

Tabela 15 – Subgrupo Intangível do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2025.

No subgrupo Intangível o item Software com vida útil indefinida, em 31/12/2025, não apresentou alterações.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

3.1.8. Nota 8 - Pessoal a Pagar - Curto Prazo (CP)

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE		19.828.407,25	24.480.029,04
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8	3.496.113,22	5.661.021,63
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9	2.665.985,83	3.009.971,66
Demais Obrigações a Curto Prazo	10	13.666.308,20	15.809.035,75
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			

Tabela 16 Passivo Circulante do BP. Fonte: SIAFI, em 02/02/2026.

Compreende as obrigações a curto prazo referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, quando pagos em data posterior a qual forem incorridos. No fechamento do exercício 2025, tal item apresentou um saldo de R\$ 3.496.113,22, o qual representa uma redução de -38,24% em relação ao exercício de 2024.

O saldo residual da conta decorre do registro de passivo no valor total de R\$ 3.496.113,22, referente a banco de horas de serviços extraordinários dos servidores ativos, correspondente aos anos de 2021 a 2024, conforme Orientação SOF/TSE nº 03 de 24/11/2023, com base nas informações fornecidas pela Coordenadoria de Pessoal, constantes no SEI nº 0013665-80.2023.6.27.8000;

3.1.9. Nota 9 – Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, decorrente de contratos contínuos e/ou pontuais.

Nota-se uma redução no saldo entre os exercícios de 2024 e 2025, na ordem de R\$ 343.985,83, totalizando um valor de R\$ 2.665.985,83, o qual se refere à apropriação dessas despesas (limpeza, aluguel, segurança etc) pelo fato gerador da obrigação, considerando o regime de competência, nos termos da Macrofunção SIAFI 020318 – Encerramento de Exercício e Orientação SOF nº 03/2023.

3.1.10. Nota 10 - Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo. Os valores registrados nessa conta se referem a obrigações a pagar de ISS, retenção previdenciária a pagar decorrente dos contratos de cessão de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

mão-de-obra, consignações de folha de pagamento (IRRF, INSS etc), depósitos retidos de fornecedores em conta vinculada, glosas de encargos trabalhistas, cauções recebidas etc.

Nota-se uma redução no exercício de 2025, no importe de R\$ 2.142.727,55, totalizando um saldo final de R\$ 13.666.308,20. A diminuição significativa desse saldo é reflexo da antecipação do pagamento das contribuições individuais e obrigações patronais de INSS, bem como do recolhimento do IRRF, referentes às retenções de folhas de pagamento de pessoal, da competência de dezembro/2025, as quais venceriam em 20 de janeiro de 2026.

3.1.11. Nota 11 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Segundo a MACROFUNÇÃO SIAFI 021141, o ajuste de exercícios anteriores ocorrerá pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Em 31/12/2025, os registros efetuados ao longo do exercício totalizaram um saldo devedor de -R\$6.553.266,41, dentre os quais citam-se os mais relevantes:

- a) Ajuste devedor no valor de R\$ 5.641.273,50, referente à baixa de saldo da conta contábil “adiantamento a prestadores de serviços”, relativo ao pagamento do benefício alimentação aos mesários e colaboradores que atuaram nas Eleições 2024, conforme determinado na mensagem SIAFI nº 2025/3385304, emitida pela SOF/TSE;
- b) Ajuste credor no valor de R\$ 45.518,85, decorrente da baixa de saldo alongado em conta de passivo, em virtude da extinção da obrigação relacionada ao respectivo credor, em atendimento à nota de auditoria nº 02/2025, constante no SEI nº 6817-09.2025.6.27.8000.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	NE	2025		2024	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	12	R\$	284.830.790,65	R\$	323.106.597,76
Impostos, Taxas e Contribuintes de Melhoria					
Contribuições Sociais					
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Diretos					
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		R\$	33.278,16	R\$	27.795,67
Juros e Encargos de Mora		R\$	33.278,16	R\$	27.795,67
Transferências e Delegantes Recebidas		R\$	280.108.978,77	R\$	313.533.323,27
Transferências Intragovernamentais		R\$	279.254.264,51	R\$	312.630.952,92
Outras Transferências e Delegações Recebidas		R\$	854.714,26	R\$	902.370,35
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		R\$	238.603,31	R\$	3.466.899,52
Reavaliação de Ativos		R\$	238.603,31	R\$	3.466.899,52
Ganhos com Incorporação de Ativos		R\$	238.603,31	R\$	3.466.899,52
Ganhos com Desincorporação de Passivos					
Outras Variantes Patrimoniais Aumentativas		R\$	4.449.930,41	R\$	6.078.579,30
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		R\$	4.449.930,41	R\$	6.078.579,30
	NE	2025		2024	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	13	R\$	304.067.773,63	R\$	308.586.878,82
Pessoal e Encargos		R\$	185.610.074,89	R\$	195.500.464,57
Remuneração a Pessoal		R\$	145.781.203,24	R\$	158.767.110,67
Encargos Patronais		R\$	25.028.951,62	R\$	23.675.804,67
Benefícios a Pessoal		R\$	13.399.258,86	R\$	11.220.849,39
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		R\$	1.400.661,17	R\$	1.836.699,84
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		R\$	37.226.958,94	R\$	32.083.317,54
Aposentadorias e Reformas		R\$	17.441.543,43	R\$	15.829.891,86
Pensões		R\$	5.591.035,50	R\$	5.499.289,21
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		R\$	14.194.380,01	R\$	10.754.136,47
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital		R\$	55.050.991,84	R\$	70.371.450,94
Uso de Material de Consumo		R\$	1.296.035,87	R\$	4.128.997,86
Serviços		R\$	40.386.897,03	R\$	54.240.421,39
Depreciação, Amortização e Exaustão		R\$	13.368.058,94	R\$	12.002.031,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		R\$	4.213,99	R\$	26.935,94
Juros e Encargos de Mora		R\$	1.661,14	R\$	26.935,94
Descontos Financeiros Concedidos		R\$	2.552,85		-
Transferências e Delegantes Concedidas		R\$	4.933.931,99	R\$	7.216.767,19
Transferências Intragovernamentais		R\$	4.750.677,07	R\$	6.521.882,02
Outras Transferências e Delegações Concedidas		R\$	183.254,92	R\$	694.885,17
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		R\$	20.569.197,83	R\$	2.964.796,30
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas					
Perdas Involuntárias		R\$	683,75	R\$	1.206,92
Desincorporação de Ativos		R\$	20.568.514,08	R\$	2.963.589,58
Tributárias		R\$	233.743,52	R\$	278.899,81
Impostos, Taxas e Contribuintes de Melhoria		R\$	96,90		
Contribuintes		R\$	233.646,62	R\$	278.899,81
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos		R\$	-	R\$	-
Outras Variantes Patrimoniais Diminutivas		R\$	438.660,63	R\$	144.243,33
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		R\$	438.660,63	R\$	144.243,33
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-R\$	19.236.982,98	R\$	14.519.718,94

Tabela 17 - DVP. Fonte: SIAFI, em 02/02/2026.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

4.1 Nota 12 - Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	NE		2025	2024
VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	12	R\$	284.830.790,65	R\$ 323.106.597,76

Tabela 18 – Variação Patrimonial Aumentativa - VPA. Fonte: SIAFI, em 02/02/2026.

Segundo o MCASP - 11ª Edição, as Variações Patrimoniais Aumentativas são transações que resultam em aumentos da situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

Em 2025, a entidade reportou uma diminuição de R\$ 38.275.807,11, que corresponde a uma variação horizontal negativa de -11,84% em relação ao exercício 2024. Dentre os fatos contábeis que contribuíram para a formação desse saldo, destacam-se:

- Recebimento de recursos referente ao pagamento de multas originadas em processos de prestações de contas eleitorais;
- Restituições e ressarcimentos correspondentes a devoluções de vencimentos efetuados por servidores;
- Recebimento de sub-repasse (descentralização financeira);
- Transferências recebidas para pagamento de Restos a Pagar;
- Outros ganhos com incorporação de ativos etc.

4.2 Nota 13 - Variações Patrimoniais Diminutiva – VPD

	NE		2025	2024
VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	13	R\$	304.067.773,63	R\$ 308.586.878,82

Tabela 19 Variação Patrimonial Diminutiva - VPD. Fonte: SIAFI, em 02/02/2026.

De acordo com a 11ª Edição do MCASP, as Variações Patrimoniais Diminutivas são transações que resultam em diminuições da situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de contribuições aos proprietários.

No Exercício 2025, ocorreu uma variação patrimonial de -1,46%, o que representa um decréscimo na despesa sob o enfoque patrimonial na ordem de R\$ 4.519.105,19 em relação ao exercício anterior.

Dentre os fatos mais relevantes registrados nas VPD's, podemos citar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

- a) Despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas (vencimentos, encargos, benefícios etc), inclusive aquelas relativas à prestação de serviços extraordinários;
- b) Despesas com a prestação de serviços pelos diversos credores da entidade;
- c) Despesas de depreciação de bens móveis e imóveis;
- d) Doações de móveis considerados inservíveis;
- e) Baixa patrimonial em virtude da alienação de 19 (dezenove) veículos, em atendimento à nota de auditoria nº 12/2025, com base nas informações constantes no SEI nº 0012381-66.2025.6.27.8000;
- f) Transferência de valores à STN referente a devoluções e restituições efetivadas por servidores, fornecedores e outros decorrentes de multas eleitorais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

5. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária Receita Industrial Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito Operações de Crédito Internas Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens Alienação de Bens Móveis Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
Integralização do Capital Social Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas Mobiliária Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas Mobiliária Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	278.284.331,84	278.284.331,84
TOTAL	-	-	278.284.331,84	278.284.331,84
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	22.120.348	-	-22.120.348,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	22.120.348,00	-	-

Tabela 20 – Balanço Orçamentário (Receitas). Fonte: SIAFI, em 02/02/2026.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADA	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		250.977.985,00	267.133.658,00	268.911.114,34	263.035.050,94	262.976.067,54	- 1.777.456,34
Pessoal e Encargos Sociais		188.755.004,00	201.322.072,00	199.254.874,64	197.636.211,32	197.636.211,32	2.067.197,36
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		62.222.981,00	65.811.586,00	69.656.239,70	65.398.839,62	65.339.856,22	- 3.844.653,70
DESPESAS DE CAPITAL		510.300,00	6.474.975,00	9.373.217,50	6.446.319,98	6.446.319,98	- 2.898.242,50
Investimentos		510.300,00	6.474.975,00	9.373.217,50	6.446.319,98	6.446.319,98	- 2.898.242,50
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTIGÊNCIA							
SUBTOTAL DAS DESPESAS	10	251.488.285,00	273.608.633,00	278.284.331,84	269.481.370,92	269.422.387,52	-4.675.698,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO							
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		251.488.285,00	273.608.633,00	278.284.331,84	269.481.370,92	269.422.387,52	-4.675.698,84
TOTAL		251.488.285,00	273.608.633,00	278.284.331,84	269.481.370,92	269.422.387,52	-4.675.698,84

Tabela 21 - Balanço Orçamentário (Despesas). Fonte: SIAFI, em 31/12/2025.

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 444.121,62	R\$ 9.219.091,29	R\$ 5.954.524,73	R\$ 5.950.615,91	R\$ 3.416.375,88	R\$ 296.221,12	
Pessoal e Encargos	R\$ 38.787,15	R\$ 1.370.228,69	R\$ 1.113.748,58	R\$ 1.113.748,58	R\$ 295.267,26	R\$ -	
Juros e Encargos da dívida	-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas	R\$ 405.334,47	R\$ 7.848.862,60	R\$ 4.840.776,15	R\$ 4.836.867,33	R\$ 3.121.108,62	R\$ 296.221,12	
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 204.822,46	R\$ 4.172.481,98	R\$ 3.441.455,05	R\$ 3.441.455,05	R\$ 528.094,39	R\$ 407.755,00	
Investimentos	R\$ 204.822,46	R\$ 4.172.481,98	R\$ 3.441.455,05	R\$ 3.441.455,05	R\$ 528.094,39	R\$ 407.755,00	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	R\$ 648.944,08	R\$ 13.391.573,27	R\$ 9.395.979,78	R\$ 9.392.070,96	R\$ 3.944.470,27	R\$ 703.976,12	

Tabela 22 Balanço Orçamentário (Anexo 1). Fonte: SIAFI, em 31/12/2025.

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	11	R\$ 6.345,40	R\$ 3.666.964,65	R\$ 3.666.964,65	R\$ 6.345,40	R\$ -	
Pessoal e Encargos Sociais		-	R\$ 3.490.512,91	R\$ 3.490.512,91	-	-	
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes		R\$ 6.345,40	R\$ 176.451,74	R\$ 176.451,74	R\$ 6.345,40	R\$ -	
DESPESAS DE CAPITAL			R\$ 386.561,81	R\$ 386.561,81		-	
Investimentos		-	R\$ 386.561,81	R\$ 386.561,81	-	-	
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	
TOTAL		R\$ 6.345,40	R\$ 4.053.526,46	R\$ 4.053.526,46	R\$ 6.345,40	R\$ -	

Tabela 23 - Balanço Orçamentário (Anexo 2). Fonte: SIAFI, em 31/12/2025.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

5.1 Nota 14 – Execução das Despesas Orçamentárias

O Balanço Orçamentário evidencia as Receitas e as Despesas Orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2025, é demonstrado pela diferença entre a Receita Realizada de R\$ 278.284.331,84 e o total da despesa empenhada, no valor de R\$ 278.284.331,84, apresentando um resultado nulo, sem déficit ou superávit. Isso acontece porque o TRE/MA não é um órgão arrecadador, cabendo a este apenas a execução da despesa orçamentária para a prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

Para o exercício de 2025, o orçamento inicial foi de R\$ 251.488.285,00. Posteriormente foram recebidos durante o exercício o montante de R\$ 22.120.348,00, relativos a créditos adicionais, resultando na dotação atualizada de R\$ 273.608.633,00. Desse saldo, R\$ 267.133.658,00 corresponde a Despesas Correntes e R\$ 6.474.975,00 a Despesa de Capital.

Quanto à despesa executada/empenhada do exercício 2025, nota-se que o montante de R\$ 268.911.114,34 é representado pelas despesas correntes (R\$ 199.254.874,64 – pessoal e encargos sociais, e R\$ 69.656.239,70 – outras despesas correntes) e o valor de R\$ 9.373.217,50 pelas despesas de capital (investimentos).

Na Despesa Orçamentária, a coluna Saldo da Dotação, que corresponde à diferença entre as colunas de Dotação Atualizada e Despesa Empenhada, apresentou um saldo final de - R\$ 4.675.698,84, o qual corresponde a provisões recebidas no decorrer do ano pela SOF/TSE.

As despesas empenhadas e não pagas, até o dia 31 de dezembro, foram inscritas em Restos a Pagar³, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº. 4320/1964, que os distinguem em processados e não processados.

5.2 Nota 15 - Execução de Restos a Pagar Processados e Não processados

Acerca das despesas empenhadas e não pagas, conforme detalhado no anexo I do Balanço Orçamentário, depreende-se que um volume expressivo de recursos foi inscrito em Restos a Pagar no

³ São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distingue-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas) e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

exercício de 2025. Cerca de R\$ 8.861.944,32 do orçamento passou para execução em exercícios vindouros.

Adicionado a esses restos a pagar inscritos no exercício de 2025, também está sendo carregado para os próximos exercícios R\$ 703.976,12 de restos a pagar não processados de exercícios anteriores.

No total, temos R\$ 9.565.920,44 de recursos orçamentários de exercícios anteriores a serem executados como restos a pagar em exercícios subsequentes.

A propósito, cabe salientar, que a inscrição de Restos a Pagar foi realizada de acordo com os dispositivos legais e regulamento da Lei complementar 101/2000, Lei 4.320/64, Decreto Lei nº. 200/67 e Decreto nº. 93.872/1986, bem como as orientações do Manual do Sistema de Informação do Governo Federal/ SIAFI.

6. BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO					
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias			Despesas Orçamentárias	278.284.331,84	298.488.501,46
Ordinárias			Ordinárias	250.419.990,84	275.130.357,70
Vinculadas			Vinculadas	27.864.341,00	23.358.143,76
Previdência Social (RPPS)			Seguridade Social (Exceto Previdência)		
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios			Previdência Social (RPPS)	20.930.949,00	19.359.627,76
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		
Recursos Extraorçamentários			Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.933.392,00	3.998.516,00
Recursos Não Classificados			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		
(-) Deduções da Receita Orçamentária			Recursos Extraorçamentários		
			Recursos Não Classificados		
Transferências Financeiras Recebidas	279.254.264,51	312.630.952,92	Transferências Financeiras Concedidas	4.750.677,07	6.521.882,02
Resultantes da Execução Orçamentária	269.837.363,73	284.224.516,25	Resultantes da Execução Orçamentária	258.004,28	219.255,29
Sub-repasse Recebido	269.837.363,73	284.224.516,25	Repasse Concedido	258.004,28	219.255,29
Independentes da Execução Orçamentária	9.416.900,78	28.406.436,67	Independentes da Execução Orçamentária	4.492.672,79	6.302.626,73
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	9.386.252,26	28.367.436,67	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		
Demais Transferências Recebidas	1.213,69	3.000,00	Demais Transferências Concedidas		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	29.434,83	36.000,00	Movimento de Saldos Patrimoniais	4.492.672,79	6.302.626,73
Aporte ao RPPS			Aporte ao RPPS		
Aporte ao RGPS			Aporte ao RGPS		
Recebimentos Extraorçamentários	14.921.554,37	35.831.471,17	Pagamentos Extraorçamentários	13.724.202,95	31.331.650,13
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	58.983,40	3.946.294,46	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	4.053.526,46	4.169.140,74
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	8.802.960,92	13.391.573,27	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	9.392.070,96	27.064.159,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.597.585,78	12.229.176,71	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	277.805,53	98.350,09
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.462.024,27	6.264.426,73	Outros Pagamentos Extraorçamentários	800,00	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		800,00	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	800,00	
Arrecadação de Outra Unidade	4.462.024,27	6.106.374,97			
Demais Recebimentos		157.251,76			
Saldo do Exercício Anterior	16.186.808,96	4.066.418,48	Saldo para o Exercício Seguinte	13.603.415,98	16.186.808,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.186.808,96	4.066.418,48	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.603.415,98	16.186.808,96
TOTAL	310.362.627,84	352.528.842,57	TOTAL	310.362.627,84	352.528.842,57

Tabela 24 Balanço Financeiro. Fonte: SIAFI, em 31/12/2025.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

6.1 Nota 16 – Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro tem por objetivo demonstrar a movimentação das disponibilidades da entidade, bem como permite a apuração do Resultado Financeiro, que é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos e os dispêndios do período.

No Exercício Financeiro de 2025, a entidade reportou um resultado financeiro negativo em relação ao exercício anterior, na ordem de -R\$ 2.583.392,98 (saldo para o exerc. seguinte – saldo do exerc. anterior), havendo, dessa forma, mais desembolsos ao longo do exercício do que ingressos de recursos financeiros.

7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA			
		2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	7.690.943,86	32.623.866,36
INGRESSOS	12	285.313.874,56	331.123.756,36
Transferências Recebidas			
Outros Ingressos Operacionais		285.313.874,56	331.123.756,36
Ingressos Extraorçamentários		1.597.585,78	12.229.176,71
Transferências Financeiras		279.254.264,51	312.630.952,92
Arrecadação de Outra Unidade		4.462.024,27	6.106.374,97
Demais Recebimentos			157.251,76
DESEMBOLSOS		-277.622.930,70	-298.499.890,00
Pessoal e Demais Despesas		-248.496.191,00	-268.721.106,02
Judiciário		-225.508.334,78	-246.868.643,06
Previdência Social		-22.968.840,22	-21.836.318,96
Encargos Especiais		-18.216,00	-16.944,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas		-800,00	
Juros e Encargos da Dívida			
Transferências Concedidas		-24.098.257,10	-23.158.551,87
Intragovernamentais		-24.098.257,10	-23.158.551,87
Outros Desembolsos Operacionais		-5.028.482,60	-6.620.232,11
Dispêndios Extraorçamentários		-277.805,53	-98.350,09
Transferências Financeiras		-4.750.677,07	-6.521.882,02
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-10.274.336,84	-20.503.475,88
INGRESSOS			
DESEMBOLSOS		-10.274.336,84	-20.503.475,88
Aquisição de Ativo Não Circulante		-10.266.646,97	-16.389.811,84
Concessão de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-7.689,87	-4.113.664,04
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	13		
INGRESSOS			
DESEMBOLSOS			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-2.583.392,98	12.120.390,48
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		16.186.808,96	4.066.418,48
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		13.603.415,98	16.186.808,96

Tabela 25 – Demonstração de Fluxo de Caixa. Fonte: SIAFI, em 31/12/2025.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

7.1 Nota 17 – Variação dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa relaciona as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o exercício financeiro e o saldo de caixa na data das demonstrações contábeis.

Em 2025, a entidade teve uma variação de caixa negativa (caixa final – caixa inicial) na ordem de -R\$ 2.583.392,98.

Nota-se que a maioria das entradas e saídas de caixa decorrem das atividades operacionais: os ingressos são resultantes, em grande parte, de transferências financeiras (sub-repasse); e os dispêndios são decorrentes, de forma predominante, do pagamento de pessoal (salários, previdência etc).

Ainda sobre o fluxo operacional, vale destacar os ingressos extraorçamentários, que são representados por recursos financeiros, de caráter temporário, pertencentes a terceiros e em poder da Administração, dos quais ela não pode dispor, uma vez que esta atua como mero agente depositário. São exemplos desses registros: depósitos em caução, consignações etc.

Quanto às atividades de investimento, percebe-se que quase a totalidade dos desembolsos são provenientes da aquisição de ativos não circulantes (compra de bens móveis em geral para utilização pela Administração, aquisição de softwares etc).

8. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os atos e fatos da gestão foram registrados de acordos com os princípios fundamentais da Contabilidade vigentes na Administração Pública Federal, na forma estabelecida pela legislação em vigor.

Os principais critérios e políticas contábeis adotados, no âmbito do TRE-MA, seguem as opções e premissas do modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, previstas no MCASP 9ª Edição, em especial ao Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a Curto Prazos, Estoques, Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado, Intangível, Depreciação, Amortização, Reavaliação, Provisões, etc.

Frise-se, ainda que:

- a) Os bens do Ativo Imobilizado foram depreciados mensalmente no exercício de 2025, em observância ao estabelecido no MCASP, 11ª Edição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

- b) A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica dos bens deste Tribunal foi definida com base em parâmetros e índices emitidos em normas do Manual do SIAFI e orientação advinda do órgão Tribunal Superior Eleitoral.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - SIAFI

1. Balanço Financeiro
2. Balanço Orçamentário
3. Balanço Patrimonial
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa
5. Demonstração das Variações Patrimoniais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO					
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias			Despesas Orçamentárias	278.284.331,84	298.488.501,46
Ordinárias			Ordinárias	250.419.990,84	275.130.357,70
Vinculadas			Vinculadas	27.864.341,00	23.358.143,76
Previdência Social (RPPS)			Seguridade Social (Exceto Previdência)		
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios			Previdência Social (RPPS)	20.930.949,00	19.359.627,76
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		
Recursos Extraorçamentários			Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.933.392,00	3.998.516,00
Recursos Não Classificados			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		
(-) Deduções da Receita Orçamentária			Recursos Extraorçamentários		
			Recursos Não Classificados		
Transferências Financeiras Recebidas	279.254.264,51	312.630.952,92	Transferências Financeiras Concedidas	4.750.677,07	6.521.882,02
Resultantes da Execução Orçamentária	269.837.363,73	284.224.516,25	Resultantes da Execução Orçamentária	258.004,28	219.255,29
Sub-repasse Recebido	269.837.363,73	284.224.516,25	Repasse Concedido	258.004,28	219.255,29
Independentes da Execução Orçamentária	9.416.900,78	28.406.436,67	Independentes da Execução Orçamentária	4.492.672,79	6.302.626,73
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	9.386.252,26	28.367.436,67	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		
Demais Transferências Recebidas	1.213,69	3.000,00	Demais Transferências Concedidas		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	29.434,83	36.000,00	Movimento de Saldos Patrimoniais	4.492.672,79	6.302.626,73
Aporte ao RPPS			Aporte ao RPPS		-
Aporte ao RGPS			Aporte ao RGPS		-
Recebimentos Extraorçamentários	14.921.554,37	35.831.471,17	Pagamentos Extraorçamentários	13.724.202,95	31.331.650,13
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	58.983,40	3.946.294,46	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	4.053.526,46	4.169.140,74
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	8.802.960,92	13.391.573,27	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	9.392.070,96	27.064.159,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.597.585,78	12.229.176,71	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	277.805,53	98.350,09
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.462.024,27	6.264.426,73	Outros Pagamentos Extraorçamentários	800,00	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		800,00	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	800,00	
Arrecadação de Outra Unidade	4.462.024,27	6.106.374,97			
Demais Recebimentos		157.251,76			
Saldo do Exercício Anterior	16.186.808,96	4.066.418,48	Saldo para o Exercício Seguinte	13.603.415,98	16.186.808,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.186.808,96	4.066.418,48	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.603.415,98	16.186.808,96
TOTAL	310.362.627,84	352.528.842,57	TOTAL	310.362.627,84	352.528.842,57



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária Receita Industrial Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais Indenizações,	-	-	-	-
Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público Demais	-	-	-	-
Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito Operações de Crédito Internas Operações	-	-	-	-
de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens Alienação de Bens Móveis Alienação de Bens	-	-	-	-
Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
Integralização do Capital Social Resultado do Banco Central do	-	-	-	-
Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional Resgate	-	-	-	-
de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	278.284.331,84	278.284.331,84
TOTAL	-	-	278.284.331,84	278.284.331,84
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	22.120.348	-	-22.120.348,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	22.120.348,00	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADA	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		250.977.985,00	267.133.658,00	268.911.114,34	263.035.050,94	262.976.067,54	- 1.777.456,34
Pessoal e Encargos Sociais		188.755.004,00	201.322.072,00	199.254.874,64	197.636.211,32	197.636.211,32	2.067.197,36
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		62.222.981,00	65.811.586,00	69.656.239,70	65.398.839,62	65.339.856,22	- 3.844.653,70
DESPESAS DE CAPITAL		510.300,00	6.474.975,00	9.373.217,50	6.446.319,98	6.446.319,98	- 2.898.242,50
Investimentos		510.300,00	6.474.975,00	9.373.217,50	6.446.319,98	6.446.319,98	- 2.898.242,50
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTIGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	10	251.488.285,00	273.608.633,00	278.284.331,84	269.481.370,92	269.422.387,52	-4.675.698,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		251.488.285,00	273.608.633,00	278.284.331,84	269.481.370,92	269.422.387,52	-4.675.698,84
TOTAL		251.488.285,00	273.608.633,00	278.284.331,84	269.481.370,92	269.422.387,52	-4.675.698,84



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 444.121,62	R\$ 9.219.091,29	R\$ 5.954.524,73	R\$ 5.950.615,91	R\$ 3.416.375,88	R\$ 296.221,12	
Pessoal e Encargos	R\$ 38.787,15	R\$ 1.370.228,69	R\$ 1.113.748,58	R\$ 1.113.748,58	R\$ 295.267,26	R\$ -	
Juros e Encargos da dívida	-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas	R\$ 405.334,47	R\$ 7.848.862,60	R\$ 4.840.776,15	R\$ 4.836.867,33	R\$ 3.121.108,62	R\$ 296.221,12	
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 204.822,46	R\$ 4.172.481,98	R\$ 3.441.455,05	R\$ 3.441.455,05	R\$ 528.094,39	R\$ 407.755,00	
Investimentos	R\$ 204.822,46	R\$ 4.172.481,98	R\$ 3.441.455,05	R\$ 3.441.455,05	R\$ 528.094,39	R\$ 407.755,00	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	R\$ 648.944,08	R\$ 13.391.573,27	R\$ 9.395.979,78	R\$ 9.392.070,96	R\$ 3.944.470,27	R\$ 703.976,12	

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	11	R\$ 6.345,40	R\$ 3.666.964,65	R\$ 3.666.964,65	R\$ 6.345,40	R\$ -
Pessoal e Encargos Sociais		-	R\$ 3.490.512,91	R\$ 3.490.512,91	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		R\$ 6.345,40	R\$ 176.451,74	R\$ 176.451,74	R\$ 6.345,40	R\$ -
DESPESAS DE CAPITAL			R\$ 386.561,81	R\$ 386.561,81		-
Investimentos		-	R\$ 386.561,81	R\$ 386.561,81		-
Inversões Financeiras		-				-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		R\$ 6.345,40	R\$ 4.053.526,46	R\$ 4.053.526,46	R\$ 6.345,40	R\$ -



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	17.258.987,96	24.508.467,11	PASSIVO CIRCULANTE	19.828.407,25	24.480.029,04
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.603.415,98	16.186.808,96	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.496.113,22	5.661.021,63
Créditos a Curto Prazo	800.730,79	5.945.397,38	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.665.985,83	3.009.971,66
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	800.730,79	5.945.397,38	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	800.730,79	5.945.397,38	Provisões a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	13.666.308,20	15.809.035,75
Estoques a Curto Prazo	673.808,15	661.000,89			
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	2.181.033,04	1.715.259,88			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	209.406.363,92	184.045.209,75	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	19.828.407,25	24.480.029,04
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	202.376.184,58	177.015.030,41	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	103.065.814,92	107.995.216,10	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	164.582.525,37	158.531.766,91	Demais Reservas	48.712.182,79	158.636,59
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-61.516.710,45	-50.536.550,81	Resultados Acumulados	158.124.761,84	183.915.011,23
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-19.236.982,98	14.519.721,94
Bens Imóveis	99.310.369,66	69.019.814,31	Resultados de Exercícios Anteriores	183.915.011,23	171.730.999,79
Bens Imóveis	99.894.193,22	69.900.122,02	Ajustes de Exercícios Anteriores	-6.553.266,41	-2.335.710,50
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-583.823,56	-880.307,71	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	206.836.944,63	184.073.647,82
Intangível	7.030.179,34	7.030.179,34			
Softwares	7.030.179,34	7.030.179,34			
Softwares	7.030.179,34	7.030.179,34			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
Patrimônio Cultural	-	-		
Patrimônio Cultural	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-		
Diferido	-	-		
TOTAL DO ATIVO	226.665.351,88	208.553.676,86	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	208.553.676,86



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	13.603.415,98	16.186.808,96	PASSIVO FINANCEIRO	23.169.336,42	30.384.824,94
ATIVO PERMANENTE	213.061.935,90	192.366.867,90	PASSIVO PERMANENTE	3.502.458,62	5.688.694,56
			SALDO PATRIMONIAL	199.993.556,84	172.480.157,36

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.730.514,93	2.837.792,61	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	62.080.743,29	64.176.463,66
Atos Potenciais Ativos	2.730.514,93	2.837.792,61	Atos Potenciais Passivos	62.080.743,29	64.176.463,66
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.730.514,93	2.837.792,61	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	611.866,56	825.542,40
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	61.468.876,73	63.350.921,26
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	2.730.514,93	2.837.792,61	TOTAL	62.080.743,29	64.176.463,66

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-7.072.030,21
Recursos Vinculados	-2.493.890,23
Previdência Social (RPPS)	-
Fundos, Órgãos e Programas	-2.493.890,23
TOTAL	-9.565.920,44

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.690.943,86	32.623.866,36
INGRESSOS OPERACIONAIS	285.313.874,56	331.123.756,36
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	285.313.874,56	331.123.756,36
Ingressos Extraorçamentários	1.597.585,78	12.229.176,71
Transferências Financeiras Recebidas	279.254.264,51	312.630.952,92
Arrecadação de Outra Unidade	4.462.024,27	6.106.374,97
Demais Recebimentos	-	157.251,76
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-277.622.930,70	-298.499.890,00
Pessoal e Demais Despesas	-248.496.191,00	-268.721.106,02
Legislativo	-	-
Judiciário	-225.508.334,78	-246.868.643,06
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-22.968.840,22	-21.836.318,96
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-18.216,00	-16.944,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-800,00	800,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-24.098.257,10	-23.158.551,87
Intergovernamentais Concedidas	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais Concedidas	-24.098.257,10	-23.158.551,87
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-5.028.482,60	-6.620.232,11
Dispêndios Extraorçamentários	-277.805,53	-98.350,09
Transferências Financeiras Concedidas	-4.750.677,07	-6.521.882,02
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-10.274.336,84	-20.503.475,88
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-10.274.336,84	-20.503.475,88
Aquisição de Ativo Não Circulante	-10.266.646,97	-16.389.811,84
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-7.689,87	-4.113.664,04
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-2.583.392,98	12.120.390,48
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	16.186.808,96	4.066.418,48
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	13.603.415,98	16.186.808,96



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	284.830.790,65	323.106.597,76
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	33.278,16	27.795,67
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	33.278,16	27.795,67
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	280.108.978,77	313.533.323,27
Transferências Intragovernamentais	279.254.264,51	312.630.952,92
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	854.714,26	902.370,35
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	238.603,31	3.466.899,52
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Ganhos com Incorporação de Ativos	238.603,31	3.466.899,52
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.449.930,41	6.078.579,30
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.449.930,41	6.078.579,30
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	304.067.773,63	308.586.875,82
Pessoal e Encargos	185.610.074,89	195.500.464,57
Remuneração a Pessoal	145.781.203,24	158.767.110,67
Encargos Patronais	25.028.951,62	23.675.804,67
Benefícios a Pessoal	13.399.258,86	11.220.849,39
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.400.661,17	1.836.699,84
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	37.226.958,94	32.083.317,54
Aposentadorias e Reformas	17.441.543,43	15.829.891,86
Pensões	5.591.035,50	5.499.289,21
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14.194.380,01	10.754.136,47
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	55.050.991,84	70.371.450,94
Uso de Material de Consumo	1.296.035,87	4.128.997,86
Serviços	40.386.897,03	54.240.421,39
Depreciação, Amortização e Exaustão	13.368.058,94	12.002.031,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.213,99	26.935,94
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.661,14	26.935,94
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	2.552,85	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	4.933.931,99	7.216.767,19
Transferências Intragovernamentais	4.750.677,07	6.521.882,02
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	183.254,92	694.885,17
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	20.569.197,83	2.964.796,50
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	683,75	1.206,92
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	20.568.514,08	2.963.589,58
Tributárias	233.743,52	278.899,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	96,90	-
Contribuições	233.646,62	278.899,81
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	438.660,63	144.243,33
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	438.660,63	144.243,33
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-19.236.982,98	14.519.721,94



Relato Integrado 2025

Anexo II

Sumário

■	Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar	03
■	Tomada de Contas Especial	04
■	Inspeções e Correções	05

Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, Tomada de Contas Especial, Inspeções e Correições

Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Novos processos disciplinares distribuídos no ano	27
Procedimentos disciplinares baixados no ano	26
Procedimentos disciplinares julgados no ano aguardando cumprimento de TAC (Termo de ajuste de conduta)	2
Procedimentos disciplinares que não foram decididos até 31/12/2024	7
Procedimentos disciplinares de 2024 decididos no ano	7

A Comissão Permanente de PAD apoia a capacidade de geração de valor do TRE-MA ao atuar como um mecanismo essencial de integridade e conformidade.

- **Curto Prazo:** A comissão entrega valor por meio da resposta célere e técnica a indícios de irregularidades, assegurando que o regime disciplinar seja aplicado de forma justa, o que mitiga conflitos internos e corrige desvios de conduta imediatamente.
- **Médio Prazo:** O valor se consolida na promoção de uma cultura de responsabilidade (accountability), onde a existência de processos estruturados desestimula práticas ilícitas e fortalece a ética profissional entre servidores e colaboradores.
- **Longo Prazo:** A CPSPAD contribui para a sustentabilidade institucional e a preservação da imagem do Tribunal perante o Judiciário e a sociedade, garantindo que a estrutura administrativa permaneça sólida, transparente e resiliente a riscos reputacionais.

Apoio aos Objetivos Estratégicos e Relacionamento com Partes Interessadas

A atuação da CPSPAD é fundamental para o cumprimento dos objetivos estratégicos voltados ao **aperfeiçoamento da governança e da transparência**.

Ao zelar pela retidão administrativa, a comissão assegura à sociedade que os recursos públicos e a autoridade delegada ao TRE-MA são geridos com ética, atendendo à expectativa cidadã de um serviço público íntegro. As necessidades das

partes interessadas (servidores, jurisdicionados e órgãos de controle) são consideradas na medida em que a CPSPAD subsidia a **gestão de riscos**, identificando vulnerabilidades procedimentais que poderiam comprometer a estratégia institucional.

Além disso, a supervisão da gestão é fortalecida pelo fornecimento de dados e diagnósticos advindos das apurações, permitindo que a alta administração refine políticas de prevenção e controle, garantindo que a entrega da prestação jurisdicional não seja maculada por falhas disciplinares.

- Inovações: utilizar a inteligência artificial para acelerar a tramitação dos processos.
- Principais desafios: garantir a confidencialidade e o sigilo das informações pessoais dos investigados durante a utilização da inteligência artificial;
- Ações futuras: Aquisição de inteligência artificial que resguarde o sigilo das informações pessoais dos investigados.

TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

Este Tribunal instaurou 02 Tomadas de Contas Especiais, conforme se extrai do Sistema e-TCE do Tribunal de Contas da União:

- TCE nº 2838/2019 que acarretou na instauração do Processo nº 029.400/2020-1;
- TCE nº 128/2021 que acarretou na instauração do Processo nº 038.443/2021-0.

Ambas se referem ao mesmo dano ao erário, mas em momentos continuados. Ademais, com base no sistema "Conecta TCU", o processo 038.443/2021-0 foi apensado ao processo 029.400/2020-1.

RESULTADOS

O ACÓRDÃO Nº 962/2024 – TCU – 2ª Câmara, pertinente ao processo 029.400/2020-1 9.2, cujo teor colacionamos:

"julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e

23, inciso III, da mesma Lei, as contas da empresa Macrobase Engenharia Comercio e Serviços Ltda., condenando a massa falida de Macrobase Engenharia Comercio e Serviços Ltda. ao pagamento da importância abaixo especificada, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a contar das datas indicadas até o dia do efetivo recolhimento do débito"

Diante do trânsito em julgado do referido Acórdão, o TRE/MA foi devidamente cientificado, passando a acompanhar o cumprimento de sentença que ainda está em trâmite.

Os desafios e ações futuras desta Comissão (CTCE) acabam sendo a constante aprendizagem sobre o tema, buscando, inclusive, capacitação específica dos servidores e o acompanhamento da execução das Tomadas de Contas Especiais já em andamento

Mais informações



Inspeções e Correções

FUNÇÃO CORREICIONAL

Correção: procedimento de natureza excepcional destinado à apuração de fatos determinados, relacionados com deficiências graves ou relevantes dos serviços judiciais e eleitorais, ou que prejudiquem a prestação jurisdicional, a disciplina e o prestígio da Justiça Eleitoral, ou, ainda, representem descumprimento de resoluções ou outros atos normativos dos tribunais ou corregedorias eleitorais (Resolução TSE nº 23.657, art. 4º, VII);

No período de 02 a 04 de setembro de 2025 foi realizado procedimento correicional na 38ª Zona Eleitoral do Maranhão, em São Bento e com abrangência sobre os municípios de Bacurituba e Palmeirândia.

Os trabalhos envolveram revisão documental, entrevistas e observação direta. Com base nas análises realizadas sobre o campo amostral, foi elaborado Relatório Final que recomendou a realização de revisão do eleitorado na 38ª ZE, a ser realizada no ano de 2027.

A atuação na coordenação e execução do procedimento de correição obedece ao definido na Resolução TRE-MA 9.882/2021, Resolução TSE 23742/24 e Provimento da CGE 02/2023.

REVISÃO DO ELEITORADO

Revisão do eleitorado: procedimento pelo qual os Tribunais Regionais convocam os eleitores inscritos numa zona eleitoral para que compareçam pessoalmente ao cartório eleitoral ou em postos para esse fim criados, a fim de se verificar a regularidade da sua inscrição eleitoral. Também o TSE, ao conduzir o processamento dos títulos eleitorais, determinará de ofício a revisão ou correição das zonas eleitorais nas hipóteses da Lei nº 9.504/97.

Partindo da recomendação de realização de revisão do eleitorado sugerida no Relatório Final de Correição da 64ª ZE de Cândido Mendes, foi aprovada a Resolução TRE-MA 10.298/2024, que dispõe sobre a realização a revisão eleitoral, com recadastramento biométrico dos eleitores dos municípios de Cândido Mendes, Godofredo Viana e Amapá do Maranhão.

A atividade revisional ocorreu nos meses de junho e julho de 2025 tendo alcançado seu objetivo de saneamento do cadastro eleitoral dos municípios que compõem a 64ª zona eleitoral.

INSPEÇÕES

Inspeção: Procedimento de avaliação realizado com a finalidade de aferir a regularidade e aprimorar o funcionamento das unidades dos tribunais regionais eleitorais ou dos Juízos eleitorais, havendo ou não irregularidades, abrangendo os serviços e a tramitação de processos administrativos e judiciais, bem como a utilização dos sistemas de informação, observadas as diretrizes estabelecidas pela

Corregedoria-Geral ou pelas Corregedorias Regionais Eleitorais, conforme suas competências.

Entre fevereiro e novembro foram realizadas 09 rotas de inspeção, cobrindo 35 Zonas Eleitorais, conforme Portarias TRE-MA/CRE 618/2024 e 1838/2024.

Ao final do ano de 2025, o 1º Ciclo de Inspeções TRE-MA atingiu 47,61% de realização, tendo cumprido todo o cronograma estabelecido para o período.

Foram inspecionadas as seguintes Zonas:

011 Alto Parnaíba	045 Penalva	074 Lago da Pedra
012 Araisos	049 Vitorino Freire	075 Riachão
015 Grajaú	050 Vargem Grande	077 Santa Inês
020 Viana	051 São Bernardo	081 Matões
022 Balsas	056 Barreirinhas	086 Matinha
024 Brejo	057 Santa Inês	098 Açailândia
026 Carolina	058 João Lisboa	099 Amarante do MA
027 Arari	060 São Domingos do MA	102 Paulo Ramos
033 Imperatriz	065 Imperatriz	104 Arame
041 Vitória do Mearim	068 Cantanhede	105 Balsas
042 Chapadinha	071 Açailândia	108 Gov Eugênio Barros
043 Pindaré Mirim	073 Urbano Santos	

Todos os procedimentos de inspeção foram executados na modalidade presencial, entre fevereiro e novembro de 2025.

AUTOINSPEÇÃO ANUAL

Realizada nos meses de novembro e dezembro, fundamentada pelo Provimento CGE 2/2023 e comunicada às Zonas Eleitorais pelo Ofício-Circular nº 510 / 2025. O procedimento foi finalizado no prazo estabelecido pela Corregedoria, sendo cumpridos todos os requisitos previamente estabelecidos.



Relato Integrado 2025

Anexo III

GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, foi elaborada com a finalidade de atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Neste sentido, foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em 2.254 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática que permita a comparação dos custos entre as diversas regiões do país - de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade - que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos.

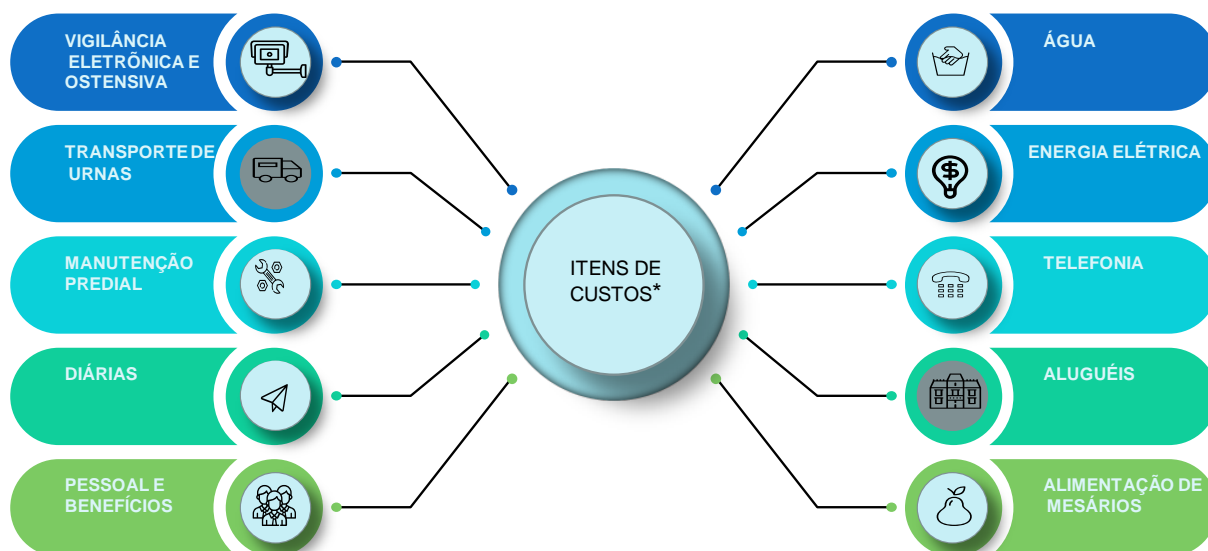
Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), no qual são fornecidas as informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais. Tanto a integração com os sistemas estruturantes quanto essa captação são geridas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE), no papel de setorial de custos da Justiça Eleitoral.

O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:



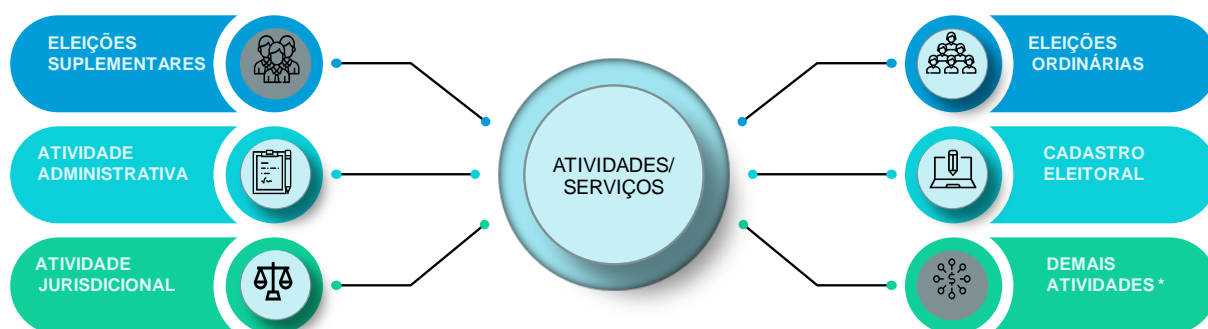
Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: **Itens de Custos** e **Atividades/Serviços**.

No eixo **Itens de Custos**, procura-se responder à questão “**com o quê?**”, e é apresentada a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



*Atualmente são 48 itens de custos

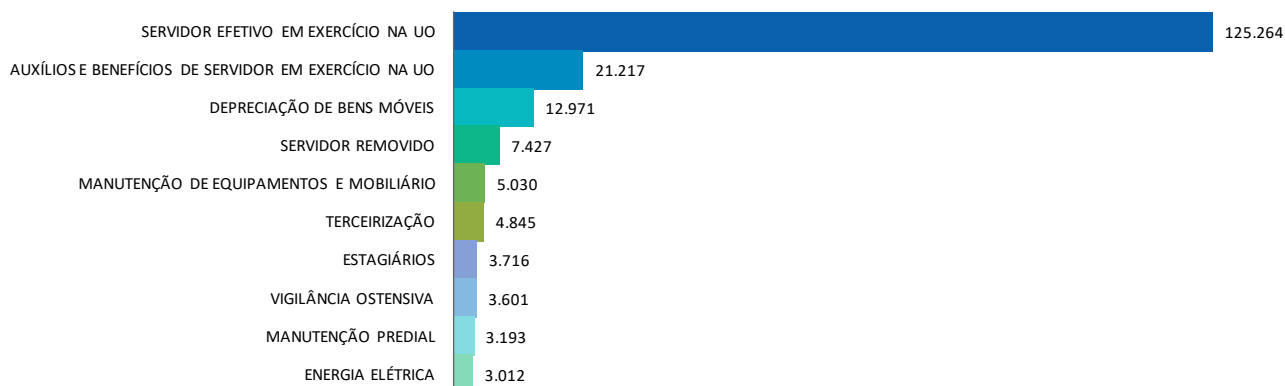
No eixo das **Atividades/Serviços**, procura-se responder à questão “**para quê?**”, e é apresentado o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

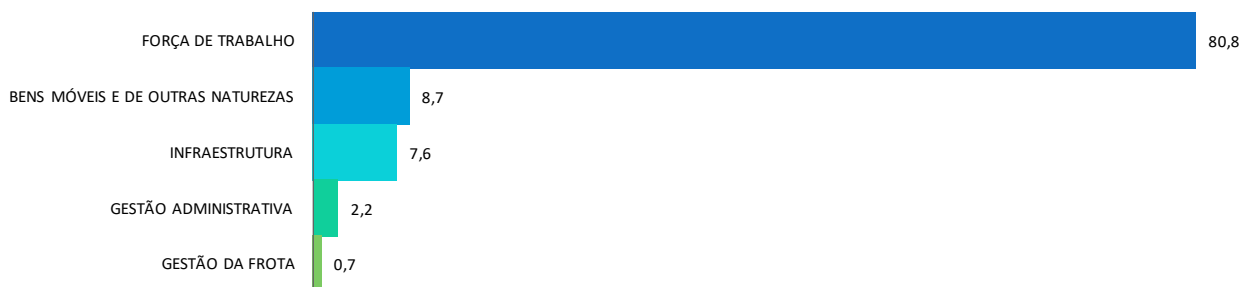
Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão no exercício de 2025**, que totalizaram R\$ 214,9 milhões, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

10 maiores itens de custos (em R\$ mil)



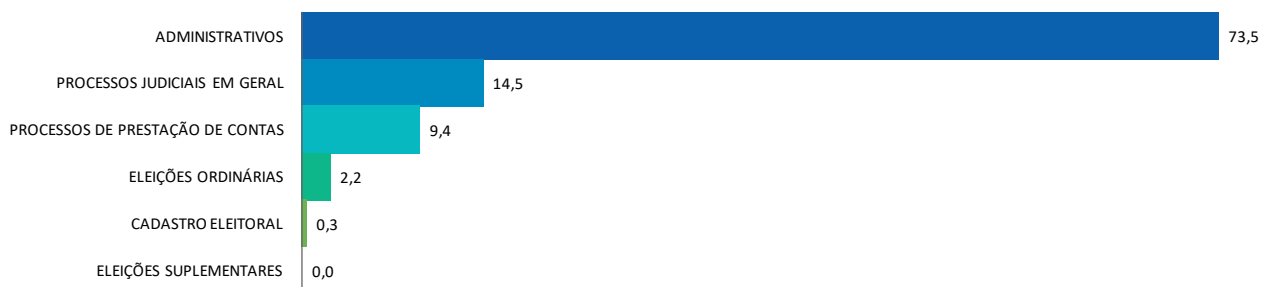
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

Custos por Subgrupos (em %)



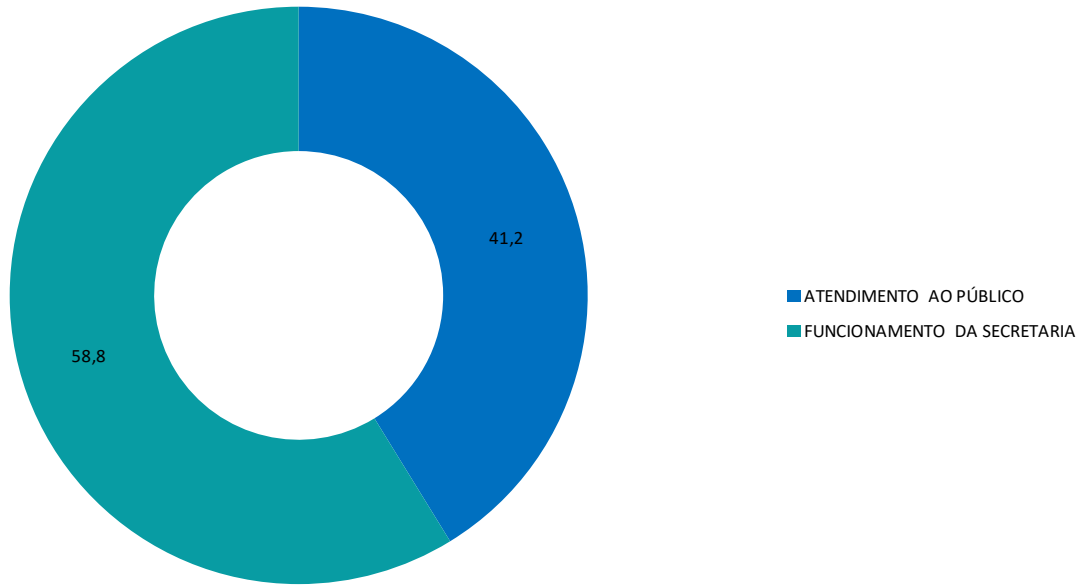
Os dados das atividades/serviços estão representados no gráfico a seguir:

Custos por Atividades/ Serviços (em %)



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)



Por fim, cumpre ressaltar que essas informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.